



Universidade de São Paulo

Escola de Comunicações e Artes - Departamento de Turismo

**Lara Akemi Lucchezi Miyahara**

**O lugar da cultura e do turismo no planejamento das cidades para o  
mercado mundial: revisitando o Porto Maravilha, RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2022

**Lara Akemi Lucchezi Miyahara**

**O lugar da cultura e do turismo no planejamento das cidades para o  
mercado mundial: revisitando o Porto Maravilha, RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao curso de Turismo  
como parte dos requisitos necessários  
à obtenção do título de Turismóloga.

Orientadora: Prof. Dra. Clarissa  
Maria Rosa Gagliardi

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

—

Miyahara, Lara Akemi Lucchezi

O lugar da cultura e do turismo no planejamento das cidades para o mercado mundial: revisitando o Porto Maravilha, RJ / Lara Akemi Lucchezi Miyahara; orientadora, Clarissa Maria Rosa Gagliardi. - São Paulo, 2022.

82 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Requalificação Urbana. 2. Cultura. 3. Turismo. 4. Dinâmica Territorial. 5. Porto Maravilha. I. Gagliardi, Clarissa Maria Rosa. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

---

—

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

## **Sumário**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Resumo</b>  | <b>5</b>  |
| <b>Introdução</b>  | <b>5</b>  |
| <b>1. Capítulo 1 - Contextualização</b>  | <b>7</b>  |
| 1.1 Anos 1945-1960 - A Era da Renovação  | 8         |
| 1.2 Anos 1970-1980 - A Era da Preservação  | 22        |
| 1.3 Anos 1990 - A Era da Reinvenção  | 34        |
| <b>2. Capítulo 2 - Zona Portuária do Rio: atualizando um destino turístico para a escala mundial</b> | <b>42</b> |
| 2.1 Contexto Histórico - 1900 a 1980   | 42        |
| 2.2 O Porto do Rio de Janeiro ao Porto Maravilha - 1980 a 2006                                       | 51        |
| 2.3 Porto Maravilha  | 57        |
| <b>3. Capítulo 3 - Efeitos do Projeto Porto Maravilha</b>  | <b>67</b> |
| <b>Considerações Finais</b>  | <b>73</b> |
| <b>Referências</b>   | <b>75</b> |
| <b>Apêndices</b>   | <b>80</b> |

## Lista de Figuras

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: Cidade de Nuremberg após final da Segunda Guerra Mundial.....  | 13 |
| Figura 2: Cidade de Munique após final da Segunda Guerra Mundial.....  | 14 |
| Figura 3: Complexo do Pruitt-Igoe.....   | 21 |
| Figura 4: Região do complexo Pruitt-Igoe através de imagem aérea em 2022.....  | 22 |
| Figura 5: Índice anual de preços de arte 1765-2000.....  | 30 |
| Figura 6: Estação Marítima da Gamboa com o Morro da Providência ao Fundo em 1881.....  | 44 |
| Figura 7: Morro da Providência em 1968.....  | 45 |
| Figura 8: Morro da Providência nos dias atuais.....  | 45 |
| Figura 9: Localização da Pedra do Sal na zona portuária do Rio de Janeiro.....   | 46 |
| Figura 10: Croqui da Zona Portuária demonstrando a expansão do bairro através do aterramento proposto pela Reforma Passos em 1903..... | 47 |
| Figura 11: Elevado Perimetral na região da Praça Mauá.....   | 50 |
| Figura 12: Delimitação da APA SAGAS nos Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.....   | 53 |
| Figura 13: Delimitação da APA SAGAS (em vermelho) dentro da AEIU (em amarelo).....   | 54 |
| Figura 14: Núcleos estratégicos propostos.....   | 56 |
| Figura 15: O Projeto do Museu Guggenheim Rio.....  | 57 |
| Figura 16: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.....                                    | 61 |
| Figura 17: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro.....                                    | 61 |
| Figura 18: Setores da AEIU.....  | 62 |
| Figura 19: Delimitações de uso das zonas da AEIU.....  | 62 |
| Figura 20: Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.....  | 64 |
| Figura 21: Projetos de Mobilidade.....   | 65 |
| Figura 22: Bonde VLT e Mural de Etnias do artista Kobra.....   | 66 |
| Figura 23: A Praça e Píer Mauá, e o Museu do Amanhã.....   | 66 |
| Figura 24: Condição de ocupação, por bairro (%).....   | 69 |
| Figura 25: Área e variação da ocupação das favelas cadastradas no SABREN - Cidade do Rio de Janeiro de 1999 a 2019.....                | 69 |
| Figura 26: Área e variação da ocupação das favelas na Zona Portuária - Cidade do Rio de Janeiro de 1999 a 2019.....                    | 70 |
| Figura 27: Modelagem Financeira da segunda fase do Projeto.....  | 71 |
| Figura 28: Evolução da Demanda Internacional, 2007-2016.....   | 72 |
| Figura 29: Receita de Turismo Receptivo Internacional, 2008 / 2016.....  | 73 |
| Figura 30: “Sem apoio da Prefeitura Instituto Pretos Novos luta para existir”.....   | 74 |

## Resumo

No decorrer das últimas décadas, as políticas de intervenção urbana acompanharam o mercado global neoliberal, e o papel político e libertador da cultura assumiu sua função econômica através de projetos urbanos voltados à satisfação das elites em detrimento da população pobre e marginalizada. A partir da construção teórica, organizada em uma linha do tempo, e da análise de um caso paradigmático, este presente estudo objetiva demonstrar como projetos de intervenção urbana evoluíram para o formato de planejamento estratégico e *city marketing* conhecido atualmente, como tais projetos surgem mediante seu próprio contexto social, político e econômico, e quais são seus efeitos e limites. Sendo a maior parceria público-privada da história de intervenções urbanas no Brasil e se dando em uma Área de Proteção Ambiental, o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro foi considerado exemplar para essa análise, e a partir da revisão da literatura dedicada ao estudo do planejamento urbano e do levantamento de documentos, marcos legais e fontes da mídia que trataram do projeto carioca, buscou-se compreender de que maneira e por que motivo um projeto de requalificação surgiu em um ambiente e contexto como o Rio de Janeiro da maneira como o foi elaborado.

Palavras chave: requalificação urbana, equipamentos culturais, turismo, dinâmica territorial, Porto Maravilha

## Introdução

Projetos de requalificação e revitalização urbana através do aporte de equipamentos culturais vêm apresentando-se cada vez mais frequentemente no cenário internacional no decorrer das últimas décadas. A capitalização do espaço, mercantilização da cultura, e a produção do capital através da valorização da terra no novo contexto neoliberal (HARVEY, 1989; 2001; 2003; 2005) teve efeito direto nas políticas de intervenção urbana, associando desenvolvimento econômico e social ao consumo de tais equipamentos urbanos por parte, principalmente, do turismo global. O planejamento estratégico nas políticas urbanas e a utilização do *city image* através do *city marketing* como forma de atração de investimentos se torna então a principal forma de distinção de um espaço no mercado globalizado, levando ao paradoxo da produção serial de cidades. Observa-se, então, a geração de diversos casos paradigmáticos como, por exemplo, Harbor Place em Baltimore, Docklands em Londres, Port Vell de Barcelona, Puerto Madero em Buenos Aires, e Porto Maravilha no Rio de Janeiro.

Nas três últimas décadas do século XX, o patrimônio foi simultaneamente apropriado e utilizado nos países centrais como instrumento de política urbana e social, chamariz para o turismo, palco do lazer urbano, instrumento de marketing, “oxigênio” para inflar marcas comerciais e como atributo para a exploração de diferenciais competitivos com vistas à valorização econômica e à geração de renda. (SANT’ANNA, 2017, p. 65)

A motivação para este trabalho surge de algumas indagações expressas neste pequeno trecho de Márcia Sant'anna: por que essas associações entre turismo, cidade e patrimônio são feitas? Essa associação parte de uma prática já bem estabelecida em políticas públicas de intervenção urbana? Como afetam diretamente a população envolvida nas cidades? Antes mesmo da compreensão de tais conexões, por que parece já estarmos acostumados a esse tipo de experiência urbana, tornando esse tipo de intervenção comum?

Em outubro de 2009, por exemplo, inicia-se um projeto de magnitude territorial e orçamentária sem precedentes no Rio de Janeiro ou até mesmo no Brasil. Em um modelo inédito de parceria público-privada e de governança municipal urbana, o Projeto Porto Maravilha “inseriu o Brasil em um movimento global de transformações na configuração espacial e fundiária das cidades por meio de grandes projetos de revitalização urbana.” (SARUE, 2018, p. 585). Sendo historicamente um dos principais portões de entrada do Brasil, palco de diversos acontecimentos de importância nacional e uma das cidades mais populosas do país, não é estranho constatar que a zona portuária do Rio de Janeiro possui grande importância para o patrimônio histórico cultural e turismo brasileiro. Usufruindo da posição de destaque nas políticas públicas, nos investimentos e na atratividade do mercado de turismo e cultura global ao longo das últimas décadas, a incessante busca para se inserir no mercado internacional, leva o Rio de Janeiro a sofrer duras “cirurgias” - como Sant' Anna (2017) frequentemente cita - no decorrer, principalmente, do último século, nem sempre levando o próprio contexto doméstico em consideração. Dessa forma, a experiência do Porto Maravilha, apresenta-se como um caso exemplar para analisar de que maneira essas práticas de intervenção urbana se consolidam no Brasil.

Para isso, é objetivo do primeiro capítulo, tentar responder as indagações citadas anteriormente através de uma construção teórica e de uma contextualização histórica das práticas de intervenção urbana no mundo e que levaram às práticas que conhecemos hoje. Também objetiva-se demonstrar a evolução dos conceitos e concepções de cultura como objeto de consumo e meio de transformações sociais dentro das estratégias de planejamento urbano que concernem aos projetos de renovação, regeneração, requalificação, revitalização e etc, ao longo das últimas décadas.

Já no segundo capítulo, busca-se uma melhor compreensão desses processos através do estudo da experiência do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. Sendo fruto de diversas tentativas anteriores de revitalizar a região portuária, com o *slogan* de “o sonho que se transforma em realidade”, e utilizando outros projetos como Barcelona, Roterdã, Nova York e Buenos Aires como declarados modelos, a construção do contexto histórico em que o projeto Porto Maravilha surgiu e se implementou também demonstrou-se ser significativo, além da descrição e mapeamento do projeto. Dessa forma, pode-se compreender qual a possibilidade da utilização de modelos de requalificação apesar de diferentes contextos históricos, econômicos e sociais próprios. Observa-se, por fim, a eficácia e os limites de tal tipo de projeto.

No terceiro capítulo, por fim, busca-se demonstrar os resultados e contradições do projeto que enfocamos com mais detalhe, o Porto Maravilha. Observamos se foi aplicado o que foi proposto, e atingido o que foi objetivado, avaliando dados sobre o setor do turismo, o alcance do projeto às demandas da comunidade local, e o estado de conservação após 13 anos de sua elaboração e implementação. Destacamos também aspectos relativos à gentrificação, alienação e segregação social, privatização de espaços públicos, e mercantilização de equipamentos de lazer e cultura dentro do contexto do capitalismo neoliberal.

O objetivo deste presente TCC, portanto, é responder as indagações já apontadas e compreender como surgiu e porquê se fortaleceram e dinamizaram, os processos de requalificação e revitalização urbana focados em equipamentos culturais, identificando quais são os limites e alcances dessas políticas, tomando por referência casos paradigmáticos. O trabalho está assentado em uma pesquisa exploratória apoiada na revisão de literatura para a construção teórica e histórica de como se deram projetos de requalificação, na análise de dados estatísticos e planos diretores disponibilizados pelos órgãos governamentais ligados à experiência escolhida - o Porto Maravilha -, para que assim se compreendesse sua elaboração e implementação a partir do olhar de seus idealizadores, e no levantamento de produções midiáticas como sites de notícia e blogs para avaliar os efeitos do projeto através dos canais que deram ênfase ao olhar da população e das comunidade atingidas pelas intervenções urbanas.

## **I. Capítulo I - Contextualização**

Diversos autores concordam que as intervenções urbanas podem ser agrupadas em três fases<sup>1</sup>: i) a primeira, de 1945 até 1960, com propostas modernistas focadas no racionalismo, na utilização de tecnologias, no funcionalismo e na inovação, fortalecidas pela criação dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, caracterizando portanto um período de renovações e reconstruções em um contexto pré, durante, e pós-Grandes Guerras; ii) a segunda, das décadas de 1970 e 1980, marcada pela crise de superacumulação gerando uma reviravolta nas políticas econômicas e sociais com o nascimento do neoliberalismo e da cultura de consumo; marcada também pela ascensão de uma nova classe consumidora, a “massa cultural”<sup>2</sup>, que passa a demandar a inclusão social, a diversidade, espaços públicos, a história e a memória, portanto, o patrimônio, a arquitetura e o urbanismo em um contexto pós-modernista onde a cultura passou a desempenhar o papel de emancipadora social, principalmente se tratando das classes mais baixas e das minorias; e iii) a terceira, da década de 1990 aos anos atuais, marcada pela disseminação do planejamento urbano estratégico em um contexto de globalização e competitividade de mercado neoliberal, onde a imagem da cidade começou a receber um enfoque especial, e técnicas como o *marketing city* passaram a ser

---

<sup>1</sup> Como VAZ (2012), KHÖLER (2008), VARGAS e CASTILHO (2015), entre outros. Naturalmente, tais divisões não são extremamente precisas, tratamos aqui, afinal, do estudo social de diferentes contextos cuja segmentação temporal é posterior e com finalidade analítica.

<sup>2</sup> Como caracterizada por HARVEY (1989)



empregadas pelos gestores da cidade. Neste último período, a cultura, já bem estabelecida como bem de consumo e meio de ascensão social e intelectual (estabelecimento tal qual foi enraizado nas décadas anteriores), migrou de seu papel puramente político para também exercer sua função econômica. VARGAS e CASTILHO (2015, p. 5) denominam tais fases como a primeira sendo a Era da Renovação, a segunda como a Era da Preservação, e a terceira como a Era da Reinvenção, e serão essas as denominações que utilizaremos neste presente capítulo.

### **1.1 Anos 1945-1960 - A Era da Renovação**

Em face às destruições e transformações causadas pela Segunda Guerra Mundial, diversas cidades depararam-se com a necessidade imediata de rapidamente elaborar projetos de reconstrução urbana. Muito do enfoque europeu recaiu sob os centros históricos que, já em estado de extrema degradação desde meados do século XIX, foram os mais afetados pela destruição da guerra: por serem os centros principais das cidades, eram os mais visados para bombardeios e tomadas de território; e por carregarem a identidade e o valor histórico da população, eram os alvos principais de uma guerra marcadamente motivada por nacionalismo e etnia. Porém, tais processos de reconstrução demonstraram-se urgentes não somente pela degradação de infraestruturas, mas também por todas as transformações econômicas e culturais que a Segunda Guerra trouxe. Para a Europa foi um período de recessão econômica e degradação social, enquanto que para os Estados Unidos foi um período de *boom* econômico, aquecimento industrial, crescimento do PIB e da população.

Dessa forma, a década de 1950 foi fortemente marcada pelo rápido desenvolvimento de políticas de intervenção urbana que visavam soluções rápidas e baratas para problemas não somente causados pela Segunda Guerra - pois já a pré-datavam - mas também intensificados pela recessão na Europa e expansão econômica nos Estados Unidos. A principal destas problemáticas sendo a carência habitacional, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Como OTERO comenta, o problema de habitação para a classe operária vem de antes da Segunda Guerra Mundial, e “achava-se muito distante de uma solução ou, minimamente, de um equacionamento” (OTERO, 2009, p. 58). O aumento da densidade urbana desenfreada, causado pelo êxodo rural constante durante o século XIX, fez com que a população passasse “a abrigar moradias sem condições físicas e higiênicas adequadas” (BARON, 2013, p. 103). Por conta disso, em meados do século XIX, o governo implementou medidas de embelezamento e saneamento nas áreas centrais de cidades industriais “densamente ocupadas e encortiçadas” (VAZ, 2012, p. 3), porém sem realmente apresentar uma solução ao problema, que apenas se intensificou. Com a escassez de matéria prima e da crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial, pela recessão econômica de 1929, e pela Segunda Guerra Mundial, a situação poderia ser dada como crítica.

Concomitante a este contexto europeu de crises econômicas, políticas, urbanas, sociais, e culturais, emerge o modernismo como escola artística e até mesmo ideológica, impactando

da literatura ao urbanismo em uma iluminação especial de ruptura e fragmentação, como Harvey (1989, p.22) cita Carl Schorske:

A alta cultura entrou num turbilhão de inovação infinita, cada campo proclamando-se independente do todo, cada parte dividindo-se, por sua vez, em partes. Para a implacável centrífugadora mudança foram atraídos os próprios conceitos mediante os quais os fenômenos culturais poderiam ser fixados no pensamento. Não somente os produtores da cultura, como também os seus analistas e críticos, foram atingidos pela fragmentação

Com isso, tomam força, a partir do final da Segunda Guerra, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), “com o intuito de reunir arquitetos preocupados com a qualidade física-espacial das cidades em função da consolidação dos processos industriais” (BARON, 2013, p. 103). Tais congressos, buscavam soluções para os problemas mais imediatos e eram carregados de teores modernistas, como a utilização de novas tecnologias, novas técnicas e métodos científicos, novos estilos, e a prioridade do racionalismo e do funcionalismo nas edificações. Os CIAM's

Tiveram papel fundamental na construção da ideologia funcionalista; enfatizaram a necessidade da economia e da industrialização planejadas; defenderam a introdução de direções normativas e métodos de produção eficiente para a racionalização da indústria da construção. (ANDRADE et al, 2016, p. 5)

Eric Mumford (2000 apud SOSA e SEGRE, 2016, p. 4) distingue as fases dos CIAM 's através das inflexões teóricas dos Congressos, assim como suas discussões predecessoras. i) a primeira fase, de 1928 a 1930, foi marcada pelas discussões a respeito de habitações. ii) a segunda fase, de 1931 a 1939, focou-se no tema da “cidade funcional”. iii) a terceira fase, de 1939 a 1950, marca o mundo pós-guerra, buscando tratar dos assuntos urgentes do período e tentando conciliar as novas concepções de sociedade, agora muito divergentes entre as diferentes nações. iv) a quarta fase, de 1950 a 1959, é a mais notória, marcada por uma ruptura de ideais, de embates geracionais, de mudanças de agenda e objetivos das CIAM's como um todo; o final dessa fase marca o início das novas concepções de cidade e urbanidade que marcarão o próximo item deste presente capítulo.

Entre os diversos CIAM's que ocorreram dentro do período deste item, é interessante citar um predecessor que muito marcou o tom dos seguintes: o Congresso de Atenas de 1933, pois como HARVEY (1989, p. 39) cita, "uma carta que, nos trinta anos seguintes, iria definir amplamente o objeto da prática arquitetônica modernista". A Carta de Atenas acaba por guiar os próximos Congressos, seja para reforçar seus ideais como para contradizê-los, e ela explicita fervorosamente o ideal funcionalista e elitista do pensamento modernista:

Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são

lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos (...) O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma. (Carta de Atenas, 1933, p. 25-26)

Assim como a seguinte passagem se tratando da questão de moradias precárias dos centros urbanos citadas anteriormente:

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes. É possível que em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente. (Carta de Atenas, 1933, p. 26-27)

Tais passagens demonstram perfeitamente o teor racional e funcionalista que os princípios urbanísticos daquela geração buscavam. O período da Segunda Guerra, porém, impossibilitou os encontros por 10 anos, e após tantas rupturas, causando realidades das mais diversas pelos países europeus, fez com que o Congresso de 1947 - o primeiro após a guerra - fosse marcado pelas divergências ideológicas; seu tema: “reafirmação dos objetivos do CIAM”. Neste encontro, a liderança vigente de Le Corbusier reafirmava as concepções da Carta de Atenas, enquanto a geração mais jovem “se opunha à Carta por ser muito rígida e racionalista” trazendo a necessidade da “base emocional” encontrada em “formas familiares e o uso de materiais tradicionais” (ANDRADE et al, 2016, p. 10).

Em 1951, portanto, em uma ruptura tão tipicamente *à la* movimento modernista<sup>3</sup>, os embates geracionais recebem certo ponto final em Hoddesdon, Inglaterra, onde a insuficiência da Carta de Atenas será oficialmente reconhecida. “Para Eric Mumford, até o próprio Le Corbusier tinha dúvidas da aplicabilidade das ideias primárias dos CIAM na situação de pós-guerra e, em sua opinião, isso pode explicar a mudança de direção que se iniciou em 1952” (SOSA e SEGRE, 2016, p. 7). A nova geração de arquitetos e urbanistas, então, declara o tema do oitavo congresso: *The Heart of the City* - ou O Coração da Cidade - tratando, pela primeira vez, da questão dos centros históricos ou urbanos.

A partir de 1947, a tendência de diluir a vocação original, liderada pela “geração do meio” – Sert, Rogers, Grupo MARS – e pela “geração jovem”, levou a

---

<sup>3</sup> Como HARVEY (1989, p. 22) cita: “A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”.

importantes inflexões teóricas, radicalizadas em Hoddesdon (1951) quando se introduziu pela primeira vez um tema que não fazia parte da agenda original, abrindo caminho à superação da rigidez do modelo funcionalista associado com a Carta de Atenas. (SOSA e SEGRE, 2016, p. 2)

Tal contextualização é importante, pois nos processos de reconstrução de cidades européias pós-guerra, foi possível observar práticas modernistas não somente de forma declarada (como o caso da cidade de Frankfurt am Main, que reconstruiu completamente seu centro histórico para dar espaço a um novo e moderno centro financeiro), como também em cidades que optaram pela reconstrução e manutenção das fachadas tradicionais nos centros históricos. A oportunidade para modernizar a célula urbana não passou despercebida, e boa parte dos projetos de renovação urbana do período priorizaram a necessidade da ampliação de vias de tráfego (calçadas, ruas, pontes, avenidas e etc), e a modernização dos edifícios (VARGAS e CASTILHO, 2015). No caso, por exemplo, da Alemanha, podemos citar dois casos.

Nuremberg, um dos poucos exemplos que se atentou à reconstrução do centro histórico e à manutenção de fachadas e da estética tradicionais, também adotou medidas modernistas em seu plano de reconstrução pós-Guerra: *Grundplan der Altstadt Nurnbergs*<sup>4</sup> de 1950. As premissas para o planejamento foram que prédios totalmente destruídos não seriam reconstruídos ou copiados, e construções novas - apesar de precisarem se adaptar ao entorno - não imitariam os antigos estilos. Em um cenário em que cerca de 2/3 dos prédios da cidade foram destruídos, boa parte dos novos espaços serviram principalmente para a abertura de novas vias de tráfego, como a ampliação de calçadas e avenidas (SOUZA, 2009).

---

<sup>4</sup> Em tradução livre da autora: Plano Básico da Cidade Antiga de Nuremberg

Figura 1: Cidade de Nuremberg após final da Segunda Guerra Mundial



Fonte: Jornal Nordbayern<sup>5</sup>: Vor 75 Jahren: Zeitreise zum Ende des 2. Weltkriegs in Nürnberg. Publicado em: 20 de Abril de 2020

Munique, assim como Nuremberg, teve boa parte de sua cidade destruída: cerca de 60% de seu centro histórico foi totalmente devastado (HEMMETER, 1995 apud SOUZA, 2009), e apesar do interesse inicial em reconstruir os monumentos perdidos (MEITINGER, 1946 apud SOUZA, 2009), progressivamente no decorrer da década de 1950, os interesses de modernização foram aos poucos sendo atendidos com o “alargamento de ruas e praças, recuos de alinhamento e abertura de arcadas para pedestres (...) [e com a] crescente tendência de reconstruções em geral, reforçada pela volta das pesquisas científicas e pelo aprimoramento de técnicos e artesãos” (SOUZA, 2009), características, tais quais, arquetípicas dos movimentos urbanos modernistas.

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<<https://www.nordbayern.de/region/nuernberg/vor-75-jahren-zeitreise-zum-ende-des-2-weltkriegs-in-nurnberg-1.10008297>> Acesso em 01 de Outubro de 2022

Figura 2: Cidade de Munique após final da Segunda Guerra Mundial



Fonte: Acervo da Haus der Bayerischen Geschichte<sup>6</sup>

Além da questão das vias de tráfego, outra problemática que se fez muito presente nos processos de renovação foi a questão das moradias e complexos habitacionais. No caso da Europa, com as destruições sociais, econômicas e de infraestruturas da Guerra e a recessão econômica que se sucedeu, houve uma “reorganização completa do quadro político, com a redefinição do papel e das funções do Estado, como organizador dos esforços de reconstrução, promovendo um novo pacto social” (OTERO, 2009, p. 40). As ideias do economista John Maynard Keynes são incorporadas pelos governos social-democratas e

A partir deste arcabouço ideológico passou a se dar uma nova forma de atuação por parte do Estado na regulação e produção do espaço urbano, participando ativamente da reestruturação do território e sendo o mais importante ator na reconstrução habitacional, sob uma perspectiva de expansão de um mercado de consumo de massa e da universalização dos direitos sociais, no contexto de consolidação do Estado de Bem-Estar Social. (...) [O] momento de embate ideológico e econômico entre o capitalismo ocidental e o socialismo real soviético forçava o Estado a intervir na promoção de melhorias sociais, do qual a moradia era uma das reivindicações mais importantes. (OTERO, 2009, p. 41)

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.bavariathek.bayern/wiederaufbau/orte/detail/muenchen/2>> Acesso em 01 de Outubro de 2022

Desta forma, durante este período é possível observar diversas experiências europeias de renovação e reconstrução dos centros históricos, mas também a expansão e construção de novos bairros e até mesmo cidades. Como, por exemplo, o caso da Inglaterra, que em 1946 aprovou o *New Towns Act*, permitindo o desenvolvimento e a elaboração de novas cidades, “a maioria com a intenção de acomodar o transbordamento populacional de Londres”<sup>7</sup>. O projeto previa a construção de 22 novas cidades, e até 1955, 11 já haviam sido inauguradas.

No caso de Paris, foi estabelecido em 1953 o *Plan Courant*, “que objetivava a edificação anual de 240.000 moradias e reestruturava a política nacional francesa de habitação” (OTERO, 2009, p.49). Neste plano, foi também constituído um novo órgão, a SCIC (*Société Centrale Immobilière de la Caisse de Dépôts*), uma empresa paraestatal responsável por construir moradias públicas. Logo de imediato, a SCIC adquiriu terrenos distantes e com pouca infraestrutura em áreas rurais e periféricas de Paris, desvalorizadas pelo mercado imobiliário, portanto de baixo custo; e nelas, iniciou projetos massivos de grandes conjuntos habitacionais, os *grand ensembles*. Desenvolvidos no decorrer da década de 1960, o projeto se apoiou em 3 pilares:

1) o controle da terra urbana por meio da aplicação de uma legislação que dava ao Estado o direito de preempção e expropriação por interesse público para a aquisição de áreas destinadas à urbanização, assim como a demarcação das ZUPs<sup>8</sup>; 2) a utilização da pré-fabricação pesada e da padronização tipológica na produção habitacional massiva; 3) estímulo à participação da iniciativa privada na promoção habitacional, por meio de financiamentos especiais e incentivos a grandes construtoras e escritórios de arquitetura (OTERO, 2009, p. 50)

Porém, apesar do aumento de 71.000 moradias em 1950 para 430.000 em 1964, o projeto foi alvo de diversas críticas; entre elas “a extrema monotonia e rigidez visível nos *grands ensembles* [e a] degradada qualidade de vida nesses espaços, carentes dos mais básicos serviços urbanos, como escolas, equipamentos culturais, comércios e transportes públicos suficientes” (OTERO, 2009, p. 53), além do “contraste entre uma das mais ricas culturas do mundo – ao longo das margens do Sena – e a experiência de reduzir o assentamento urbano a um dormitório de concreto proporcionado pelo Estado” (CASTELLS, 1983, p. 121 apud OTERO, 2009, p. 53). Já em 1960, Guy Houist, membro da Comissão de Estudo dos Grandes Conjuntos, apresenta em seu relatório ao Conselho Econômico e Social do Ministério da Construção, duras críticas ao projeto:

A desesperante mediocridade da escolha apressada de certas localizações, a evidente monotonia ortogonal de alguns projetos, a linear uniformidade de inúmeras concepções arquitetônicas, a grande insuficiência de equipamentos comuns no momento da entrega das moradias, as indiscutíveis dificuldades de

---

<sup>7</sup> Tradução livre da autora a partir de declaração no site oficial do Parlamento Britânico, disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/towncountry/towns/overview/newtowns/>> Acesso em 18 de Setembro de 2022

<sup>8</sup> Zonas de Urbanização Prioritárias



transportes, a carência de isolamento acústico em inúmeras habitações, a falta de um acolhimento humano, tudo isto justifica os julgamentos prematuros e parcialmente falsos, porém de grande bom senso (HOUIST, 1960 apud OTERO, 2009, p. 54)

Tal declaração motivou novas duras críticas aos outros projetos de *grands ensembles* - como Otero conceitua e explicita amplamente em sua dissertação - demonstrando, assim, o rompimento com o racionalismo funcional expresso na Carta de Atenas de 1933, citado anteriormente. A partir de então, a França é marcada pela ruptura da concepção modernista no urbanismo ao ponto de em 1973, a norma Circular Guichard é aprovada, proibindo a construção de novos grandes conjuntos da maneira massiva, periférica, e carente de infraestrutura como foi planejada nos anos 1950. Não podemos, porém, deixar de citar que para o propósito de ampliar a disposição de melhores habitações para as classes de baixa renda que encontravam-se em situações extremamente precarizadas, os projetos cumpriram com o objetivo, e, de fato, aumentaram significativamente a quantidade de moradias.

De fato, conforme pesquisa realizada em 1964 nos *grands ensembles*, 88% da população residente se dizia convenientemente alojada, além de 62% que afirmavam que as vantagens da vida nos grandes conjuntos superavam os inconvenientes, bem como 51% dos entrevistados que diziam pretender viver muito tempo nesses locais. Para as populações atendidas por essa política, normalmente oriundas do meio rural ou de setores urbanos bastante precários, a instalação nesses conjuntos representava o acesso a uma moradia e a um espaço urbano qualificados, com as promessas de salubridade e bem-estar da sociedade moderna. (OTERO, 2009, p. 58)

O caso dos Estados Unidos é digno de especial nota, pois ao estudar e descrever suas características no decorrer do presente período deste item, observa-se acentuadas semelhanças ao estudo de caso deste presente trabalho: o Rio de Janeiro. No início do século XX, as políticas muito eram semelhantes aos casos europeus; a reforma Pereira Passos, por exemplo, chamou especial atenção aos problemas de saneamento associados às habitações precárias no centro da cidade, enfatizou os benefícios de suas demolições (a abertura de espaços verdes e de lazer), e priorizou a abertura de espaços para o alargamento das vias. No contexto pós-Segunda Guerra, porém, as políticas passaram a se inspirar nos casos estadunidenses, principalmente a partir de meados da década de 1960, pós-Golpe Militar. Pontos como segregação social e espacial das comunidades de baixa renda, a expansão de subúrbios e bairros de elite distantes do centro, políticas públicas focadas na gentrificação dos centros urbanos visando o retorno das classes altas, e a construção de gigantescas vias de acesso de automóveis que reformaram completamente o tecido urbano, são pontos especialmente convergentes do contexto estadunidense e carioca.

Nos Estados Unidos, os processos de renovação foram ainda mais extremos do que na Europa. As cidades norte-americanas observaram uma expansão espontânea ou planejada de



suas áreas urbanas através da criação de uma nova rede de subcentros que passaram a concorrer com o centro principal através da migração das famílias de maior poder aquisitivo para os subúrbios e da criação de shoppings periféricos, causando, assim, uma aceleração da degradação e deterioração dos centros antigos, e induzindo, então, a partir dos anos de 1950, um “processo de renovação urbana de grandes proporções” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 7). Motivado pelos governos municipais e federal em parceria com a iniciativa privada, o principal objetivo era aumentar a arrecadação de impostos e atrair o investimento externo.

O desenvolvimento das cidades norte-americanas na década de 1950 esteve condicionado à demolição de áreas consideráveis do tecido urbano e à reconstrução. Este processo ficou conhecido como Renovação Urbana (*Urban Renewal*), no qual não havia intuito de preservar os edifícios ou mesmo o conjunto deles. Alguns estudiosos definem este período como *bulldozer days*. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 9)

Casos como a conferência Nacional de Connecticut de 1957, são perfeitos exemplos do teor da maioria dos projetos da época. Organizada pela Companhia de Seguro de Vida de Connecticut, a conferência reuniu por volta de 50 participantes, entre eles políticos, arquitetos, pesquisadores, investidores, banqueiros, publicitários e urbanistas para discutir projetos de Renovação Urbana. O principal objetivo era “eliminar o congestionamento das áreas centrais, com a criação de grandes espaços para vias amplas, estacionamento, [e] instituições culturais”, além da demolição de áreas “encortiçadas” para a criação de espaços verdes, e a substituição de indústrias e armazéns por “torres de escritório, bancos, agências do governo, hotéis, restaurantes, [e] lojas de departamento, preparando-se para ser o espaço das artes, da educação e da recreação, e para grupos de moradores que desfrutariam a vida cultural e educacional do centro”. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 9)

Dispor de espaço para implementar tais mudanças significaria derrubar muito do que lá havia e desalojar milhares de pessoas, pois esses projetos não se referiam apenas às áreas centrais, incluíam também outros distritos na circunvizinhança do centro. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 9)

E este foi exatamente o caso: um dos principais setores afetados pela política de *Urban Renewal* foi o das habitações, pois, assim como na Europa, os Estados Unidos sofriam das mesmas problemáticas geradas por um aumento populacional nos grandes centros sem o acompanhamento da disponibilidade imobiliária acessível<sup>9</sup>, causando, então, a expansão de moradias com infraestrutura precária; portanto, os governos locais buscavam sua solução da mesma forma incessante. Porém, ao contrário dos casos da Europa, que - apesar de, sim,

---

<sup>9</sup> Ou seja, fomentada pelo governo e/ou focada na população de baixa renda. A expansão imobiliária que observamos no período é, porém, a da iniciativa privada nos subúrbios, buscando atrair a população de alta renda descontente com a presente degradação dos centros urbanos pós-Grandes Guerras e sucessivas recessões econômicas.

gentrificarem seus centros - focaram seus projetos e investimentos governamentais majoritariamente na construção de novas habitações ou até mesmo novas cidades em áreas periféricas com o principal objetivo de satisfazer a carência habitacional da população de baixa renda, os casos dos Estados Unidos e do Rio de Janeiro focaram principalmente na renovação dos centros urbanos em processos notadamente gentrificados<sup>10</sup> e sem muitos planos governamentais focados somente na construção de novas moradias. Tal problemática se faz mais notória aqui porque as políticas de desalojamento foram responsáveis pelo deslocamento de centenas de milhares de famílias, e com um viés étnico-racial no mínimo digno de nota, que trataremos a seguir; e a falta de planejamento na realocação e reconstrução dessas comunidades modelaram a cultura americana em proporções inimagináveis até hoje.

Para os Estados Unidos, do período entre 1934 a 1973, diversas leis de âmbito nacional são aprovadas pelo governo federal - as famosas *Housing Acts*. Tais leis eram elaboradas e implementadas pelo *Federal Housing Administration*<sup>11</sup> (FHA), que, em 1965, se torna o *Department of Housing and Urban Development*<sup>12</sup> (HUD) quando é oficialmente declarado órgão executivo pertencente ao gabinete federal norte-americano. A principal delas, sendo o *Housing Act* de 1949, responsável pelas medidas mais notórias do período deste item, pois decretava o objetivo de reviver as cidades através do fomento federal de projetos locais de renovação urbana; o que significava que os municípios teriam a liberdade e a independência de elaborar, implementar, controlar e analisar seus projetos de renovação a partir do financiamento federal, podendo decidir seu enfoque e de que maneira o fomento seria utilizado e distribuído.

Quando os subsídios foram combinados com poderes de expropriação delegados pelos governos estaduais, agências locais puderam juntar, limpar, e então vender parcelas de território em áreas urbanas “arruinadas” para o redensolvimento. Cidades também receberam financiamento para o planejamento, o reforço da lei, e a reabilitação de estruturas e bairros<sup>13</sup>. (COLLINS e SHESTER, 2013, p. 239)

Inicialmente, o *Housing Act* de 1949 enfatizava a liberação de espaços através da demolição de habitações encortiçadas e o subsequente redensolvimento da área com um caráter “predominantemente residencial”, porém o escopo foi sendo, ao longo do tempo, ampliado para incluir projetos que não necessariamente possuíam o enfoque em habitações, mas que dispunham de equipamentos sociais como hospitais, escolas, melhoramentos de saneamento e etc, assim como projetos focados apenas em planejamentos urbanos no geral e

---

<sup>10</sup> O desejo de substituir a comunidade de baixa renda pela de alta renda nos centros urbanos era declarado, como VARGAS e CASTILHO, 2015 comprovam ao longo de seu trabalho

<sup>11</sup> Administração Federal de Habitação, em tradução livre da autora.

<sup>12</sup> Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em tradução livre da autora

<sup>13</sup> Em tradução livre da autora. Original: “When the subsidies were combined with powers of eminent domain delegated by state governments, local agencies were able to assemble, clear, and then sell parcels of land in “blighted” urban areas for redevelopment. Cities also received funding for planning, code enforcement, and the rehabilitation of structures and neighborhoods.”

na eliminação de edifícios irregulares (COLLINS e SHESTER, 2013). E apesar de inicialmente unirem os interesses da iniciativa privada e dos republicanos liberais aos interesses dos reformistas democratas e das comunidades minoritárias e de baixa renda, os projetos de intervenção foram cada vez mais atendendo aos interesses do mercado; e, progressivamente, os líderes dos Estado aproveitaram da situação para destruir seus estoques de habitações de baixa renda nos centros urbanos para substituí-los pelas de média e alta com o firme e evidente propósito de aumentar suas arrecadações de impostos e atrair o investimento externo para suas cidades (VARGAS e CASTILHO, 2015), deixando portanto os projetos de reconstrução de habitações de baixo custo nas mãos da iniciativa privada, inclusive da maneira que Henry Truman advoga em seu discurso anual para o Congresso Americano em 05 de Janeiro de 1949<sup>14</sup>:

A escassez de habitação continua aguda. Como um passo imediato, o Congresso deve decretar as provisões para habitações populares de baixo custo, remoção de favelas, habitações agrícolas, e pesquisas habitacionais (...) A maior parte das habitações que precisamos terão de ser construídas pela iniciativa privada, sem subsídio governamental<sup>15</sup>.

Com pouca ou quase nenhuma participação popular (somente a de observador e cristizador das práticas), prefeitos, empresários, e profissionais de alto nível elaboraram e publicaram por volta de 700 planos de renovação até 1959 (VARGAS e CASTILHO, 2015, p.10) chegando a 2100 até o final do programa em 1974, com os financiamentos totalizando aproximadamente 53 bilhões de dólares na conversão para 2009 (COLLINS e SHESTER, 2013, p. 239), cobrindo uma área de aproximadamente 25 Manhattans por todos os Estados Unidos em mais de 1200 municípios, demolindo 404.000 unidades habitacionais e desalojando 330.000 famílias, somente do período de 1955 a 1966 (NELSON e AYERS, 2017).

A questão étnico-racial também se fez notavelmente presente. Através de dados retirados dos *Urban Renewal Directory*<sup>16</sup>, publicados anualmente de 1955 a 1966 pela HUD, NELSON e AYERS demonstram estatisticamente como - apesar de minorias percentuais na totalidade populacional - populações e bairros não-brancos foram os mais afetados pelas políticas de renovação urbana locais por todo o país<sup>17</sup>. Cincinnati, por exemplo, até o final dos anos 1960, havia despejado 6713 famílias. Em uma população formada por 21% de

---

<sup>14</sup> Disponível no repositório de discursos presidenciais da Universidade da Califórnia de Santa Bárbara: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/annual-message-the-congress-the-state-the-union-21>> Acesso em 06 de Outubro de 2022

<sup>15</sup> Em tradução livre da autora. Original: "The housing shortage continues to be acute. As an immediate step, the Congress should enact the provisions for low-rent public housing, slum clearance, farm housing, and housing research which I have repeatedly recommended. (...) Most of the houses we need will have to be built by private enterprise, without public subsidy."

<sup>16</sup> Diretório de Renovação Urbana, em tradução livre da autora

<sup>17</sup> Vale notar que estes dados contavam somente o despejo de famílias, e não de adultos morando sozinhos, e que foram coletados somente de 1955 a 1966, deixando vários anos de projeto sem dados conhecidos.

não-brancos, 93% das famílias despejadas eram pertencentes a esse grupo. Somente o projeto dos bairros de Kenyon-Barr/Queensgate foi responsável pelo despejo de 4953 famílias, onde 97% delas eram não-brancas. O caso de Detroit também é notável: em por volta de 14 projetos que ocorreram de 1955 a 1966, 8231 famílias foram despejadas, em que 67% delas eram não-brancas, onde na população total, somente 29.2% fazia parte desse grupo durante o período. O projeto mais expressivo foi o do bairro de Gratiot, em que 1958 famílias foram despejadas, 95% delas sendo de não-brancos. (NELSON e AYERS, 2017)

Tais projetos são notáveis principalmente pelo fato de, historicamente, serem bairros muito representativos da comunidade negra. Ao despejarem boa parte dessa população, sem planos centralizados de realocação, ao contrário, redistribuindo o espaço para a iniciativa privada de lojas, hotelaria, agências de banco e etc, para equipamentos de lazer e cultura visando a atração de famílias que não pertencem àquela comunidade, e para o mercado imobiliário de habitações de alto custo, é possível inferir que a comunidade e sua história são completamente destruídos. Onde antes se atrelava a identidade e estabelecia as relações, agora deixa de existir, provocando seu apagamento, pois o bairro é totalmente substituído.

Um caso icônico de um projeto de renovação que visava a substituição de moradias precárias pela construção de complexos habitacionais para a população de baixa renda, foi o complexo de Pruitt-Igoe em St. Louis concluído em 1956. Fruto do programa federal de habitação social do pós-guerra, o complexo Pruitt-Igoe de 33 edifícios, 2.870 apartamentos, e acomodando até 10.000 residentes, foi inicialmente planejado para ser racialmente segregado: negros ao norte e brancos ao sul, Pruitt para os negros, Igoe para os brancos (MONTGOMERY, 1985). E apesar de em 1954 a segregação ser derrubada através do decreto *Brown v. Board* da Suprema Corte, em meados dos anos 1960 a população do complexo era quase que inteiramente negra<sup>18</sup>

A integração dos apartamentos Pruitt e Igoe resultou na maioria dos residentes brancos abandonando-o em massa, juntamente com os negros residentes que poderiam pagar habitações unifamiliares em outro lugar. Os únicos inquilinos que restaram eram aqueles que literalmente não podiam se dar ao luxo de ir a qualquer outro lugar. (ARCHDAILY, 2017)

Sendo planejado através dos princípios da Ville Radieuse (habitar, circular, trabalhar e divertir-se) de Le Corbusier, o projeto utilizou de técnicas modernistas como os elevadores tecnológicos “*skip-stop*” que paravam somente a cada três pavimentos, deixando os outros andares para serem atendidos por escadas, assim, se “pretendia reproduzir a vida da comunidade nas calçadas em uma edificação, onde crianças e adultos poderiam se reunir em segurança” (ARCHDAILY, 2017), porém rapidamente o projeto demonstrou seus primeiros sinais de má conservação, vandalismo e crime; Chad Freidrichs, diretor do premiado

---

<sup>18</sup> PD&R Edge Magazine, **Why Did Pruitt-Igoe Fail?** HUD’s Office of Policy Development and Research. Disponível em: <[https://www.huduser.gov/portal/pdredge/pdr\\_edge\\_featd\\_article\\_110314.html](https://www.huduser.gov/portal/pdredge/pdr_edge_featd_article_110314.html)> Acesso em 15 de Outubro de 2022

documentário *The Pruitt-Igoe Myth*, demonstra como a região se tornou “um deserto de amenidades, sem suficiente acesso ao transporte, à empregos e alimentos”<sup>19</sup> (PD&R Edge Magazine), colocando os princípios do planejamento em cheque: “com a ausência do fator ‘trabalho’, os outros princípios (corbusianos) perdem o sentido” (Deutsche Welle, 2005 apud OTERO, 2009, p. 62). Assim, “as galerias e escadarias destinadas a proporcionar espaços comunitários seguros acabaram dominadas por gangues” (ARCHDAILY, 2017).

Figura 3: Complexo do Pruitt-Igoe



Fonte: Archdaily, 2017 através de *The Pruitt-Igoe Myth*

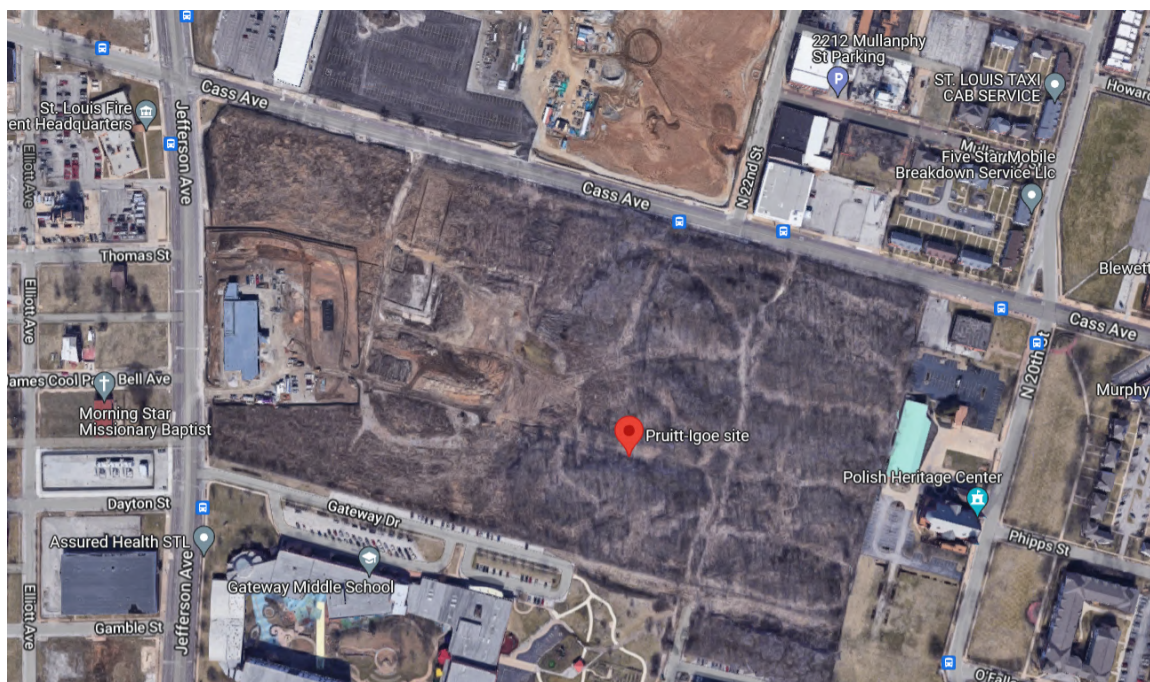
Tal falta de presença do Estado local não somente na região espacial, mas também nas políticas sociais e econômicas que agregariam essa comunidade à sociedade, levam o complexo a tal degradação que já em 1968, a Autoridade de Habitação de St. Louis solicita a tomada do complexo pelo governo federal ou o seu abandono devido às crises fiscais de altos preços de aluguel e altas taxas de inadimplência (MONTGOMERY, 1985). Em 1970, 68% do complexo encontrava-se desocupado, portanto a Autoridade de Habitação de St. Louis toma medidas para concentrar as unidades ocupadas com o objetivo de aumentar a segurança, e declara um déficit de USD 400,000, culminando, finalmente, para o inevitável anúncio de fechamento de alguns prédios; em 1971 somente 11 prédios dos 33 originais permaneciam operantes. Em 1974, então, o último prédio é fechado e preparado para ser demolido. A área do complexo permanece até hoje vazia, conforme demonstra a Imagem 4.

---

<sup>19</sup> Tradução livre da autora. Original: “became something of an amenity desert, lacking sufficient access to transportation, jobs, and food”.



Figura 4: Região do complexo Pruitt-Igoe através de imagem aérea em 2022



Fonte: Imagem retirada do Google Maps pela autora em Outubro de 2022

No contexto dos diversos protestos por todo o país a favor dos direitos civis da população negra dos anos 1960, somado aos assassinatos de figuras ativistas icônicas como Malcom X em 1965 e Martin Luther King em 1968, o clima era no mínimo tenso; e a influência da problemática de moradias fez da situação ainda pior.

Nos anos 1960, a cena das cidades americanas fora invadida por manifestações pelos direitos civis, demonstrações contra a guerra no sudeste asiático e motins de toda espécie, sobretudo nos bairros negros, sendo que boa parte do descontentamento urbano, é bom não esquecer, girava em torno dos projetos “modernos” de habitação e renovação dos equipamentos funcionais típicos, agora ameaçados por distúrbios que estavam se tornando endêmicos (ARANTES, 2002, p. 22)

É então determinado no mesmo ano da morte de Martin Luther King, em 1968, após diversos protestos, o *Fair Housing Act*, proibindo a discriminação por raça e cor em processos de compra, aluguel, venda e financiamento de imóveis, assim como práticas de *redlining*<sup>20</sup> na avaliação de créditos por parte de, principalmente, bancos.

Assim, a partir do final da década de 1960 é possível observar uma mudança cultural de grandes proporções na sociedade americana. Como Harvey explicita, “vários movimentos contraculturais e antimodernistas” apareceram, “antagônicas às qualidades opressivas da

---

<sup>20</sup> A grosso modo, essa prática dizia respeito à determinação, pela iniciativa privada, de bairros e regiões na cidade considerados “tóxicos” para investimentos de serviços e financiamentos, se tratando também dos indivíduos que habitavam tais locais. Normalmente essas regiões estavam marcadamente associadas a grupos minoritários, principalmente se tratando de populações negras.

racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas (...) Em algum ponto entre 1968 e 1972, portanto, vemos o pós-modernismo emergir como um movimento maduro, embora ainda incoerente, a partir da crisálida do movimento antimoderno dos anos 60" (HARVEY, 1989, p. 44).

Desde a publicação, em 1961, de "Morte e vida das grandes cidades" de Jane Jacobs, "um dos primeiros, mais articulados e mais influentes tratados antimodernistas" (HARVEY, 1989, p. 73) da época, novos conceitos de urbanismo passam a ser propostos e aceitos, causando uma transição cultural em planejamentos de intervenções urbanas.

## **1.2 Anos 1970-1980 - A Era da Preservação**

A partir dos anos de 1970, então, é possível observar uma nova "onda" de mudanças significativas no contexto social, político, econômico, e cultural das grandes potências. No âmbito econômico, após décadas de ascensão e crescimento<sup>21</sup>, novamente, o mundo encontra-se em um período de recessão. Com os diversos traumas sociais do início do século XX, unidos aos subsequentes efeitos da Segunda Guerra Mundial, havia um forte interesse, a partir de 1945, por parte dos Estados capitalistas de "impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930" (HARVEY, 2005, p. 19) além, também, de impedir "o ressurgimento das rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra. Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores" (*ibid*, p. 19). Assim, "o único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade" (DAHL e LINDBLOM, 1953 apud HARVEY, 2005, p. 20).

Uma variedade de Estados social-democratas, democrata-cristãos e dirigistas emergiu na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Os próprios Estados Unidos passaram a seguir uma forma democrática liberal de Estado. (...) O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado - ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos - para alcançar esses fins. (...) Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente "liberalismo embutido" (HARVEY, 2005, p. 20)

---

<sup>21</sup> MOURA (2020) demonstra em seu artigo que após a superação do período pós-Segunda Guerra, observa-se entre os anos de 1950 a 1970 um crescimento econômico mundial anual de 5%. Nações como Alemanha e Japão conseguem guinar sua produção industrial e se tornar umas das principais economias mundiais através de incentivos econômicos estadunidenses no contexto da Guerra Fria, em que buscava-se uma reafirmação - principalmente por parte dos Estados Unidos - das forças e benefícios do capitalismo em oposição ao socialismo da URSS ascendente.

E apesar de, durante as décadas subsequentes, essas políticas serem muito bem-sucedidas em recuperar as economias negativamente impactadas pela guerra e em reestabelecer a paz social interna e entre nações, a ascensão de novas economias ao palanque dos capitalistas poderosos durante a década de 1960, como Alemanha e Japão, fez com que a competitividade e concorrência entre nações ressurgisse, o *boom* industrial mundial levasse à uma nova crise de superprodução, os Estados Unidos vissem sua economia estagnando devido à alta competitividade de manufatura e aos empréstimos, créditos, e incentivos dados a outros países, e o mundo capitalista observasse o “liberalismo embutido” ruindo tanto na economia doméstica quanto na internacional (HARVEY, 2005). Dessa forma, o decorrer da década de 1970 foi marcado pelo “aprofundamento da miséria, do desemprego e das desigualdades sociais decorridas dessa fase de estagnação” (MOURA, 2020, p. 102), dando destaque à modificação das formas de trabalho como fator agravante principal: com a modernização tecnológica na indústria, a mão-de-obra barata pôde ser, em parte, substituída por máquinas, enquanto que a mão-de-obra qualificada viu oportunidades de se qualificar ainda mais para aumentar seus salários; e com a necessidade da redução de custos de produção, a mão-de-obra barata foi então substituída por uma ainda mais barata através da “feminização da força de trabalho” e da “ampla utilização de mão de obra imigrante, frequentemente ilegal”<sup>22</sup> (MOURA, 2020, p. 102) gerando, assim, altas taxas de desemprego e desigualdade social.

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (...), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. (...) O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixara de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa. (HARVEY, 2005, p. 22)

Visto isso, os países centrais ao capitalismo - que acabaram por influenciar as políticas sociais e econômicas dos países subdesenvolvidos nas periferias mundiais - sentiram-se, então, motivados a reestruturarem seus sistemas políticos e econômicos; diminuindo sua participação na economia para permitir o livre mercado, dando ênfase à globalização para

---

<sup>22</sup> David Harvey (1989; 2003) cita que a partir da década de 1970, a mão-de-obra industrial da época - que compunha a maior parte da produção capitalista nas décadas anteriores - se fortalecia em sindicatos e exigia melhores condições de trabalho; porém, tal mão-de-obra era majoritariamente composta por homens brancos que, em parte, buscavam se qualificar mediante a disseminação da tecnologia na produção industrial, fazendo com que uma nova classe de mão-de-obra barata surgisse e se apresentasse como mais atraente: Hobsbawm (2001, p. 304 apud MOURA, 2020, p. 102), por exemplo, cita que “em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade”. Assim, as taxas de desemprego e/ou precarização e degradação do trabalho aumentaram significativamente.



motivar a circulação internacional de capitais, adotando o protecionismo econômico para impulsionar a manufatura local, reduzindo custos de produção, e, principalmente, motivando o consumo global para evitar, assim, uma nova crise de superprodução.

Conhecemos, então, o neoliberalismo.

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. (...) Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2005, p. 12)

É, portanto, a partir daqui que observamos o que ficará conhecido como uma revolução cultural ou *cultural turn*. Os anos turbulentos - no âmbito social - da década de 1960, somados aos anos turbulentos - no âmbito econômico - da década de 1970, impulsionaram não somente o movimento cultural como um todo, como também o fez altamente ligado à questões político-econômicas. Veremos assim, por exemplo, a transição do modernismo para o que diversos autores consensualmente denominarão de "pós-modernismo", caracterizado pela diversidade, por questões identitárias, pela produção e consumo massivo, pelo hiper-realismo, e pelo fenômeno que David Harvey chamará de "colagens"<sup>23</sup>, associando também ao surgimento do planejamento urbano "como algo necessariamente fragmentado"<sup>24</sup> (HARVEY, 1989, p. 69), preferindo a preservação ao invés da renovação, e focando na multiplicidade e mistura de estilos. Focaremos aqui, a explicação dessa revolução cultural, majoritariamente nos movimentos dos Estados Unidos, pois a partir da década de 1970, apesar das crises e experiências mundiais diversas, o país ainda gozava da posição central e representativa do capitalismo, que à época se renovava; e inclusive no contexto da Guerra Fria e de suas heranças - corrente durante este item -, a produção cultural norte-americana se torna uma importante ferramenta em sua política de imperialismo mundial.

Foi preciso cultivar e projetar no exterior o pró-americanismo. E assim teve início o amplo ataque cultural aos valores europeus "decadentes" e a promoção da superioridade da cultura americana e dos "valores americanos". Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais (essa foi a época em que Nova York "roubou" de Paris a ideia de arte moderna). O imperialismo cultural tornou-se importante

---

<sup>23</sup> Utilizando como perfeito exemplo as obras de Picasso com as formas disformes, os jogos de perspectiva, a composição geral da imagem a partir da diversidade setorizada, e etc; fazendo analogia deste conceito às questões urbanas inspirado por Jane Jacobs (1961).

<sup>24</sup> Ou seja, com enfoque setorizado para necessidades específicas de edifícios, monumentos, ruas ou bairros, ao invés de focar na composição geral da cidade da maneira modernista de se fazer que assassinava a diversidade e a multiplicidade ao construir uma narrativa racional para toda a mancha urbana sem se preocupar com as minúcias e particularidade sentimentais que a compõe.

arma na luta para afirmar a hegemonia geral. Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como o dos direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser. Os Estados Unidos foram concebidos como um farol da liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade. (HARVEY, 2003, p. 53)

David Harvey, em *A Condição Pós-Moderna* (1989) associa, de diversas maneiras, como um período de instabilidade político-econômica pode afetar diretamente a produção cultural, mas de uma maneira deveras contra-intuitiva e paradoxal: "o aumento da produção cultural foi de fato fenomenal" com "mais de 15 milhões de obras de arte numa década" produzidas somente em Nova York "em comparação com 200.000 na Paris do final do século XIX" (HARVEY, 1989, p. 262). Apontando ainda a ascensão de uma nova camada na "classe média", a qual ele denominará - a partir da definição de Daniel Bell - de "massa cultural":

Não os criadores da cultura, mas os seus transmissores: os que se ocupam da educação superior, da atividade editorial, das revistas, da mídia eletrônica, dos teatros e dos museus, que processam e influenciam a recepção de produtos culturais sérios. Ela é em si mesma ampla o bastante para ser um mercado para a cultura, para comprar livros, quadros e gravações de música séria. Ela também é o grupo que, como escritores, editores de revistas, cineastas, músicos e assim por diante, produz os materiais populares para o público mais amplo da cultura de massas. (BELL, 1978 apud HARVEY, 1989, p. 262)

Essa ascensão e expansão da cultura de massa popular pode ser explicada por diversos motivos - como Harvey o fez - e a qual resumiremos brevemente e a grosso modo neste item em dois aspectos: através do âmbito social e do âmbito econômico.

Pelo lado social, a crescente instabilidade política, econômica e social associada ao desemprego e à precarização do trabalho, e à questões como, por exemplo, a grande falha da Guerra do Vietnã, os efeitos da segregação racial nos Estados Unidos, e as demonstrações evidentes das carências e erros do planejamento urbano modernista tocado por governos locais e/ou federais, fazem com que a credibilidade do Estado capitalista como mediador social desvaneça, motivando a busca de novos produtores e figuras de autoridade, além de causar uma sensação de incerteza generalizada que incentiva a busca pela preservação, conservação e restauração de valores e símbolos de uma comunidade perdida - inclusive bem literalmente nos planos urbanos modernistas de renovação - desassociadas das esferas políticas atuais.

Quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir. O revivalismo religiosos, que se tornou muito mais forte a partir do final dos anos 60, e a busca de autenticidade de autoridade na política (com todos os seus atavios de nacionalismo, localismo e admiração por indivíduos carismáticos e "multiformes" com sua "vontade de poder" nietzschiana) são casos pertinentes.

O retorno do interesse por instituições básicas (como família e a comunidade) e a busca de raízes históricas são indícios da procura de hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante. (HARVEY, 1989, p. 263)

Somente com relação aos processos de expropriação, demolição e realocação de bairros inteiros durante as décadas de 1950 e 1960 citadas anteriormente, milhares de famílias e indivíduos de baixa renda e/ou pertencentes às minorias, observaram, assim, suas comunidades inteiras sendo destruídas e substituídas. As histórias e memórias associadas ao espaço físico e que criam esse sentimento de pertencimento e identidade, são completamente perdidas: a casa, a rua, a padaria, ou a lojinha com uma estética característica de uma época e uma classe específica, e remetentes às tradições dos diversos indivíduos que formam e compõem o grupo ali residente, foram agora substituídas por blocos de vidro reluzentes, modernos e suntuosos, assim como por áreas verdes e condomínios luxuosos, todos construídos para empregarem, abrigarem, servirem e entreterem famílias de classes mais altas que antes não somente não habitavam ou frequentavam aquele espaço, como também o evitavam completamente<sup>25</sup>.

Dessa forma, as pessoas de baixa renda e/ou de classes minoritárias - agora também espacialmente marginalizadas e inseridas em um contexto destrutivo<sup>26</sup> - são motivadas a uma busca própria de identidade, comunidade, e pertencimento. A cultura se torna uma forma de expressão popular de grupos que não encontram voz em outros espaços, se torna um meio libertador das limitações de classe, uma convergência de histórias e memórias, um objeto definidor de pertencimento e identidade, mas, principalmente, uma forma de protesto, de expressão política e de descontentamento generalizado. Nesse sentido, Harvey trabalha extensivamente a questão dos impactos da disseminação de novas mídias - principalmente a partir da década de 1980 - nas concepções do que ele denomina de espaço-tempo. A partir desta conceituação, é possível associar que concernente à cultura, a perda do espaço físico de tantas comunidades fez com que a "localização" da identidade de centenas de milhares de pessoas se dinamizasse para além do bairro ou da rua, e se ancorasse mais em seu simbolismo, expandindo, assim, a "localidade" dessas memórias, histórias e tradições para um âmbito mais "etéreo" encontrado na produção cultural. E, portanto, o reforço da identidade passa a ocorrer através do simbolismo cultural de uma produção mais próxima das populações minoritárias e de baixa renda que não enxergavam representatividade e pertencimento nos espaços culturais de épocas anteriores.

[A cultura] perde seu caráter áurico, enquanto algo de valor por si só, e passa a ser analisada a partir de uma perspectiva utilitarista e instrumental, ligada a fins econômicos e sociais. Apesar da cultura nesse período ainda não se ligar à

---

<sup>25</sup> Inclusive criando mediadores sociais, como o *redlining* citado anteriormente, para definir onde evitar investimentos, concessões de créditos, e financiamentos do setor imobiliário de famílias e indivíduos dependendo do bairro que habitam ou pretendem habitar.

<sup>26</sup> Com a perda de emprego, padrão de vida, casa, segurança e etc.

promoção do turismo e à formação da imagem da cidade no exterior<sup>27</sup>, os gastos culturais justificam-se não mais apenas por objetivos puramente culturais, mas também pelo reforço da identidade local, pela inclusão de diversos grupos sociais na vida cultural da cidade, pela promoção da recreação e do lazer às classes menos favorecidas, etc. (KÖHLER, 2008, p. 6)

E apesar da citação anterior se tratar dos interesses de investimento financeiro no setor e não necessariamente da expressão popular, ela demonstra perfeitamente que passou-se a atrelar um outro objetivo à produção cultural além das concepções tradicionais e elitistas que refletiam somente a vida e visão dos abastados privilegiados; e a cultura, inclusive, passa a representar uma oportunidade alternativa de ascensão social diferente das concepções tradicionais de um capitalismo que - atual a este item - encontra-se falido e fracassado.

Volkerling (1996) também aponta que é durante esse período que ocorre a profissionalização da área cultural dentro do setor público, com sua maior visibilidade perante a sociedade e a inclusão de integrantes de diversas correntes de prática cultural, com diferentes posicionamentos sobre o conceito de cultura e sobre a orientação desejada da ação pública na área cultural. (KÖHLER, 2008, p. 6)

Porém, da mesma maneira que a disseminação dos valores culturais pode ser benéfica no sentido apontado anteriormente, ela também é colocada em uma frágil posição: “a minimização da autoridade do produtor cultural cria a oportunidade de participação popular e de determinações democráticas de valores culturais, mas ao preço de uma certa incoerência ou, o que é mais problemático, de uma certa vulnerabilidade à manipulação do mercado de massa.” (HARVEY, 1989, p. 55). E, com efeito, no âmbito da produção cultural - considerando a conceituação de Daniel Bell que Harvey utiliza e reforça com relação à nova “massa cultural” ascendente - essa manipulação do mercado de massa é ainda mais acentuado com a disseminação das mídias, principalmente - durante a década de 1980 - com a ampliação de redes de satélite de televisão e rádio, barateando, portanto, suas transmissões, e assim, dinamizando o consumo cultural através da ascensão massiva da moda, da estética, do design, e da arte pop. E, ao mesmo tempo que isso altera a antiga concepção de “alta cultura” - como citamos Köhler acima - motivando, portanto, a aproximação da população à cultura, às obras de arte, aos museus, e ao lazer, beneficentemente fazendo da cultura algo acessível, inicia-se aqui, também, a exploração massiva por parte do mercado e do Estado neoliberal de equipamentos culturais e de lazer, assim como do próprio fenômeno cultural em si, fazendo da produção efêmera, e sujeitando-a ao esvaziamento de significado<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Mais presente a partir dos anos 1990.

<sup>28</sup> A própria arte pop - exemplo perfeito da cultura pós-modernista que tratamos neste período -, que nasceu de um desejo de contracultura ao modernismo, como uma expressão de estar essencialmente fora do *status quo* artístico, atacando visivelmente as concepções tradicionais de arte e cultura e suas técnicas, e criticando diretamente a produção e consumo em massa (como vemos em diversas obras, por

A partir disso, surge a questão: por que o investimento no setor cultural, de repente, se torna tão atrativo à iniciativa privada e ao novo Estado neoliberal comprometido com a mínima interferência no mercado e em políticas sociais de bem-estar? Podemos responder seguindo o exemplo dos índices de valores de compra de obras de arte: observa-se, por exemplo, um crescimento expressivo desses índices, principalmente a partir da década de 1970, e cada vez mais forte no decorrer das décadas seguintes; além também do aumento nos índices de produção artística, como citado anteriormente. Harvey, em parte, atribui a disseminação dessa prática à crise do capital: mediante a instabilidade econômica mundial da década de 1970, as classes altas se vêem motivadas a diversificarem seus investimentos para a proteção do capital, e com isso observa-se uma

(...) Vasta inflação de certos tipos de ativos reais - contas a receber, objetos de arte, antiguidades, imóveis etc. Comprar um Degas ou um Van Gogh em 1973 por certo superaria quase todo outro tipo de investimento em termos de ganho de capital. Na realidade, pode-se alegar que o crescimento do mercado de arte (com sua preocupação com a assinatura do autor) e a forte comercialização da produção cultural a partir de mais ou menos 1970 têm tido muito que ver com a busca de meios alternativos de armazenar valor em condições em que as formas monetárias comuns são deficientes. (HARVEY, 1989, p. 268)

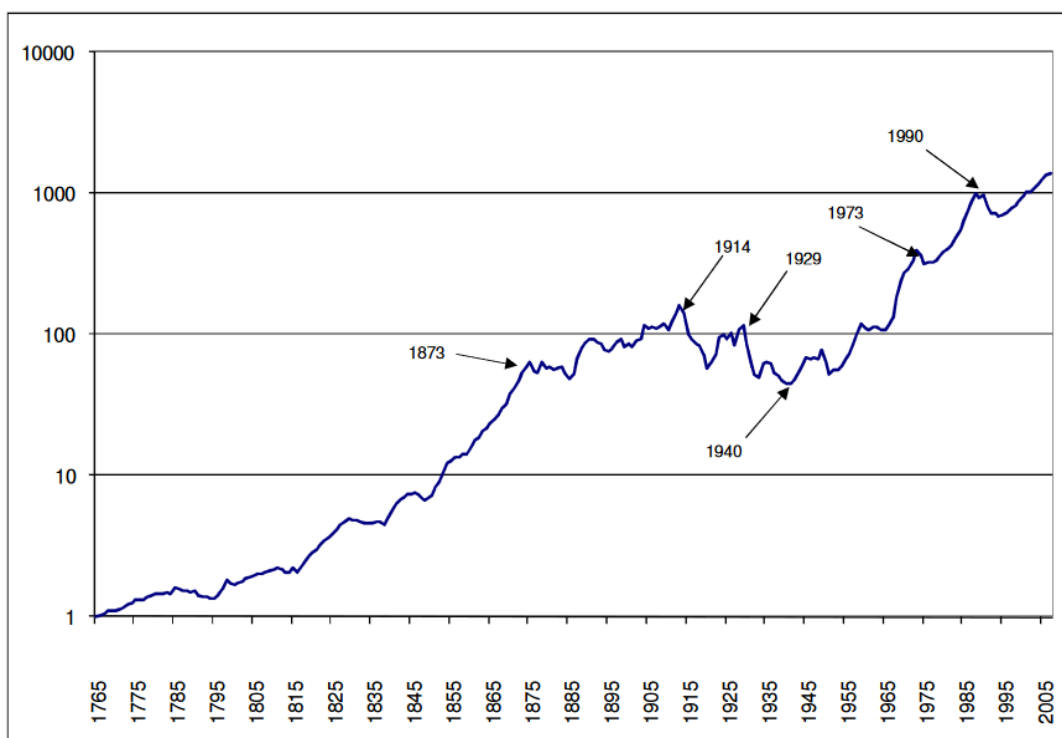
E, de fato, como podemos observar no gráfico abaixo realizado por Goetzmann et al. (2010), os índices anuais de preços de obras de arte desde 1765 até os anos 2000<sup>29</sup>, possuem um crescimento evidente a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970; e apesar de variante, esses índices continuam aumentando constantemente desde então.

Figura 5: Índice anual de preços de arte 1765-2000

---

exemplo, de Andy Warhol, que se tornaram icônicas), acabou ela própria se tornando um dos principais - senão o principal - movimentos artísticos associados à moda e ao consumo massivo; sendo o termo “pop” associado até hoje a essas concepções.

<sup>29</sup> Vale citar que tais índices foram retirados, majoritariamente, de grandes companhias multinacionais privadas de leilão de obras de arte, como as britânicas Sotheby's e Christie's que possuem importantes filiais em Nova York, e são detentoras de todos os recordes de valores de vendas de obras de arte desde 1970. (Ver Apêndice 1)



Fonte: GOETZMANN, RENNEBOOG, e SPAENJERS (2010)

Tal crescimento também se dá pela nova modalidade adotada pelo capitalismo neoliberal: “desde a eclosão da crise de superprodução, ao longo das décadas que se seguiram, expandiu-se rapidamente o enorme montante de capital fictício” (MOURA, 2020, p. 108) motivado inclusive pela desregulamentação dos “mercados financeiros e de capitais para favorecer o capital especulativo” (*ibid* p. 104) por parte, por exemplo, do governo federal de Ronald Reagan no início da década de 1980; criando assim diversas bolhas econômicas baseadas nessas novas formas de capitais, a que podemos inclusive associar o mercado de arte e da cultura. Nesse sentido podemos citar Harvey quando ele explica a criação desse capital fictício através de uma valorização simbólica:

A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros. A renda monopolista desse tipo pode ser estendida à propriedade de obras de arte (como um Rodin ou um Picasso), que podem ser, e são cada vez mais, compradas e vendidas como investimento. (HARVEY, 2001, p. 222)

“O caso norte-americano é exemplar da tendência de transformação da terra em ativo financeiro puro e este foi (e continua sendo) modelo para novos arranjos institucionais no Brasil” (SANTOS e BENEVIDES, 2014, p. 113); para o exemplo do estudo de caso deste presente trabalho, esse fenômeno também foi expressivo. Como demonstraremos mais detalhadamente no seguinte capítulo, a zona portuária do Rio de Janeiro passa a receber especial atenção das elites (principalmente financeiras e do mercado imobiliário) a partir da década de 1980: diversos projetos de revitalização do Porto são propostos, em sua maioria destacando a

necessidade de restaurar a imagem perdida de poderio financeiro. Tais projetos, porém, em sua maioria atribuem a decadência da zona à presença da população de baixa renda, direcionando os projetos, portanto, à sua remoção. A reconstrução da região pode, assim então, permitir a valorização de terras em locais privilegiados (neste caso, desfrutando de *waterfronts*) para o subsequente desenvolvimento da especulação imobiliária e comercial.

Além disso, o interesse neoliberal de investimento no setor cultural como um todo se dá pela rapidez do consumo de tais produtos. Harvey constantemente aponta para a motivação do capitalismo neoliberal de tornar o consumo efêmero e rápido para também assim evitar novas crises de superprodução:

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.). Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços - não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O "tempo de vida" desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. (...) Faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jameson, em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60. (HARVEY, 1989, p. 258)

É, portanto, evidente que o interesse por parte da iniciativa privada e do Estado neoliberal em investir na ampliação da cultura se dá mais pelo interesse em seu consumo acelerado e na grande potencialidade de gerador de capital fictício e especulativo, do que necessariamente por atender as demandas sociais latentes ao período. E é justamente por este motivo que a tomada da cultura e de equipamentos culturais e de lazer pelo mercado é tão 'perigosa', pois se não houver a participação popular nos projetos, essa comunidade estará sujeita a tomada de suas narrativas e de suas potencialidades simbólicas históricas, por grupos, empresas ou até mesmo figuras políticas que muito provavelmente não pertencem e/ou não compreendem aquele espaço e aquela comunidade. Continuaremos tratando e elaborando esse conceito ao longo deste presente trabalho, neste e nos seguintes capítulos.

Tratando-se, então, de projetos de intervenção urbana, Harvey cita diversas publicações do início dos anos 1970 que reforçam essa mudança no urbanismo, como por exemplo Douglas Lee em 1973, que "previu corretamente a queda do que considerava os fúteis esforços do anos 60 para desenvolver modelos de planejamento de larga escala" ou como o The New York Times descrevendo em junho de 1976 como "dominantes" os "planejadores radicais

(inspirados por Jane Jacobs) que tinham feito um ataque tão violento aos pecados sem alma do planejamento urbano modernista nos anos 60", ou o próprio Príncipe Charles denunciando "os erros do redesenvolvimento urbano de pós-guerra e da destruição promovida pelos desenvolvimentistas, que, segundo ele, tinham feito mais para destruir Londres do que os ataques da Luftwaffe na Segunda Guerra Mundial." (HARVEY, 1989, p.46).

No tocante à arquitetura, por exemplo, Charles Jencks data o final simbólico do modernismo e a passagem para o pós-moderno de 15h32m de 15 de julho de 1972, quando o projeto de desenvolvimento da habitação Pruitt-Igoe, de St Louis (uma versão premiada da "máquina para a vida moderna" de Le Corbusier), foi dinamitado como um ambiente inabitável para as pessoas de baixa renda que abrigava. (HARVEY, 1989, p. 45).

Além dos casos norte-americanos, que em sua maioria seguiram o exemplo do conjunto Pruitt-Igoe, podemos citar, por exemplo, o caso de Paris com seus *grand ensembles* citados anteriormente. Otero demonstra como a gradativa degradação dos conjuntos habitacionais muito se relacionam à crise econômica mundial da década de 1970, e à uma "crise de identidade, gerada pela falta de raízes e de referências dos residentes em seu novo hábitat" (BLOS, 1999, p. 171 apud OTERO, 2009, p. 59), efeito comum dos edifícios racionais e funcionais do modernismo, que ao invés de serem projetados para pessoas, eram projetados para o Homem, como cita Harvey. No caso ainda dos *grand ensembles*, a situação piorou devido, também, à massiva imigração de norte-africanos que, sem assistência do Estado e em situações de vida já precarizadas, vêm nos *grand ensembles* a única opção de moradia de baixo custo; porém, distantes dos polos de emprego e lazer, e à margem da sociedade - física e metaforicamente falando - as construções funcionalistas e racionais do modernismo serviram apenas para escancarar o 'despertencimento', fazendo com que esses locais, no decorrer da década de 1980 e nas décadas subsequentes, tivessem índices constantes de criminalidade e violência entre os jovens, filhos da geração imigrante e já nascidos na França, "em situação de fracasso escolar, sem qualificação profissional e sem trabalho." (CHAMPAGNE, 2007a, p. 67 apud OTERO, 2009, p. 60) E apesar dos diversos esforços, que Otero explicita no decorrer de seu trabalho, as tentativas de reabilitação dos conjuntos habitacionais de Paris continuam até os tempos modernos buscando resolver os mesmos problemas.

Assim, observa-se então, que a partir dos anos de 1970, a rejeição e negação das práticas e ideologias do modernismo incentivam o surgimento de uma nova forma de intervenção urbana ligada a uma maior inserção da questão cultural no cotidiano do indivíduo que a este ponto, no contexto político-social, passou a ver a cultura como um meio estável e representativo de estabelecimento e fortalecimento de sua identidade e comunidade; além também do novo interesse do mercado e do Estado neoliberal de gerar uma nova modalidade de valorização do capital e de consumo rápido e efêmero que acompanha as necessidades do crescimento econômico desenfreado e superacumulativo. Como disse Harvey: "com efeito, a



preocupação com a identidade, com raízes pessoais e coletivas, está muito mais presente a partir do início dos anos 70” (HARVEY, 1989, p. 85)

Hoje em dia<sup>30</sup>, é norma procurar estratégias "pluralistas" e "orgânicas" para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma "colagem" de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A "cidade-colagem" é agora o tema, e a "revitalização urbana" substituiu a vilificada "renovação urbana" como a palavra-chave do léxico dos planejadores. (HARVEY, 1989, p. 46)

Do período entre 1970 a 1990, observa-se que os projetos de intervenção norte-americanos “aproximaram-se mais da versão europeia de intervenção” em seu contexto geral, devido ao novo reforço por parte das elites com relação à “importância da preservação das vizinhanças e a restauração histórica de edifícios considerados significativos como os novos símbolos de status e distinção” fazendo com que os planos de intervenção do período incluíssem “a preservação e a restauração de edifícios históricos” utilizando de “antigas estruturas industriais, estações de trem, armazéns, mercados e teatros” e inclusive “introduzindo nesses espaços o comércio e os serviços varejistas, as atividades de lazer e a cultura” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 16). Dessa forma, inicia-se o processo da “chamada restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades, museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (...)” (HUYSEN, 2000 apud VARGAS e CASTILHO, 2015, p.16). Assim, portanto, os projetos de intervenção urbana da época focaram na “valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico”, e com a nova prática de parceria entre o público e o privado com “a finalidade de responder às críticas estabelecidas no período anterior por meio de projetos viáveis para a economia urbana e para os negócios empresariais, contando com o envolvimento da comunidade para os legitimar” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 18).

Vale citar, porém, que a ideia principal de tais intervenções continuava focada nas classes mais altas. A imagem do centro urbano continuava degradada - apesar dos projetos de renovação das décadas anteriores - e a vontade por parte do Estado continuava sendo a atração das classes médias suburbanas de retornarem ao centro.

Nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, como elemento fundamental para o resgate da identidade e da cidadania, atuou como pano de fundo das intervenções urbanas (muitas vezes sobrepondo-se a elas). Foram estabelecidas três ações para atrair usuários ao centro: a intervenção física por meio de projetos arquitetônicos (empreendimentos); o

---

<sup>30</sup> Escrito em 1989, portanto contemporâneo ao período que descrevemos.

estabelecimento de políticas urbanas; e a implementação de programas de gestão compartilhada. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 19)

Com relação aos projetos arquitetônicos, Vargas e Castilho citam que com as reformas fiscais de 1976 e 1981 nos Estados Unidos, os incentivos federais “produziram poderosos mecanismos para a preservação histórica” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 19) através do fomento dos projetos culturais de intervenção urbana que chegou a totalizar mais de USD 10 bilhões em gastos. Tal volume de recursos “certamente não passou despercebido aos olhos dos grandes empreendedores” (*ibid*, p. 19), e durante o decorrer das décadas de 1970 e 1980, diversos projetos de revitalização dos centros urbanos focaram na construção de equipamentos culturais e de lazer ligados à preservação dos espaços e das memórias coletivas associadas ao lugar, como por exemplo o Musée d’Orsay em Paris em 1986 ou o Harborplace de Baltimore em 1978. Assim, inicia-se

a fase em que o universo simbólico resumido pela cultura constituída pela associação entre museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e lugares de compras (shoppings centers) integrava o programa básico dos empreendimentos. Esses novos espaços deixaram de ser exclusivos das exposições contemplativas para se transformar em uma experiência extraordinária, exótica e de consumo. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 23)

Já com relação às políticas urbanas, usemos o exemplo de Bolonha: a reabilitação do centro histórico da cidade, iniciada no final da década de 1960 e sob a liderança municipal do partido comunista eleito, ganhou tanta notoriedade mundial que a proposta “em 1975, foi adotada, pelo Conselho da Europa, como uma diretriz para o planejamento urbano para os centros históricos do continente” (ZANCHETI, 2003, p.108). O plano foi elaborado a partir da metodologia de conservação integrada (CI) - amplamente divulgada a posteriori porém nascida dessa experiência, e a qual Zancheti conceitua ao longo de seu trabalho - e “incorporava a história, a capacidade política e a legislação nacional” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 24). Inicialmente, a CI de Bolonha focou na questão da revitalização das habitações de baixa renda, principalmente nos centros históricos, tentando “recuperar a área em termos da sua estrutura física, econômica e social” (ZANCHETI, 2003, p. 110) porém com o declarado objetivo de manter os antigos moradores nos prédios revitalizados, evitando, assim, a gentrificação. “Do final dos anos 1970 até os meados dos 1980, a CI foi paulatinamente expandida” (*ibid*, p. 110) para atender os conjuntos habitacionais modernos construídos nas décadas de 1950 e 1960, para integrar a cidade através da criação de linhas de transporte coletivo gratuito, e dando “forte ênfase aos espaços públicos, às áreas verdes e de recreação e à conversão de grandes edificações, como conventos e quartéis, em equipamentos sociais de uso coletivo.” (*ibid*, p. 110). Assim, o caso da revitalização de Bolonha se torna paradigmático em termos de conservação de patrimônio e inclusão social.

Neste período, por exemplo,

Reconhece-se a ampliação do debate sobre os tipos e os propósitos das intervenções urbanas, principalmente entre os observadores, pesquisadores e críticos. Predominam quatro discussões que envolvem a intervenção nos centros urbanos: o caráter ideológico na discussão sobre a privatização de espaços públicos; o comércio e os serviços como estratégia de recuperação; a criação de cenários; e o entendimento do que é histórico. (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 28-29)

Assim, observa-se que os projetos de intervenção urbana nos anos 1970 e 1980 tomaram uma forte curva dos princípios das décadas anteriores. Devido, também, à estagnação econômica, o caráter das intervenções passou a priorizar a preservação e conservação em oposição à completa reconstrução como foi no caso do modernismo. No cenário do nascimento do neoliberalismo, porém, as políticas novamente tomam novo rumo.

### **1.3 Anos 1990 - A Era da Reinvenção**

A partir dos anos 1990, então, conseguimos compreender efetivamente como a hegemonia econômica norte-americana se restaura. Observamos, de fato, que os valores econômicos e culturais desenvolvidos majoritariamente nos Estados Unidos, no decorrer da década de 1980, se consolidam em diversas regiões do mundo, e afetam diretamente a produção e o consumo cultural que observamos nos tempos atuais. Gontijo (2019) e Harvey (2003; 2005), por exemplo, ao buscarem justificar o restabelecimento da confiança mundial no dólar e da hegemonia econômica norte-americana, demonstram extensamente em seus trabalhos que as políticas monetárias se dão a lentos porém duros e definitivos passos desde o final da década de 1970 até os anos 2000 em prol da difusão do neoliberalismo estadunidense no mundo, e da expansão das finanças e do capital fictício e especulativo, muito centrado na produção norte-americana.

Como já citado, devido ao período de “estagflação” econômica dos anos 1970, o país se vê motivado a um abandono dos princípios do *New Deal*, e, através da liderança do economista Paul Volcker<sup>31</sup>, o Estado opta “em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego” (HARVEY, 2005, p. 32), iniciando assim “uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais.” (HENWOOD, D. 2003 apud HARVEY, 2005, p. 32). Tal medida causa uma severa onda de desindustrialização no país: “a participação do valor adicionado pela indústria no PIB norte-americano caiu de 31% em 1981 para apenas 25% em 1990” (GONTIJO, 2019, p. 9), desencadeando os diversos problemas de desemprego e desigualdade social citados no item

---

<sup>31</sup> Presidente do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos de 1979 a 1987

anterior.<sup>32</sup> Porém, ao mesmo tempo, “ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças” (HARVEY, 2003, p. 58); Gontijo, por exemplo, aponta que “a parcela do setor financeiro saltou de 4,8% para 7,1% do PIB e a do setor de comércio de imóveis, aluguéis e leasing aumentou de 10,9% para 13,2%” no decorrer dos anos 1980, e “como não poderia deixar de ser, esse processo fortaleceu a oligarquia financeira, que passou progressivamente a controlar as empresas através da Bolsa de Valores e, por consequência, dos Fundos de Pensão e dos Fundos Mútuos.” (GONTIJO, 2019, p. 10)

“No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório. Vários surtos de desvalorização e destruição de capital viviam a ocorrer” (HARVEY, 2003, p. 61), e, com efeito, diversas crises se alastraram pelo mundo após o que ficou conhecido como o “choque Volcker”. “Na América Latina, nos anos 1980, por exemplo, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos Estados Unidos.” (*ibid*, p. 61), assim como em diversos países do Leste e Sudeste asiáticos que foram levados à falência pelo o que Harvey chama de “exportação da desvalorização”. Dessa forma, “essa crise também desencadeou convenientemente uma fuga para o dólar, confirmando o domínio de Wall Street e gerando uma incrível expansão dos ativos para os abastados dos Estados Unidos” (*ibid*, p. 61), além também de motivar diversos países a tomarem as políticas norte-americanas como referência para o sucesso econômico e social de superação de crises e consequentes desenvolvimentos e crescimentos nessas áreas.

Porém, um dos principais passos para a consolidação do neoliberalismo norte-americano foi a disseminação da cultura ideológica neoliberal na sociedade. A ação direta de empresas privadas nos ambientes de produção intelectual, providenciou o aporte acadêmico, cultural, e de valores individuais para o desenvolvimento e aplicação de políticas econômicas e sociais, não somente no aparato estatal com relação à elaboração de políticas públicas, mas também na aceitação social de tais políticas neoliberais. Ao se perguntar “como então se gerou suficiente consentimento popular para legitimar a virada neoliberal?”, Harvey elabora que “fortes influências ideológicas circularam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil - universidades, escolas, Igrejas e associações profissionais.” (HARVEY, 2005, p. 49). Essa interferência e investimento por parte da iniciativa privada, já se iniciam logo em 1971 com Lewis Powell - prestes a ser nomeado membro da Suprema Corte do governo Nixon - enviando um memorando confidencial à Câmara de Comércio dos Estados Unidos, alegando que

---

<sup>32</sup> Harvey (2005), por exemplo, cita os dados de Gérard Duménil e Dominique Lévy ao dizer que “a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe”. Ele aponta que “depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15%” e a do “0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000.”

A Câmara de Comércio (...) deveria lançar um ataque às principais instituições - universidades, escolas, meios de comunicação, mercado editorial e cortes de justiça - a fim de mudar a maneira como as pessoas pensam “sobre as corporações, o direito, a cultura e o indivíduo”. (...) É difícil dizer que influência direta teve essa injunção à entrada na luta de classes. Todavia, sabemos que a Câmara de Comércio depois disso ampliou sua base de 60 mil empresas em 1972 para mais de um quarto de milhão dez anos mais tarde. (HARVEY, 2005, p. 53)

Além disso, outro fator importante para a implementação do discurso neoliberal na população foi a apropriação de movimentos políticos e culturais a favor de sua disseminação. Harvey, em *O neoliberalismo - História e Implicações*, demonstra, no decorrer do segundo capítulo, como a fácil confusão entre causas de “liberdade individual” e de “justiça social” proporcionam uma “frágil relação entre a esquerda tradicional (o trabalho organizado e os vínculos políticos favoráveis às solidariedades sociais) e o movimento estudantil desejoso de liberdades individuais” (HARVEY, 2005, p. 51). Os diversos movimentos sociais ocorrendo ao redor do mundo em 1968, exemplificam que causas de liberdade individual como “liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado” (*ibid*, p. 51) andavam lado a lado e se confundiam a causas de justiça social como, por exemplo, o assassinato de sindicatos trabalhistas e os problemas de segregação racial geradas pelas políticas habitacionais modernistas nos anos 1950. Comumente, o discurso era contra um Estado intrusivo - “quanto a isso os neoliberais concordavam facilmente” (*ibid*, p. 52) - porém, especificamente, contra um Estado corporativo e classicista, assim como às “corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado” (*ibid*, p. 52), o que ameaçava o poder da classe capitalista diretamente. Por conta disso, com o controle dos meios de comunicação, facilmente o discurso dos movimentos foi manipulado para defender os interesses e valores neoliberais, “tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado” (*ibid*, p. 52), dando ênfase à proteção de liberdades individuais como por exemplo, o consumo e o estilo de vida norte-americano em oposição a, por exemplo, outros sistemas político-econômicos.

Nas universidades, apesar de serem “de fato centros de sentimento anticorporativo e antiestado (...) muitos estudantes eram (e ainda são) abastados e privilegiados, ou ao menos classe média” (HARVEY, 2005 p. 54), fato que, explorado pela classe capitalista, pôde ser utilizado como o aporte necessário para a ênfase da “liberdade individual” como contra-ataque principal dentro da comunidade acadêmica.

Em tudo isso, foi hegemônico o recurso a tradições e valores culturais. O projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite provavelmente não teria muito apoio popular. Mas um esforço programático de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a uma base popular, disfarçando assim o trabalho de restauração do poder de classe. Além disso, uma vez que fez a virada neoliberal, o aparato do Estado pôde usar

seus poderes de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à perpetuação de seu poder. (HARVEY, 2005, p. 50)

E assim, para o âmbito da produção cultural, a resposta estava no movimento do pós-modernismo. O fortalecimento da “massa cultural” citada anteriormente, a ampliação da moda e da estética, a disseminação dos meios de comunicação, e o consumismo massivo e instantâneo proporcionaram o ambiente perfeito para o neoliberalismo se embrenhar na população. Observamos, inclusive, a apropriação dos movimentos sociais como objetos de propaganda dessa liberdade individual fornecida pelo neoliberalismo, ou até mesmo como somente novas formas de expressões estéticas e estilos de vida, então, consequentemente, sujeitando-as à massificação, à efemeridade, ao consumismo, e à moda, como foi, por exemplo, o movimento *hippie*.

A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. (HARVEY 2005, p. 52)

No tocante a cidades, essa nova dinâmica econômica, social e cultural afetou diretamente as práticas de intervenção urbana. Mediante o novo capitalismo globalizado, volátil e internacional, baseado nas finanças, no capital simbólico e fictício, e no poderio de multinacionais, a “estrutura em rede da economia globalizada se organizou em torno de centros de comando e controle de atividades” (SANT ‘ANNA, 2012, p. 50); a riqueza de uma localidade não mais se baseava apenas na atividade industrial, mas sim em principalmente serem “importantes núcleos comerciais e financeiros, (...) centros fornecedores de mão de obra para serviços qualificados, com amplas possibilidades de aperfeiçoamento e acesso ao entretenimento, à arte e ao consumo (...)” (*ibid*, p. 50). Dessa forma,

a despeito de muitas atividades produtivas terem se dispersado, deslocado ou segmentado, aquelas relacionadas às funções superiores de comando, criação, finanças, marketing, projetos, consultorias, assessoria jurídica e inovação científica, entre outras, se concentraram nos grandes centros urbanos dos países centrais, compondo o seletivo grupo que Sassen (1998, p. 26-45 apud SANT ‘ANNA, 2012, p. 50) denominou de “cidades globais”. Essas cidades, não por acaso, também já concentravam altos investimentos imobiliários cujo abandono, numa nova dispersão, significaria perda de patrimônio e recursos para muitas e importantes corporações. (SANT ‘ANNA, 2012, p. 50)

E com efeito, em uma economia que visa “a produção imaterial, ou seja, de bens não materiais correntes: serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia” (VAZ, 2012, p. 2), o conceito de destaque localizacional se altera, a competitividade

urbana para atração de um capital sem “barreiras espaciais” se acirra, e as “pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infraestruturas etc. assumem crescente importância” (HARVEY, 1989, p. 265). Nesse cenário, a valorização imobiliária se torna o enfoque principal, pois não somente “pontos estratégicos de comando, comunicação ou conexão de redes produtivas”, as cidades buscavam ser, por excelência, a “residência permanente ou temporária das elites que gerenciam as atividades que movimentam a economia”, e estas buscavam, por sua vez, uma infraestrutura adequada de “espaço residencial, de lazer, de compras e de trabalho sob a lógica da segregação espacial, do acesso fácil e do controle de segurança” (SANT’ ANNA, 2012, p. 51).

Certamente, “participar do grupo das ‘cidades globais’ ou da teia de núcleos urbanos regionais e locais que comandavam, tornou-se o grande objetivo das municipalidades” (SANT’ ANNA, 2012, p. 51). Assim, para alcançar o objetivo de atrair as elites e a nova forma de capital do mundo globalizado, as cidades investiram na “formação de todo um aparato técnico voltado para a criação de diferenciais competitivos” (*ibid*, p. 51), fazendo surgir, então, o planejamento estratégico baseado na imagem e no *marketing* e com parcerias entre o setor público e o privado para a elaboração e implementação dos projetos de intervenção. A partir disso, termos como revitalização, requalificação, regeneração, *city marketing*, *city branding*, *culture-led strategies*, entre diversos outros, tomam força.

Para essa perspectiva, “o lugar, a imagem e a identidade, elementos profundamente ancorados na cultura local se tornaram fundamentais” (VAZ, 2012, p. 2). Como Harvey, já em 1989, disse, “é nesse contexto que podemos melhor situar o esforço das cidades (...) para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como um atrativo tanto para o capital como para pessoas ‘do tipo certo’ (isto é, abastadas e influentes).” (HARVEY, 1989, p. 266). Com isso, espera-se que o embasamento nas tradições e história locais, e utilizando de seus patrimônios e monumentos, as cidades efetivamente se diferenciariam, porém, ao revitalizar e requalificar os espaços, as elites organizam a cidade baseando-se em modelos icônicos e bem-sucedidos, e “na medida em que essa competição abre as cidades a sistemas de acumulação, acaba sendo produzido o que Boyer (1988, p. 49-56 apud HARVEY, 1989, p. 266) chama de monotonia ‘serial’ e ‘recursiva’, ‘gerando a partir de padrões ou moldes já conhecidos, lugares quase idênticos em termos de ambiente em diferentes cidades” (HARVEY, 1989, p. 266)

A competição interurbana por capitais e atividades, o crescimento do turismo cultural e a crescente preferência das elites gerenciais por áreas históricas deflagraram um fenômeno de construção, mudança ou reforço de imagens urbanas com base em materiais fornecidos pela cultura e pelo patrimônio, bem como o aumento, nos países centrais, do valor comercial de imóveis localizados em setores e bairros antigos. Cultura e patrimônio passaram a ser vistos como aspectos que “vendem” e valorizam localizações, o que implicou a execução de um sem-número de intervenções urbanas semelhantes, vendidas e defendidas, em

todo o mundo, como a solução para os mais diversos problemas urbanos. (...) A cultura tornou-se a principal fonte de materiais e inspiração para a inovação de produtos e para a formulação de estratégias de venda, o que a tornou altamente funcional para a reprodução e acumulação capitalista. (...) Ao se tornar parte do processo produtivo, a cultura teria mudado de função social, isto é, teria deixado de ser uma esfera de produção de ideias e práticas voltadas para o crescimento e o aprimoramento pessoal e coletivo, e se tornado uma mercadoria como outra qualquer. (SANT' ANNA, 2012, p. 51-52).

Assim, a partir, principalmente dos anos 1990 a imagem, o patrimônio, o monumento, o museu, entre outros recursos culturais, passam a exercer um protagonismo acentuado nas políticas públicas de intervenção urbana, e um caso em particular chama atenção:

Segundo Castriota (2009, p. 235 apud GAGLIARDI, 2011, p. 44), se Bolonha foi o paradigma de conservação integrada nos anos 1970, Barcelona vai fornecer o “modelo” das reabilitações da próxima etapa, combinando elementos como forte liderança municipal, a busca de consenso entre órgãos públicos, envolvimento e financiamento do setor privado, a preponderância do projeto arquitetônico sobre o zoneamento convencional, o uso do planejamento estratégico e do design e a realização de “eventos catalisadores” (GAGLIARDI, 2011, p. 44)

Para Harvey, a “ascensão de Barcelona à proeminência do sistema europeu de cidades, (...) deu-se, em parte, com base na sua firme acumulação tanto de capital simbólico como de marcos de distinção” enfatizando a história e as tradições típicas catalãs, o marketing, e “seus marcos distintivos de estilo de vida e tradições literárias, com o apoio de uma avalanche de publicações, exposições e eventos culturais celebrantes da distinção” (HARVEY, 2001. p. 233) além de novos embelezamentos arquitetônicos.

Degen e García separam as transformações de Barcelona desde a redemocratização em 1979 em três fases: i) a primeira de 1979 a 1985 caracterizada pelo diálogo com a população, focando na ampliação de serviços e espaços públicos (como educação e moradia), onde a cultura exercia o papel de promover e democratizar o orgulho civil catalão, e a identidade urbana de Barcelona; ii) a segunda de 1986 a 1994 demarcada pelos Jogos Olímpicos, com alto investimento nas renovações de museus e infraestruturas culturais e de lazer, na qual a cultura passou a ser utilizada como promoção da cidade e seu estilo de vida através da expressão arquitetônica e do orgulho urbano; iii) e a terceira de 1995 a 2008 caracterizada pela organização *top-down* hegemônica<sup>33</sup> de festivais e eventos para promover a “interculturalidade”, onde a cultura exerce o simples papel de ser um instrumento funcional para apoiar a economia do conhecimento e a indústria cultural. (DEGEN e GARCÍA, 2012)

Na primeira fase, a partir de 1979, o novo governo municipal socialista eleito, assume “o compromisso de promover a participação da população e o diálogo com a sociedade civil”

---

<sup>33</sup> Traduzindo literalmente: de cima para baixo, ou seja, com pouca participação popular



(GAGLIARDI, 2011, p. 42), garantindo, dessa forma, "que os investimentos em infraestrutura fossem também investimentos socialmente redistributivos, em termos de equalização das condições de vida urbana nos espaços da cidade" (SÁNCHEZ, 2003, p. 219 apud GAGLIARDI, 2011, p. 42-43). Através da parceria com associações de bairro na elaboração de projetos específicos e pontuais<sup>34</sup>, a construção de novos espaços de lazer que substituiriam antigas áreas industriais evidenciaram "uma orientação da urbanização pública voltada à equidade e melhoria dos bairros" (GAGLIARDI, 2011, p. 43). Essas proporcionaram, assim, "não somente participação política (...) mas também a oportunidade de construir uma cultura e identidade local reinventada"<sup>35</sup> (DEGEN e GARCÍA, 2012, p. 4) visando a construção e desenvolvimento da identidade estética de Barcelona para "promover coesão social, e para responder às demandas de grupos cívicos de que espaços deveriam ser criados para participação cívica e política"<sup>36</sup>.

A partir de 1986, porém, o enfoque das intervenções urbanas muda drasticamente com a nomeação da cidade para sediar as Olimpíadas de 1992, demarcando, assim, a segunda fase. Com a atenção do público e do capital, Barcelona consegue os recursos necessários para financiar os grandes projetos de renovação; o turismo e a atração do visitante temporário se tornaram, então, o enfoque principal, fazendo com que a coesão urbana nos projetos de renovação de infraestrutura, identidade e cultura virasse prioridade. Em 1988, com o novo plano de Hotéis, o governo municipal "estabelece as fundações para a futura indústria do turista"<sup>37</sup> (DEGEN e GARCÍA, 2012, p. 6), e em 1990, com a aprovação do primeiro plano estratégico, Barcelona declara seu objetivo central de se consolidar como uma metrópole competitiva, estabelecendo o marketing como sua principal ferramenta para firmar a identidade de Barcelona no novo mercado global (DEGEN e GARCÍA, 2012).

Apesar do novo enfoque, o departamento de planejamento do governo municipal garante a continuidade dos projetos de transformação urbana direcionados ao público geral que visavam justiça social. Porém, empresas do setor privado "(comércio, incorporadoras imobiliárias, bancos, empresas de eletricidade, gás, telefonia e água e proprietários de hotéis entre outros) começaram a ser incentivados a investir na regeneração de áreas *waterfront*" e o "departamento econômico da Câmara Municipal, associado a novos investimentos em grandes projetos de infraestrutura, ganha peso político e passa a exercer maior influência nos

---

<sup>34</sup> Como citado anteriormente, uma característica típica dos projetos de renovação da década de 1970 em contraponto às grandes obras modernistas dos anos 1950.

<sup>35</sup> Em tradução livre da autora. Original: "not only political participation (...), but also provided the opportunity to build a reinvented local culture and identity"

<sup>36</sup> Em tradução livre da autora. Original: "the promotion of social cohesion, and to answer civic groups' demands that spaces should be created for civic and political participation."

<sup>37</sup> Em tradução livre da autora. Original: "By introducing the Plan for Hotels in 1988, the City Council laid the foundations for a future tourist industry".

documentos de planejamento estratégico."<sup>38</sup> (DEGEN e GARCÍA, 2012, p. 6). Regiões como o bairro *waterfront* de Poblenou, apropriado para a construção da Vila Olímpica, foram prometidos de serem postos no mercado imobiliário a baixos e médios preços depois do evento, porém esse não foi o fato, e as habitações se tornaram, assim, completamente inacessíveis às famílias de baixa renda (GARCIA-RAMON e ALBET, 2000).

A partir de 1995, o setor privado ganha ainda mais espaço nas políticas públicas, denotando o início da terceira fase. Na busca de mais financiamento para os projetos de regeneração urbana, os líderes municipais consolidam a parceria público-privado e relaxam regulamentações urbanas que cerceavam a atuação do setor imobiliário (como foi, por exemplo, o caso do bairro de Poblenou). Somado a isso, as mudanças econômicas globais, motivaram o governo local a priorizar os setores de serviços: em 2009, 80,5% do total de empregos era desse setor (DEGEN e GARCÍA, 2012, p. 8). A partir do plano estratégico de 1994, "infraestruturas culturais foram consideradas cruciais para atrair conferências, festivais e turismo urbano, e ênfases foram dadas para a promoção de agentes culturais (...), assim como para patrocinadores privados nas atividades culturais da cidade administradas pelo setor público"<sup>39</sup> (*ibid*, p. 8), e em 1999 a cultura foi enfim dada um papel próprio e específico no desenvolvimento de Barcelona. Por exemplo, entre 1995 e 2007, os gastos governamentais em atividades culturais quase que triplicaram (*ibid*, p. 8). Tal fase, porém, é caracterizada por projetos de gentrificação intensa, como foi, por exemplo, o projeto Diagonal-Mar. (*ibid*, p.10)

No entanto, o sucesso inicial de Barcelona parece ter tomado o rumo da primeira contradição. Enquanto as oportunidades de apropriação das rendas monopolistas se apresentavam em abundância, com base no capital simbólico coletivo de Barcelona enquanto cidade (...), seu irresistível chamariz atraiu, como consequência, mais e mais a transformação em *commodities* multinacional e homogeneizada. As fases posteriores dos empreendimentos à margem do mar parecem exatamente como quaisquer outros empreendimentos do mundo ocidental, os espantosos congestionamentos de trânsito provocam pressões para abrir avenidas na cidade velha, lojas de propriedade multinacional substituem o comércio local, o "enobrecimento" de regiões desvalorizadas da cidade transfere os moradores antigos e destrói construções mais antigas, e Barcelona perde alguns dos seus marcos de distinção. (HARVEY 2001, p. 234)

---

<sup>38</sup> Em tradução livre da autora. Original: "the private sector (commerce, real-estate developers, savings banks, electricity, gas, telephone and water companies and hotel owners among others) started to be encouraged to invest in the regeneration of the waterfront areas (...) the City Council's economic department, associated with new investments in large infrastructure projects, gains political weight and starts to exert a stronger influence in the strategic planning documents."

<sup>39</sup> Em tradução livre da autora. Original: "Cultural infrastructures were considered crucial to attracting conferences, festivals and urban tourism, and emphasis was given to the promotion of cultural agents (...), as well as to private sponsors for the city's cultural activities managed by public administrations."

É então, a partir da submissão aos interesses do mercado, portanto, que os projetos de revitalização passam de servir a comunidade, para servir o capital, e a cidade, assim, sujeita-se aos processos de gentrificação. Considerando que o objeto de estudo deste trabalho - o Porto Maravilha - teve declaradas inspirações no projeto catalão através, inclusive, da contratação de consultorias e arquitetos espanhóis envolvidos no projeto de revitalização de Barcelona, o envolvimento direto do setor privado é digno de atenção.

## **2. Capítulo 2 - Zona Portuária do Rio: atualizando um destino turístico para a escala mundial**

### **2.1 Contexto Histórico - 1900 a 1980**

De acordo com Farias e Trigo, “a cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu a partir de seu porto, uma vez que, no século XVIII, grande parte do sustento da população baseava-se no transporte marítimo.” (FARIAS e TRIGO, 2016, p. 5). Após acontecimentos como a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, a abertura das relações comerciais às “nações amigas”, o desenvolvimento do comércio do café, e a expansão da malha ferroviária nacional, no período de meados ao final do século XIX o comércio, as atividades industriais e os serviços de navegação brasileiros acabam por se concentrar, principalmente, “na região que atualmente vai da Praça Mauá até a ponta norte do atual bairro da Gamboa” (FARIAS e TRIGO, 2016, p. 5).

A esse período, com o notável crescimento da atividade portuária no Rio de Janeiro, rapidamente, a região passou a exigir significativas melhorias de infraestrutura, não somente em questões de logística portuária, porém, também, em condições sociais, dada a crise habitacional. Devido ao alto índice de migrantes de baixa renda provenientes da Guerra dos Canudos na Bahia e da população rural como, por exemplo, “escravos libertos, camponeses europeus descontentes com as condições do campo brasileiro, e todo tipo de gente atraída pelo nascente setor industrial ou pelo setor informal de trabalho” (DEL RIO, 1991, p. 198), a disposição de habitações de baixo custo não mais comportava a demanda, levando, então, essa população migrante a se fixar nos cortiços do centro da cidade ou “nos morros acima dos trapiches do porto” (FARIAS e TRIGO, 2016, p. 6), sem condições básicas de infraestrutura, segurança e saneamento.

As estimativas mostram que a população do Distrito Federal superava os 680.000 habitantes em 1900. O recenseamento de 1906 já acusava um crescimento para 811.443, e Lamarão (1984) estima que a área portuária detinha parcela significativa desta população pois abrangia quase toda a área das freguesias de Santa Rita e Santana (Gamboa), com 87.978 habitantes, dos quais 40% eram estrangeiros. Os cortiços e estalagens eram os tipos residenciais mais comuns, com grande densidade e precárias condições de saúde, e a área portuária concentrava muitos deles. (DEL RIO, 1991, p. 198)

Observa-se, por exemplo, a partir deste contexto, a ocupação do Morro da Providência - também conhecido como Morro da Favela ou Morro do Livramento - no bairro da Saúde, entre Santo Cristo e Gamboa. Em 1881, por exemplo, Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, descreve no capítulo CXXI, que "o morro estava ainda nu de habitações, salvo o velho palacete do alto, onde era a capela" (ASSIS, 1881, p. 347), porém já no final da década seguinte, os movimentos migratórios citados anteriormente dão origem, em 1897, à considerada primeira favela do Rio de Janeiro. Com uma grande diversidade cultural, forte presença negra, e caráter de resistência, a região rapidamente se torna um local de estigma, "proibitivo para pessoas de bem" (DE BONA, 2018, p. 43). Portanto, logo e por diversas vezes, é objeto das políticas de intervenção urbana que buscavam o seu "saneamento" e "limpeza". Até 1984, com o tombamento da Pedra do Sal como o local de nascimento do samba carioca<sup>40</sup>, a região permanece às margens do interesse do poder público, sendo vista sempre como uma problemática a ser solucionada.

Figura 6: Estação Marítima da Gamboa com o Morro da Providência ao Fundo em 1881



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil (BNDigital)<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Tombada em novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). <[http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/20](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/20)>

<sup>41</sup> [ESTRADA de Ferro D. Pedro 2.]: **Ramal da Gamboa: estação Marítima da Gamboa. Rio de Janeiro, RJ**: [s.n.], 1881. 1 foto, papel albuminado, pb, 18,8 x 25,3. Acesso em 21 de Novembro de 2002. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon381909/icon1151180.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon381909/icon1151180.jpg)>



Figura 7: Morro da Providência em 1968



Fonte: Arquivo Virtual, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.<sup>42</sup>

Figura 8: Morro da Providência nos dias atuais



Fonte: Google Arts & Culture em parceria com o Museu do Amanhã<sup>43</sup>

<sup>42</sup> Secretaria Municipal da Casa Civil, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>> Acesso em 21 de Novembro de 2022

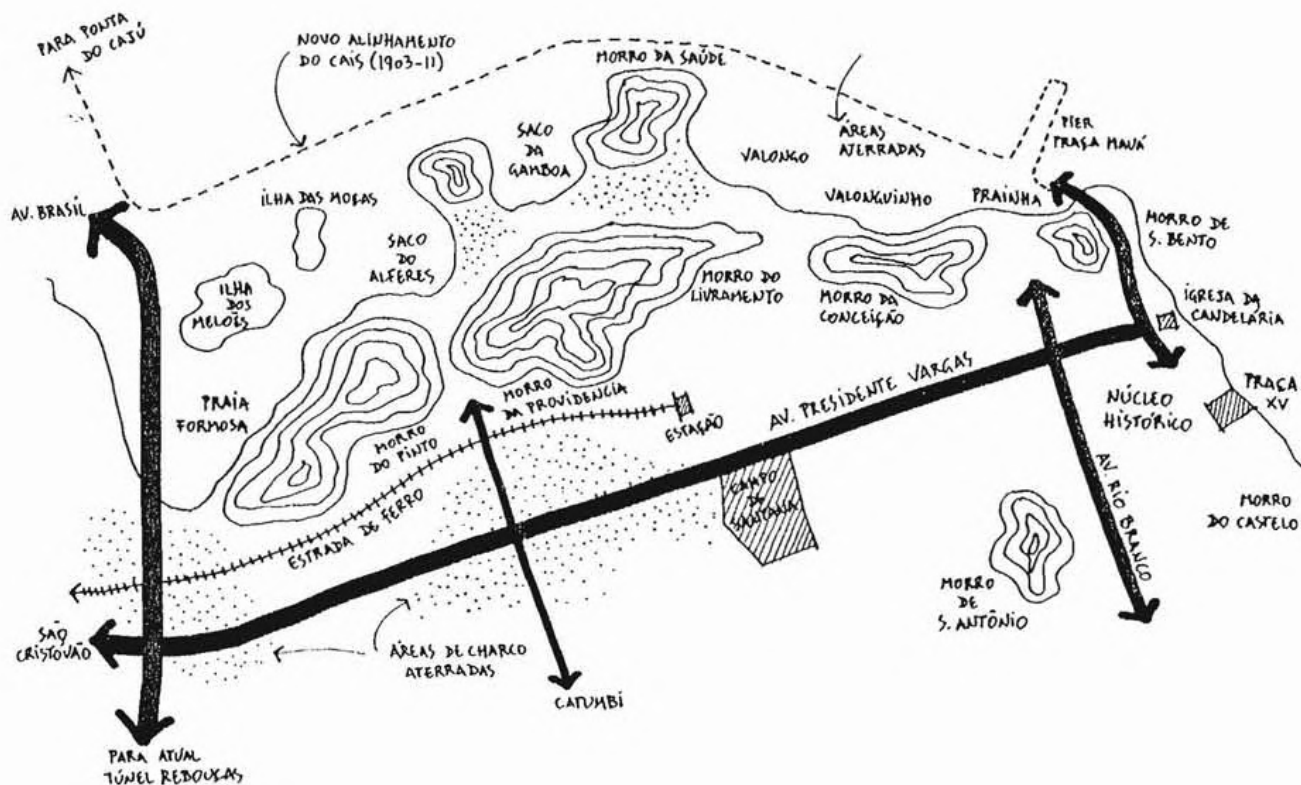
<sup>43</sup> Disponível em: <[https://artsandculture.google.com/story/MAVxisC9Mn\\_mJA?hl=pt-BR](https://artsandculture.google.com/story/MAVxisC9Mn_mJA?hl=pt-BR)>

A detailed map of Rio de Janeiro, Brazil, focusing on the central and northern parts of the city. The map shows the bay to the north and east. Key neighborhoods labeled include SANTO CRISTO, MORRO DA PROVIDÊNCIA, GAMBOA, and Centro do Brasil. A red pin marks the location of 'Pedra do Sal' in the Gamboa neighborhood. Other landmarks and points of interest include the 'AquaRio' water park, 'Praça da Harmonia', 'PARADA DOS NAVIOS', 'Museu do Amanhã', 'Mosteiro de São Bento', 'Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB RJ)', 'Praça XV de Novembro', 'Confeitaria Colombo', 'Bar do Omar', 'Cidade do Samba Joãozinho Trinta', and 'NAU Cidades'. Streets shown include R. do Livramento, R. do Monte, Ladeira do Barroso, R. da América, R. do Pinto, R. Mont'Alvares, R. Nabuco de Freitas, R. Buenos Aires, and R. Acre. The map also shows the bay area with 'Comunicação' and 'Museum of Tomorrow' (Museu do Amanhã) near the bay.

Com o principal objetivo de “criar uma imagem moderna e adequada ao papel que o Rio de Janeiro tinha e desejava ter no cenário nacional e internacional” (SANT ‘ANNA, 2012, p. 118), e através da justificativa dos problemas de saneamento e degradação do porto, é aprovado, em 1903, um projeto de intervenção urbana que ficará conhecido como a Reforma Pereira Passos (FARIAS e TRIGO, 2016). Contemporâneo a sua época<sup>44</sup>, esse projeto “envolveu quatro tipos de intervenção no centro da cidade: abertura, ampliação e embelezamento de vias e praças; obras de saneamento; medidas de ‘limpeza’ social, como a remoção de cortiços, eliminação de quiosques de alimentação e proibição de ambulantes; e a construção do novo porto do Rio” (SANT ‘ANNA, 2012, p. 118). No caso da região portuária, o projeto se consistia, principalmente, em seu aterramento para a expansão do bairro<sup>45</sup> (Figura 10), na construção de um novo dique na área do Gamboa e na construção de diversas vias (como a Avenida Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e a atual Avenida Rio Branco) para otimizar a circulação de mercadorias (DE BONA, 2018, p. 45).

<sup>45</sup> O recuo seria de 25 a 300 metros, e traria terras adquiridas dos desmontes dos morros do Senado e do Castelo, com o objetivo de “planificar a cidade e proporcionar um aspecto mais limpo” (FARIAS e TRIGO, 2016, p. 6). “Embora fosse um sítio histórico, o morro havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções aí existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital” (ABREU, 2013, p. 76).

Figura 10: Croqui da Zona Portuária demonstrando a expansão do bairro através do aterramento proposto pela Reforma Passos em 1903



Fonte: DEL RIO, 1991, p. 185

O novo porto com o Cais do Gamboa e seus 7 armazéns foram inaugurados em 1910 de acordo com o site oficial da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)<sup>46</sup>

O esforço não pretendia apenas reestruturar a forma urbana. Segundo Maurício de Abreu, “era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais”, para acabar com a imagem internacional que relacionava o Rio de Janeiro à febre amarela e a condições anti-higiênicas (ABREU, 2013, p. 60 apud DE BONA, 2018, p. 45).

As reformas, porém, consistiram na eliminação das moradias de baixo custo sem os devidos projetos de realocação, obrigando, assim, “os trabalhadores pobres que necessitavam viver perto do seu local de trabalho a ocupar os terrenos não disputados no alto dos morros” (SANT’ANNA, 2012, p. 118). Dessa forma, a segregação e marginalização das famílias de baixa renda, a expansão das favelas, e todos os subsequentes problemas sociais associados à falta da presença adequada do Estado nestes espaços foram acentuados. Ao invés de solucionarem os

<sup>46</sup> Empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, e vinculada ao Ministério da Infraestrutura, é responsável pela gestão e administração da zona portuária do Rio de Janeiro. <<https://www.portosrio.gov.br/pt-br>>



problemas de habitação, houve somente uma transposição e deterioramento das condições de vida e habitação das comunidades afetadas por essas reformas, enquanto o centro da cidade era transformado para melhor comportar o estilo de vida das elites e do mercado internacional, evidenciando, portanto, o verdadeiro objetivo do projeto.

Sob responsabilidade do Governo Federal, a obra demandou a demolição de grande número de habitações em uma das áreas mais densas da cidade e viabilizou grande parte dos equipamentos públicos e culturais promovidos pelas obras de embelezamento, além da instalação de atividades comerciais de alto padrão, ao se tornar o novo eixo de negócios da cidade. Comumente chamada de “Haussmann à la carioca” pelo decisivo papel do Estado na intervenção direta sobre o urbano e na consequente reprodução do capital, a reforma Passos, além da efetiva modernização da forma urbana, também promoveu outro elemento característico da paisagem carioca do século XX: a ocupação dos morros por moradias precárias, visto que não houve um esforço do poder público para a construção de moradias populares. (DE BONA, 2018, p. 47)

No decorrer das décadas seguintes, “as cirurgias urbanas e as demolições tornaram-se a norma de intervenção na área central carioca” (SANT’ANNA, 2012, p. 118) através do “alargamento e o alinhamento de ruas, bem como o recuo frontal das edificações antigas” (*ibid*, p. 119) e a construção de grandes vias e avenidas às custas do isolamento e estagnação de certas áreas, expulsão de certas comunidades, e o deslocamento dos usos tradicionais, promovendo o esvaziamento de certos espaços - fato esse que contribuiu “bastante para a degradação de toda a zona.” (*ibid*, p. 121). Por volta dos anos 1930, porém, o cenário político e econômico brasileiro e mundial passa a sofrer mudanças que alterarão também o curso das renovações.

Desde o final da Primeira Guerra, em 1918, observa-se a ascensão de uma nova elite e classe média emergente proletária: a industrial. Com a retomada das exportações, o reinício do “reino do café”, e a desvalorização cambial, a burguesia industrial, cada vez mais poderosa, vê “seus lucros diminuir com o aumento do preço das importações” (ABREU, 2013, p. 72); e por sua vez, a classe operária industrial cada vez mais numerosa e organizada, faz das ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo seu palco para importantes movimentos grevistas e sindicais devido aos altos custos de vida. Dessa forma, o cenário político se depara com um novo conflito entre elites aportado pela insatisfação social: a elite industrial “se opunha (...) à ideologia do Brasil como ‘país essencialmente agrícola’” enquanto a elite agrária pressentia “que o desenvolvimento industrial seria a sua ruína” (*ibid*, p. 73) através da atração da população rural às cidades, despovoando o campo e encarecendo a mão de obra, quebrando portanto “os tradicionais elos de sujeição feudal.” (*ibid*, p. 73). A Revolução de 1930 e a crise mundial de superacumulação, assim, serviram diretamente para revelar a crise estrutural da política brasileira que eventualmente passará “o poder político da nação (...) a outros grupos, dentre os quais estavam agora incluídos os banqueiros e os industriais. Iniciava-se, assim, o período de ascensão do capital financeiro na economia brasileira (...)” (*ibid*, p. 73).



Para as políticas de intervenção urbana, o contexto do surgimento e fortalecimento de uma nova elite e classe proletária ascendente, assim como a construção de novos pólos econômicos nas periferias da cidade<sup>47</sup>, levam os investimentos imobiliários a focarem na construção de novos bairros e subúrbios distantes do centro; a construção das novas grandes vias serviram, inclusive, de mola propulsora a tais projetos. Os novos bairros da Zona Sul como Copacabana e Ipanema, assim como os subúrbios de Irajá e Inhaúma observaram um crescimento populacional rápido e expansivo até a década de 1940, enquanto o centro e a região portuária já apresentavam índices de esvaziamento. (SANT'ANNA, 2012; ABREU, 2013)

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a zona portuária passa a adentrar um período de efetiva decadência. Inspirada nas políticas urbanas norte-americanas do período, a questão do esvaziamento do centro e da migração da população aos bairros suburbanos é reduzida “a um problema viário” (ABREU, 2013, p. 97), direcionando, então, os investimentos municipais majoritariamente à construção de vias de tráfego. Uma que vale citar foi a construção do Elevado Perimetral que passou “de marco urbanístico a monstro de cimento no meio da metrópole”<sup>48</sup>. Iniciada em 1957, sua primeira fase foi inaugurada em 1960 e a segunda em 1978, com o objetivo de interligar a zona sul à Avenida Brasil e à Zona Norte, desviando “do Centro da Cidade o tráfego que não lhe pertencia”<sup>49</sup>. Sua construção em termos de circulação foi um sucesso, porém em termos urbanísticos serviu ainda mais para o isolamento geográfico e para a degradação da zona portuária: ao ponto do início dos anos 1970, a região já apresentava as consequências do elevado, levando à degradação especialmente acentuada na década de 1980 com a crise financeira mundial (SANT'ANNA, 2012). O efeito resultante deste elevado na atualidade, enfim, foi a sua demolição durante os projetos do Porto Maravilha.

---

<sup>47</sup> Decretos como, por exemplo, o Decreto-Lei 6.000/37 da década de 1930, “definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade” (ABREU, 2013, p. 100) excluindo regiões do centro e proporcionando o desenvolvimento acelerado dessas regiões periféricas no decorrer das décadas seguintes.

<sup>48</sup> Descrição do projeto no site oficial do Museu do Amanhã. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/14>>

<sup>49</sup> Site oficial do Museu do Amanhã

Figura 11: Elevado Perimetral na região da Praça Mauá



Fonte: Acervo Virtual O Globo<sup>50</sup>

Abreu, por exemplo, cita que essa “febre viária” não altera somente a aparência da cidade, mas também traz “de volta a antiga prática da cirurgia urbana” (ABREU, 2013, p. 134), que às custas de habitações e empreendimentos de baixo custo nas regiões centrais, demole bairros inteiros na busca da abertura de espaços para as novas vias. Assim, a cidade é remodelada “a partir de uma série de obras que afetariam (como afetaram) principalmente as populações mais pobres” (*ibid*, p. 96), pois ao passo que tais edifícios são demolidos, eles não são substituídos, e os investimentos que poderiam ser direcionados a melhoramentos nessas áreas, sem impor a realocação da população ali residente, são postas de lado para favorecer uma elite privilegiada em busca de explorar um mercado imobiliário aquecido.

Na esteira das projeções de crescimento que esses planos continham e dos projetos, nunca concluídos, que ensejaram, um rastro de deterioração, abandono e isolamento foi deixado em certas áreas. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária, são exemplos do isolamento e da estagnação que resultaram dos aterros, intervenções viárias e desapropriações promovidos sucessivamente pela Reforma Pereira Passos, pelas obras do porto, pela abertura das avenidas Francisco Bicalho e Presidente Vargas, pela via expressa Laranjeiras/ Santo Cristo e pela ampliação da área da Rede Ferroviária Federal. As vias modernas abertas em torno da malha colonial dos morros centrais, sem ramificações de penetração, os transformaram em ilhas isoladas. (SANT ‘ANNA, 2012, p. 121)

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/https://acervo.oglobo.globo.com/>

Outro ponto, porém, foi o fator definitivo para a oficial decadência da zona portuária e da região central do Rio de Janeiro. Apesar de ainda ser um pólo portuário importante e um centro de consumo e atração de mão de obra migrante e imigrante, a expansão da industrialização e das atividades agrícolas para a região de São Paulo desde a década de 1930, além da ascensão do novo porto de Santos, fez com que o Rio de Janeiro notasse uma acentuada “perda de participação relativa da economia carioca e fluminense no cenário nacional e em relação a São Paulo” (SANT ‘ANNA, 2012, p. 123); o esvaziamento da região do porto para as áreas industriais suburbanas nesse período já se faz notar, como dito anteriormente. Porém é a partir, principalmente, da década de 1960 que o verdadeiro impacto se faz sentir na cidade: a mudança da capital federativa para Brasília resultou não somente na transferência de “atividades administrativas fundamentais, renda e o grosso dos investimentos federais que, até então, aportavam no Rio”, como também “no abandono de imóveis e de projetos de expansão já iniciados, deixando vazios urbanos que, devido a questões burocráticas, não foram absorvidos pelas administrações local e estadual”, contribuindo então para “aumentar a escassez e o valor de terrenos disponíveis no centro, inviabilizando investimentos privados e funcionando como mais um fator de abandono e degradação de certos setores” (*ibid*, p. 123)

Entretanto, em meio à estagnação e à falta de renovação de sua periferia imediata, o núcleo financeiro e de negócios do centro – localizado, desde o início do século, nas imediações da atual Av. Rio Branco – renovou-se completamente e verticalizou-se ferozmente nos anos 1960, mantendo um nível alto de valorização imobiliária, que o preservou da deterioração. Essas características específicas da área central do Rio e dos processos de descentralização intra e interurbana que ocorreram na cidade ajudaram a manter esse núcleo, até os anos 1990, como a principal centralidade da região metropolitana, apesar de todos os “ataques” econômicos e de drenagem funcional sofridos ao longo do século XX. (SANT ‘ANNA, 2012, p. 124)

Fato agravante deste cenário, digno de nota, foi que apesar de “já ser clara a estagnação da dinâmica do centro e o esvaziamento dos seus bairros periféricos” (SANT ‘ANNA, 2012, p. 119), o governo municipal aprova o decreto nº 322 em 1976, proibindo “o uso habitacional em todo o setor” (*ibid*, p. 119), com o objetivo de “desafogar o centro”, o que contribuiu ainda mais para “a imagem de degradação e abandono da região” (DE BONA, 2018, p. 53). Na década de 1980, ainda, com a crise econômica, o esvaziamento da área atinge seu ápice quando “se materializaram as evidências da pobreza - degradação do espaço físico de um modo geral, com o crescimento da população de rua, do comércio informal, [e] da violência urbana” (VAZ e SILVEIRA, 1999, p. 59). Neste período, “constata-se acentuada perda da qualidade de vida, sobretudo no Rio de Janeiro, onde a proporção de pobres na sua população total aumentou de 27,2%, em 1980, para 32,2%, em 1990” (*ibid*, p. 62). Inicia-se aqui, então, concomitante aos movimentos mundiais relacionados às crises dos anos 1970 e 1980, políticas urbanas mais

conservadoras, focadas na construção da identidade através do estabelecimento de patrimônios e na revitalização de espaços degradados em oposição às políticas modernistas de alto custo. Na região do porto e do centro, por exemplo, é neste período que se institui a Área de Proteção Ambiental (APA) dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA SAGAS), e ocorrem tombamentos como o Centro Cultural José Bonifácio em 1983, a Pedra do Sal em 1984, o Oratório do Morro da Providência, a Igreja de São Pedro, a escadaria do Livramento, a Vila Operária da Gamboa, diversos cortiços e edificações residenciais, todos em 1986, entre outros.<sup>51</sup>

A partir do final dos anos 1970, com a crise econômica, com a descoberta do patrimônio como insumo turístico e com as pressões dos movimentos sociais de classe média por menos especulação e mais qualidade de vida é que esse panorama começou a mudar em direção a um novo modo de intervenção na área central: a da renovação com preservação intensiva do patrimônio. (SANT'ANNA, 2012, p. 129)

Desde os anos 1980, então, observa-se um progressivo aumento da quantidade de propostas de revitalização na região portuária até o projeto que foi de fato implementado: o Porto Maravilha em 2009. É significativo citá-las, pois, como Diniz (2014, p. 47) desenvolve, à elaboração do projeto em 2009, já havia se criado um certo imaginário da revitalização do Porto por parte de atores influentes na elaboração e implementação do plano, como por exemplo, o presidente da Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI-RJ), José Conde Caldas

Justamente por seu dinamismo, coube a Paes rever conceitos e implementar com coragem, logo nos primeiros meses de governo, uma antiga proposta da Associação Comercial, em conjunto com a ADEMI, formulada inicialmente nos anos 80. Chegamos a criar um Banco de Negócios, Riopart, que investiu em trazer para o Rio profissionais ligados a projetos bem-sucedidos em cidades como Baltimore, Buenos Aires, Barcelona, Roterdã e Cidade do Cabo. Infelizmente nenhum governo municipal ou estadual e muito menos o federal (que, por meio da Cia. das Docas, impôs todo tipo de resistência) teve a sensibilidade da atual gestão em reconhecer a importância que uma zona portuária revitalizada poder ter para a cidade (CALDAS, 2011, p. 7 apud DINIZ, 2014, p. 46)

É possível, portanto, considerar que tais projetos influenciam e fazem parte do projeto Porto Maravilha, pois - conscientemente ou não - serviram de base para, por exemplo, o estabelecimento de objetivos, metas e prioridades.

## **2.2 O Porto do Rio de Janeiro ao Porto Maravilha - 1980 a 2006**

Desde meados da década de 1980, e durante o decorrer da década de 1990, diversos projetos de intervenção urbana foram elaborados para a revitalização da região do porto do

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>>

Devido ao seu caráter histórico e à criação da APA SAGAS, a zona portuária começou a ser apresentada como área estratégica, dotada de potencial para estabelecer um ‘mercado cultural’, pautado em atividades turísticas e eventos internacionais. (DE BONA, 2018, p. 54).

Figura 12: Delimitação da APA SAGAS nos Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo

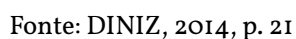


Figura 13: Delimitação da APA SAGAS (em vermelho) dentro da AEIU (em amarelo)



Fonte: Site oficial do projeto do Porto Maravilha

Outro projeto significativo foi a elaboração, em 1989, do Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro. Elaborado pela empresa de engenharia Planave S.A. a serviço da Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás), foi uma segunda tentativa de modernizar o porto e incorporar o setor econômico de serviços na região, porém desta vez, considerando as áreas delimitadas pela SAGAS e mantendo inalteradas as características do uso do solo. A Zona Portuária foi então dividida nos seguintes usos: "i) comercial: teleporto, setores de diversões e comércio, shopping centers; ii) misto: setor de comércio, serviços, e habitação; iii) residencial; iv) institucional; e v) espaços livres: praças, parques, passeios e estacionamentos" (DINIZ, 2014, p.23). O projeto, porém, nunca saiu do papel por ser determinado inviável pelo Ministério das Cidades (2005 apud Diniz, 2014, p. 24).

O próximo projeto, já em 1991, carregava propostas e justificativas muito semelhantes às anteriores. Desta vez, porém, sugere-se a implementação de meios de transporte inovadores, como o VLT, e a separação da zona em três Polos, além de se dirigir diretamente ao Morro da Providência, especialmente como "um bolsão socialmente problemático, causa e consequência do isolamento da região portuária" sugerindo, então, a "necessária oxigenação da área" (CDRJ, 1991, p. 58 apud DINIZ, 2014, p. 24). O Polo 1 seria o setor prioritário da revitalização, com destaque à Praça e o Píer de Mauá; este seria destinado às atividades de negócios, lazer e turismo, "comportando cafés, lojas, instalações para acostamento de barcos de aluguel para passeios turísticos, locais para espetáculos ao ar livre (...) [e] o complexo cultural denominado Museu Dinâmico do Carnaval (...)" (CDRJ, 1991, p. 66 apud DINIZ, 2014, p. 25). O Polo 2 seria subdividido em dois para comportar outros equipamentos de comércio,



lazer e turismo, e também oferecer o "atendimento das carências da população residente". Já o Polo 3 serviria para atividades empresariais, de negócios, e habitação. (DINIZ, 2014)

O projeto, porém, foi sofrendo diversos entraves durante os anos seguintes devido às constantes divergências entre os diversos agentes envolvidos (principalmente entre setor público e privado), fazendo então com que o projeto nunca saísse do papel. (DINIZ, 2014)

Nos anos 2000, porém, os projetos são elaborados com mais intento e aporte técnico, culminando em uma eventual implementação no decorrer da década. Inicialmente, entre 2001 e 2006, foi elaborado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) o Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro. "De acordo com o discurso presente no plano, a revitalização da região portuária do Rio de Janeiro 'representaria o passaporte estratégico, que permitiria referendar sua inserção no circuito internacional das cidades mundiais' (PCRJ, 2001, p. 7 apud DINIZ, 2014, p. 31). Este não se limitaria somente à região do Píer Mauá, abarcaria também os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro. Entre os principais objetivos estava:

- i) tratar a área como espaço estratégico de desenvolvimento; ii) torná-la atrativa para novos investimentos privados, 'com ênfase nas atividades de serviço, comércio, lazer cultural e como espaço privilegiado de moradia para camadas médias'; iii) romper o isolamento dos bairros portuários; iv) reintegrar a área à paisagem e ao uso da Baía de Guanabara; v) valorizar o patrimônio arquitetônico e urbano; vi) criar política de reaproveitamento de imóveis de valor histórico; vii) investir em melhorias pontuais de locais emblemáticos; e viii) instituir órgão gestor para o desenvolvimento da região. (PCRJ, 2001, p. 13 apud DINIZ, 2014, p. 31)

Baseado intrinsecamente no planejamento estratégico, o projeto previu diversas questões de mobilidade, uso do solo, e o restauro das interligações entre os bairros que foram perdidas nos planos modernistas. Para as questões de mobilidade, inclusive, parte do plano será sugerido posteriormente no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) de 2010 para o Porto Maravilha.

**PROJETOS ESPECIAIS PROPOSTOS**

- A. Morro da Saúde
- B. Morro da Gamboa
- C. Morro do Pinto
- D. Morro do Livramento
- E. Favela Bairro da Providência
- F. Bairro Padre Pedro

**NÚCLEOS ESTRATÉGICOS**

- Interesse Cultural / Turístico / Cultural
- Interesse Comercial / Serviços, Área Tecnológica
- Interesse Paisagístico
- Interesse Comercial / Serviços, Área Educacional
- Interesse Comercial / Serviços, Área Petrolífera
- Integração de Transportes

**PROJETOS ESPECIAIS EM ANDAMENTO**

- 1. Pier Mauá
- 2. Morro da Conceição
- 3. Enseada da Gamboa
- 4. Cidade do Camará
- 5. Morro da Saúde
- 6. Gasômetro
- 7. Shopping Leopoldina

**EIXOS ESTRATÉGICOS**

- Anel Periférico
- Eixos Transversais
- Eixos Longitudinais
- Via Litorânea Histórica
- VLT Proposto
- Cidóvia

No tocante a equipamentos culturais, esse projeto visava a construção da Vila Olímpica da Gamboa, a Cidade do Samba e o Museu Guggenheim. "A Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba foram construídas no terreno da antiga Estação Marítima" (DINIZ, 2014, p. 35), e foram inauguradas em 2004 e 2006 respectivamente. Já o grande projeto da rede Guggenheim foi recheado de controvérsias. Elaborado pelo arquiteto-estrela francês Jean Nouvel em 2003, o design do projeto já foi alvo de grandes críticas por sintetizar

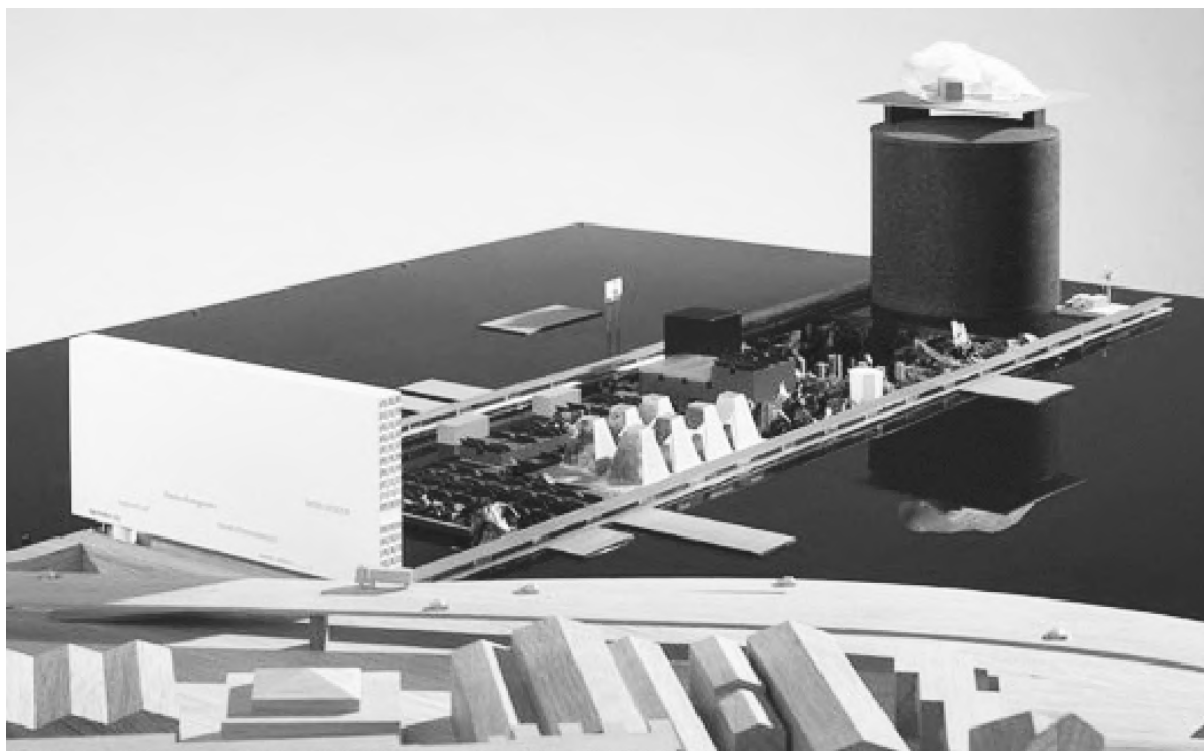
56



malha urbana local, uma barreira/vitrine para o anúncio de eventos e patrocinadores, negando a cidade real marcada por desigualdades sócio-territoriais. (NOBRE, s/d)

O projeto do Guggenheim então nunca sai do papel, por motivos como "a seleção sem concurso público do projeto arquitetônico, a insuficiente participação popular na definição dos objetivos de revitalização da região portuária, além da ausência de transparência na contratação da Fundação Guggenheim para execução do estudo de viabilidade" (CAMARGO, 2011; FERNANDES, 2004 apud DINIZ, 2014, p. 37). Até que em novembro de 2015, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condena o ex-prefeito César Maia e a Fundação Guggenheim de "ilegalidade do contrato preparatório de elaboração de estudo de viabilidade e projeto arquitetônico e do contrato principal de construção do Museu Guggenheim, no píer da Praça Mauá, zona portuária do Rio." (Agência Brasil, 2015) sob penalidade de restituir 2 milhões de dólares aos cofres públicos. O STJ, porém, em 2021, absolve ambas partes das acusações.

Figura 15: O Projeto do Museu Guggenheim Rio



Fonte: DINIZ, 2014, p. 37

De todos os projetos citados anteriormente, a execução e implementação dos respectivos, ou não alcançou os objetivos propostos, ou os fez de maneira limitada. São dignos de nota, porém, pois além de demonstrarem o intenso interesse das elites e dos órgãos governamentais em revitalizar a região portuária do Rio de Janeiro, eles, em seus pontos em comum, demonstram os principais objetivos de um projeto de revitalização com a área, quais atores normalmente exercem os principais papéis, e que narrativas geralmente são buscadas.

Além disso, para o estudo de caso deste presente trabalho, estes projetos ofereceram as bases para a elaboração e implementação do Porto Maravilha; fato reforçado inclusive pelo *slogan* do projeto: “um sonho tornado realidade”. Quanto a isso, Diniz (2014, p. 47) desenvolve como se criou um certo imaginário do projeto de revitalização do Porto a partir dos antigos projetos propostos no decorrer dos anos 1980 descritos acima

### 2.3 Porto Maravilha

Pode-se considerar que duas datas marcam o início dos projetos do Porto Maravilha: outubro de 2007 e outubro de 2009; a definição da sede da Copa do Mundo de 2014 e a da sede das Olimpíadas de 2016, respectivamente. Oficialmente, a data se dá em 23 de Novembro de 2009, quando são aprovadas a Lei Complementar nº 101 e a Lei Complementar nº 102 que modificam o Plano Diretor de 1992, criam a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ)<sup>52</sup> e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)<sup>53</sup> para a elaboração e implementação do projeto, e instituem a elaboração de diversos instrumentos que permitiram o uso do solo e o direito de construir, como, por exemplo, o estabelecimento de uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) e os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)<sup>54</sup>.

Nestas Leis, a finalidade da CDURP foi definida como

- i) promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro; ii) coordenar, colaborar, viabilizar ou executar, no âmbito de competência do Município do Rio de Janeiro, a implementação de concessões (...) ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam ao desenvolvimento da AEIU (...); iii) disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; iv) gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Município ou por seus demais

---

<sup>52</sup> Uma Operação Urbana Consorciada é definida pelo Artigo 32 da Lei Federal 10.257 de 10 de Julho de 2001 como "o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental." (BRASIL, 2001)

<sup>53</sup> Definida como “a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Cabe à Cdurp coordenar processo de revitalização que inclui obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio.” de acordo com o site oficial do projeto.

<sup>54</sup> A página inicial do site oficial do Porto Maravilha os define como “títulos usados para financiar Operações Urbanas Consorciadas que recuperam áreas degradadas nas cidades”. “Todo novo empreendimento imobiliário na região portuária que necessite ultrapassar um padrão mínimo de gabarito terá a obrigação de recolher recurso proporcionais ao investimento desejado por meio da compra de títulos emitidos pelo Município - os Certificado de Potencial Adicional de Construção” (PAES, 2001, p. 6 apud DINIZ, 2014, p. 45)

acionistas, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título. (RIO DE JANEIRO, 2009b)

Já a da OUCPRJ foi determinada como a de "promover a reestruturação urbana da AEIU por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região" (RIO DE JANEIRO, 2009a) conforme ilustra a imagem 11. Seus princípios de planejamento, execução, e fiscalização eram, portanto,

i) a priorização do transporte coletivo sobre o individual; ii) a valorização da paisagem urbana, do ambiente urbano e do patrimônio cultural material e imaterial; iii) o atendimento econômico e social da população diretamente afetada; iv) a promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos; v) a integração da área com a Área Central e o estímulo ao uso residencial; vi) a transparência do processo decisório e o controle com representação da sociedade civil; e vii) o apoio à regularização fundiária urbana nos imóveis de interesse social (RIO DE JANEIRO, 2009a)

Já suas diretrizes destacavam questões como

i) aos usos concomitantes portuário, residencial, comercial, de serviços, cultural e de lazer; ii) aos investimentos em infraestrutura e reurbanização; iii) à melhoria das condições ambientais; iv) à integração da orla marítima à Área Central; v) à criação de circuito histórico-cultural; vi) aos sistemas de transportes; vii) aos estímulos ao uso residencial; viii) às atividades de transporte marítimo de passageiros; ix) à promoção de habitação de interesse social; x) à criação de equipamentos públicos de lazer; xi) aos melhoramentos nas áreas de especial interesse social; xii) às atividades de geração de emprego e renda na região; xiii) à sustentabilidade da população residente; xiv) ao reconhecimento das comunidades tradicionais; xv) à restauração e reconversão de imóveis de valor histórico; e xvi) ao uso de energias limpas. (DINIZ, 2014, p. 43)

Porém, vale destacar que nem todas elas usufruíram do estabelecimento, no Plano Básico, dos mecanismos que seriam utilizados para implementá-las. Por exemplo, os critérios de sustentabilidade ambiental das novas edificações serão complementados em adendo posterior, e a promoção de habitações de interesse social partem somente da divulgação, em materiais da OUC, de outros projetos realizados pelo Programa Novas Alternativas da Prefeitura do Rio (DINIZ, 2014). É somente em setembro de 2015, por exemplo, que é lançado o Plano de Habitação Social no Porto, após os maiores projetos de revitalização já inaugurados ou em fases finais de construção.

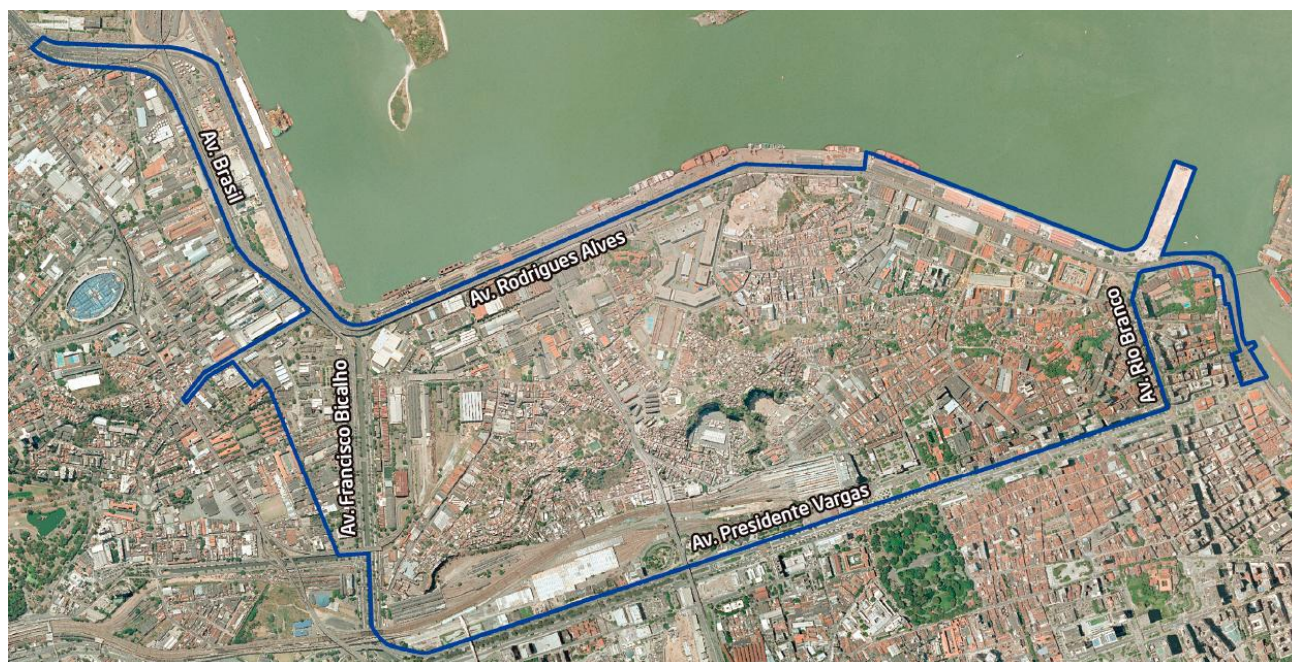
Tais princípios e diretrizes não encontram equivalência prática e observância legal no Programa Básico da OUC, uma vez que o mesmo apenas define um conjunto de intervenções físicas de obras e projetos viários e de infraestrutura

urbana sem qualquer previsão de componente ou programa claramente definido e orientado para a produção de habitação de interesse social (...). Da mesma forma, não são previstas ações de recuperação e regularização de imóveis ocupados por população de baixa renda na região. (CARDOSO, 2013, p. 72 apud DINIZ, 2014, p. 43)

Às responsabilidades da OUC e da CDURP também se acrescentou a tarefa de determinar o consórcio da parceria público-privada. Em um acordo inédito à época, a prestação de serviços urbanos em concessão administrativa de saneamento, coleta de lixo, iluminação, gestão do tráfego, entre outros, além da operação de obras urbanas de vias públicas e de infraestrutura como redes de esgoto e abastecimento de água, são atribuídos, pela primeira vez na história nacional, à um consórcio composto por empresas privadas: o nomeado Consórcio Porto Novo formado pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. Outra responsabilidade da OUC foi a delimitação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) que passou a comportar os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, além de setores dos bairros São Cristóvão, Centro e Cidade Nova (Figuras 16 e 17) totalizando 5 milhões de m<sup>2</sup> subdivididos em zonas de interesse (Figuras 18 e 19). Somada à essa área ainda, a OUC autoriza mais 4 milhões de m<sup>2</sup> de solos “virtuais”: os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) para os projetos que pretendiam ultrapassar o gabarito definido para a região.

O manuseio das CEPACs foi outro ponto inédito digno de nota do projeto do Porto Maravilha. Pelo caráter de compra e venda de títulos a serem oferecidos ao setor privado, a Caixa Econômica Federal e a CDURP criam dois fundos de investimento imobiliário da AEIU, “como forma de transferência de recursos entre as instituições” (SARUE, 2018, p. 599). Através da disponibilização total dos CEPACs em “um único leilão, que foi arrematado pela CEF por meio do investimento de recursos do FGTS” (*ibid*, p. 599), a Caixa Econômica Federal “passou a ser detentora do total de CEPACs e a negociá-los diretamente com o mercado, sem a necessidade de leilões e sem o pré-estabelecimento de lotes residenciais ou comerciais.” Dessa forma, ela passou “a controlar o processo de especulação sobre os usos dos empreendimentos na região” assim como “o tempo de venda ou comercialização dos terrenos junto ao mercado, podendo se beneficiar do tempo de valorização da operação.” (*ibid*, p. 599). Esse esquema, porém, sujeita os títulos - e consequentemente os terrenos - às flutuações de mercado, e é somente após estas ocorrerem que se compreenderá os impactos de tal política.

Figura 16: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: Site oficial do projeto do Porto Maravilha

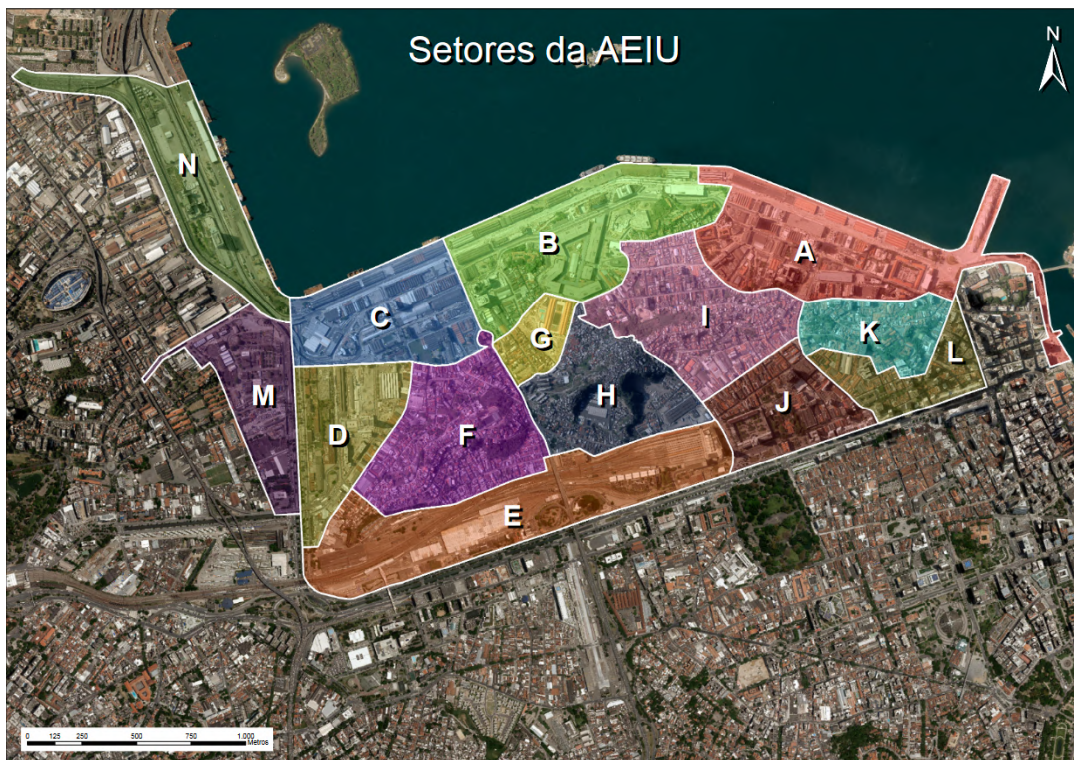
Figura 17: Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: SARUE, 2018, p. 598



Figura 18: Setores da AEIU



Fonte: Site oficial do projeto do Porto Maravilha

Figura 19: Delimitações de uso das zonas da AEIU



Fonte: OUCPRJ, 2010, p. 36

Para a efetiva elaboração do projeto de revitalização, enfim, é realizado pela OUCPRJ um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para prover o aporte técnico às intervenções. É neste, por exemplo, que são determinados os limites e enfoques de cada zona (Figuras 19 e 20) da AEIU. Para as zonas F, G, H, I, J, K e L, por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental com tombamentos e grande adensamento de pequenos lotes privados, é sugerida apenas a “recuperação das vias existentes, escadarias, praças e espaços públicos em geral melhorando a iluminação pública, arborização e infraestrutura” (OUCPRJ, 2010, p. 42). Já para as zonas A, B, C, D e M, além da maior parte dos lotes pertencerem ao Estado, os edifícios de maior dimensão facilitam a realização de obras no setor. São portanto, essas as zonas as que receberão mais enfoque no projeto de revitalização. Levando em consideração, também, equipamentos que limitam as obras (como áreas verdes; equipamentos públicos como escolas e hospitais; bens tombados e preservados; AEIS– Áreas de Especial Interesse Social; ocupações consolidadas; e a APA SAGAS), são determinados os gabaritos e as CEPACs de cada área, assim como o tipo de obra a ser realizada na região.

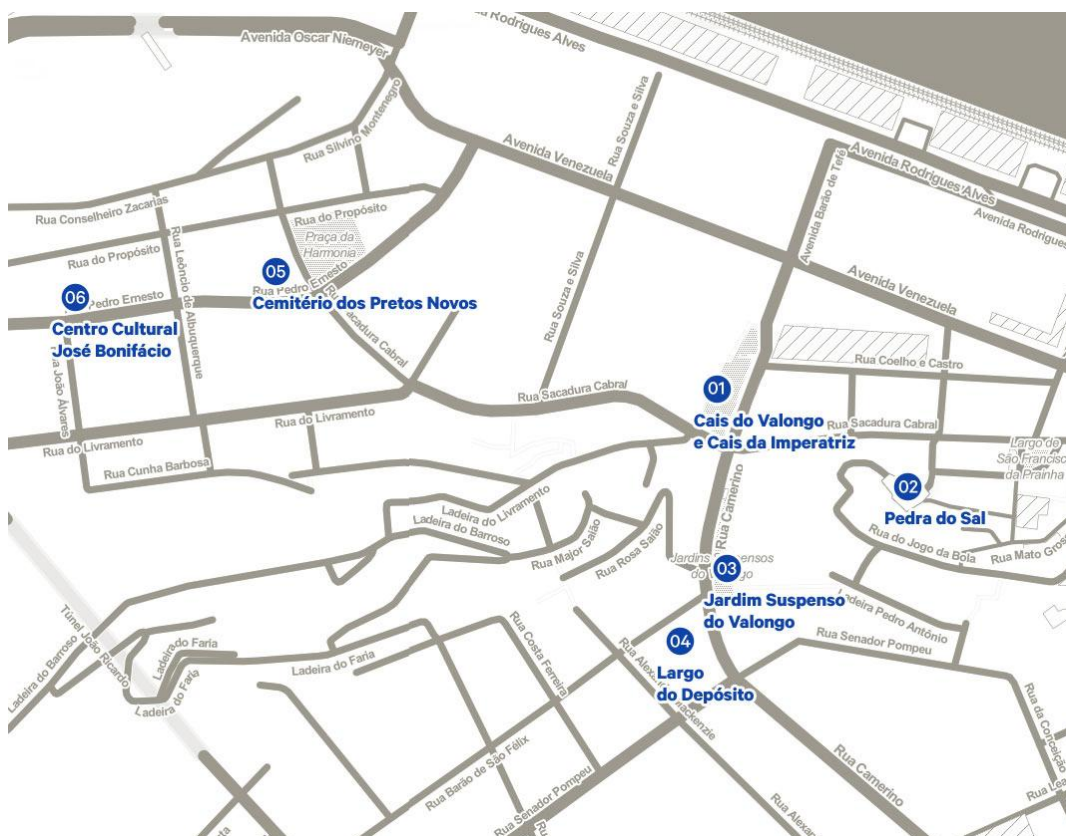
A partir do aporte inicial técnico e jurídico, então, a municipalidade publica - oficialmente em 2010 - o novo Plano Diretor denominado Plano Estratégico Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo (2009-2012). Neste, o Porto Maravilha é oficialmente lançado como um projeto municipal de intervenção urbana. Reconhecendo que a região portuária encontrava-se “em estado de grande degradação, com abandono de prédios e ruas e com espaços públicos praticamente sem uso pela população e pelos turistas” (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 92), o governo municipal determina que “a revitalização urbana da área central, e especialmente da região portuária, constitui uma das maiores oportunidades de valorização patrimonial da cidade” (*ibid*, p. 86) pois “apresenta um grande potencial econômico, turístico e social” (*ibid*, p. 92). Assim, o Plano estabelece o objetivo de “revitalizar a área portuária e bairros adjacentes, com o aproveitamento do potencial imobiliário e consequente estímulo à geração de empregos” (*ibid*, p. 86-87), e esperando como resultado a “revitalização da área com a melhoria na condição de vida local, consequente atração de novos moradores e empresas para a região, além da restauração do patrimônio histórico e cultural e incremento do turismo na região” (*ibid*, p. 92). O programa consistiu, portanto, na

implantação de obras de infraestrutura e articulação com a iniciativa privada e governos estadual e federal de forma a promover uma completa revitalização (econômica, social, ambiental e cultural) da região portuária do Rio de Janeiro (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte dos bairros do Caju, São Cristóvão e Centro) criando espaços de arte, cultura, entretenimento, educação e habitação. (RIO DE JANEIRO, 2010, p. 92)

Em sua primeira fase, a EIV sugere a revitalização e urbanização da Praça e Píer Mauá, obras de calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização dos eixos Barão de Tefé, Camerino, Venezuela, Rodrigues Alves e Sacadura Cabral, a construção da Via Binário do Porto, a demolição de parte do Elevado Perimetral, e a reurbanização do Morro da Conceição.

Na prática, financiada totalmente pelo poder público, a primeira fase de implementação consistiu na construção do Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR) na Praça Mauá, o Porto Olímpico, duas novas grandes vias paralelas (Via Expressa e Via Binário do Porto), a demolição do Elevado da Perimetral, obras de infraestrutura de iluminação, saneamento básico, escoamento e abastecimento de água, e a transformação de parte da Avenida Rodrigues Alves (entre o armazém e a Praça Mauá) para permitir a circulação de pedestres e comportar novas linhas de VLT. É lançado também, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana passando por pontos como o Cais do Valongo, os Jardins do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito, o Instituto Pretos Novos, e o Centro Cultural José Bonifácio (Figura 21) com o objetivo de exaltar locais marcantes para a memória da cultura afro-brasileira, além também do lançamento do Programa Porto Maravilha Cidadão e do Plano de Habitação de Interesse Social buscando a promoção do desenvolvimento social na região através de políticas de habitação e emprego.

Figura 20: Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana



Fonte: Site oficial do Museu do Amanhã<sup>55</sup>

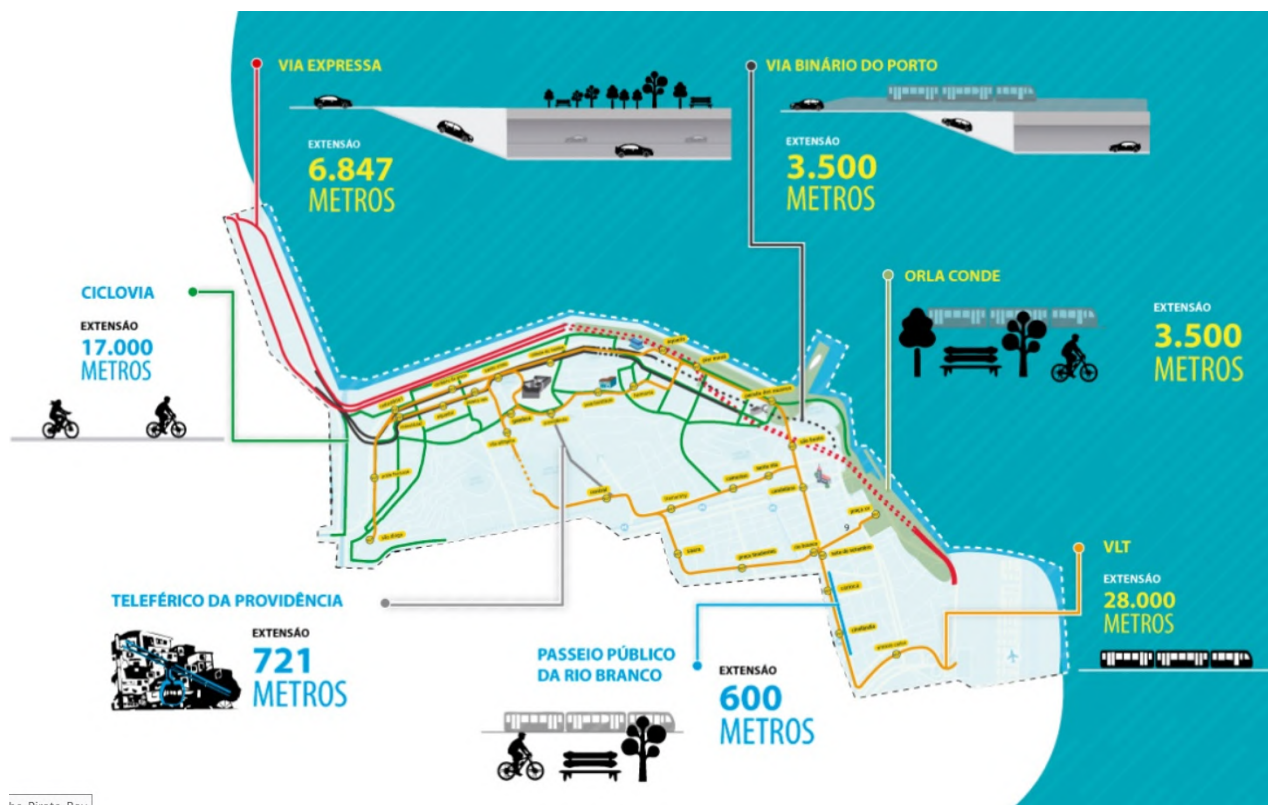
No âmbito da mobilidade urbana, conforme é sugerido pela EIV também, o projeto do Porto Maravilha buscou, “como forma de desestímulo à circulação de automóveis e sua consequente necessidade por vagas de estacionamento” (OUCPRJ, 2010, p. 45), novas opções de ampliação de seu sistema de mobilidade urbana. Além da construção de túneis e vias expressas

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/14>>



para substituir o Elevado Perimetral, o projeto focou na criação de ciclovias e no veículo de média capacidade sobre trilhos (VLT) com o objetivo de aumentar a circulação dentro da área revitalizada. Como demonstra o esquema da Figura 22, é possível observar que o enfoque das linhas recaiu majoritariamente sobre as zonas A, B, C e D, conforme a sugestão da EIV.

Figura 21: Projetos de Mobilidade



Fonte: Site oficial do projeto do Porto Maravilha

Figura 22: Bonde VLT e Mural de Etnias do artista Kobra



Fonte: REIS, Revista Exame, 2018<sup>56</sup>

Figura 23: A Praça e Píer Mauá, e o Museu do Amanhã



Fonte: NELSON, Rio On Watch, 2019<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://exame.com/brasil/porto-maravilha-corre-o-risco-de-parar-em-2018/>>

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=44800>>

Já em 2012 algumas obras para novos calçamentos, redes subterrâneas de água, luz, gás, telecomunicações e saneamento são concluídas. E no decorrer dos anos seguintes, novas obras vão sendo inauguradas: Museu de Arte do Rio, a nova Via Binário e o Centro Cultural José Bonifácio em 2013, o Teleférico da Providência em 2014, o Túnel Rio450, a Praça Mauá e o Museu do Amanhã em 2015, a Orla Conde, as linhas de VLT, o Túnel Prefeito Marcello Alencar, a Via Expressa e o Mural do artista Kobra em 2016; para citar as mais significativas. A partir de 2017, porém, pouco se publica.

Já com relação à segunda fase, a EIV de 2010 previa obras no setor dos transportes a partir da construção de mais túneis e vias, além de obras de infraestrutura básica, como as citadas na primeira fase. A OUC, porém, realiza um novo Estudo de Impacto de Vizinhança em 2013, com o propósito de atualização de tais planos.

### **3. Capítulo 3 - Efeitos do Projeto Porto Maravilha**

Ao momento inicial do projeto, em 2010, é realizado pela OUC, um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) com o “objetivo de avaliar os impactos a serem gerados pela implementação da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio” (OUCPRJ, 2010, p. 4). Desde o início, vale mencionar que tal arquivo encontra-se atualmente bloqueado no site oficial do Projeto Porto Maravilha, estando disponível somente através de um *login*. Uma versão reduzida e incompleta, porém, foi encontrada no site oficial da prefeitura do Rio de Janeiro, e foi esta a consultada e referenciada neste presente estudo. Tal fato é significativo de nota, pois as constatações realizadas na EIV de 2010 serviram de aporte à elaboração do projeto e guiaram, assim, os enfoques e prioridades das políticas públicas postas em prática na época. O arquivo consultado apresenta em seu sumário os itens que trabalham tópicos como infraestrutura comunitária, habitação, educação, saúde, valor imobiliário, poluição do solo e do ar, entre outros, porém seus textos foram cortados do arquivo, fazendo com que assim, a consulta aos dados levados em consideração para a elaboração e implementação inicial do Porto Maravilha esteja sujeita à leitura e estudo de terceiros. O valor de transparência citado no site oficial do projeto de revitalização, portanto, já se anula. Aos dados disponíveis e à realização de outros estudos, porém, alguns pontos se fazem notáveis.

Em sua introdução, o EIV já aponta diversas concepções que, dado o extenso estudo realizado nos capítulos anteriores, faz possível aqui determiná-las como no mínimo questionáveis. Inicialmente, por exemplo, o projeto de revitalização é dito necessário na região portuária para que assim ela seja transformada “num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreu com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960 e com a Barra da Tijuca a partir da década de 1970” (OUCPRJ, 2010, p. 16); já sabemos a este ponto que a ascensão de tais bairros se deu pela especulação do mercado imobiliário, e como resultado da falta de políticas públicas adequadas na região central, causando inclusive o esvaziamento e degradação que o projeto Porto Maravilha busca consertar, portanto tal comparação já se faz dúbia. Depois, a justificativa da valorização da área se dá por ser “a porta

de entrada para os turistas que chegam à cidade em cruzeiros e têm em seu interior vários pontos de interesse”, apontando “uma vocação para um uso da área muito mais intenso do que hoje ocorre, com a instalação de novos moradores, comércios, serviços, equipamentos urbanos, culturais, de lazer e grandes parques.” (*ibid*, p. 16). E por fim conclui:

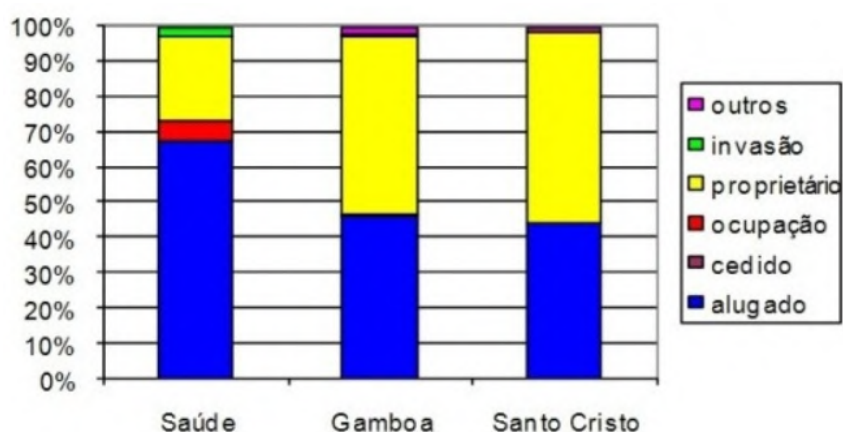
Este é o intuito das intervenções: transformar a região da zona portuária numa área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade. Pretende-se seguir o exemplo de cidades ao redor do mundo como Buenos Aires, Nova Iorque, Baltimore e Roterdã, entre outras, que ao recuperarem suas áreas portuárias degradadas, dinamizaram suas economias e ganharam mais um ponto de interesse turístico. Assim, ganharão também as áreas em seu entorno, para onde esta renovação se irradiará através de melhorias da ambiência local e dos fluxos da cidade, além de todos aqueles que usam a região de alguma forma. Em resumo, a cidade ganhará como um todo. (OUCPRJ, 2010, p. 17)

Ou seja, entende-se que a dinamização da economia e a atração de turistas ao local contribuirão para solucionar os problemas atuais da região e até mesmo de seu entorno. Lobo (2011), porém, aponta alguns dados contraditórios apresentados neste EIV como, por exemplo, a conclusão de que “a oferta de matrículas pelas redes municipal e estadual de ensino atendem à demanda atual”, entretanto, “os moradores da região que cursaram o ensino fundamental completo somam apenas 15,0% e os que têm o ensino médio completo são apenas 19,8%, sendo que os analfabetos totalizam 2,7% dos moradores locais.” Além disso, “a reivindicação pelos moradores de uma escola de ensino médio completo e de uma escola técnica data de pelo menos duas décadas”, as quais foram simplesmente ignoradas pela EIV. (LOBO, 2011)

Para a questão habitacional, a proposta foi a construção de 500 moradias a serem fornecidas pelo programa da Secretaria Municipal do Habitat Novas Alternativas, porém somente “para famílias com renda acima de 5 salários mínimos” em uma região que “predominam as famílias com renda até 3 salários (72,4%)”. Os moradores restantes seriam realocados em construções do programa federal Minha Casa, Minha Vida em regiões periféricas com baixa infraestrutura. Além disso, Lobo ainda consta que em 2002, 51% dos moradores da região viviam em domicílios alugados (Figura 24). Ou seja, com a valorização da região e as expropriações e realocações, a população ali residente se vê expulsa ou empurrada a habitar outras regiões dada a nova especulação imobiliária, e gera-se, assim, um processo de gentrificação que de fato, foi ignorado completamente pelo EIV de 2010.



Figura 24: Condição de ocupação, por bairro (%)



Fonte: LOBO (2011)

Concomitante a isso, é interessante observar, então, a evolução das áreas consideradas favelas (Figuras 25 e 26). Observa-se, por exemplo, que antes do plano em 2009, os números seguiam estáveis; durante o período de implementação do projeto, os números progressivamente diminuem; porém chegando próximo ao período que as obras desaceleram e o país começa a adentrar uma recessão econômica em 2016, os números começam a crescer e chegar a índices maiores do que antes da implementação das intervenções.

Figura 25: Área e variação da ocupação das favelas cadastradas no SABREN - Cidade do Rio de Janeiro de 1999 a 2019

| Anos | Favelas                        |                                    |                       |
|------|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------|
|      | Área ocupada em m <sup>2</sup> | Variação da área em m <sup>2</sup> | Variação da área em % |
| 1999 | 43.864.592,83                  | -                                  | -                     |
| 2004 | 46.668.022,79                  | 2.803.429,96                       | 6,39                  |
| 2008 | 47.678.159,66                  | 1.010.136,87                       | 2,16                  |
| 2009 | 47.902.594,03                  | 224.434,37                         | 0,47                  |
| 2010 | 47.606.541,59                  | -296.052,44                        | -0,62                 |
| 2011 | 47.365.449,18                  | -241.092,41                        | -0,51                 |
| 2012 | 47.292.668,31                  | -72.780,87                         | -0,15                 |
| 2013 | 47.355.286,01                  | 62.617,70                          | 0,13                  |
| 2015 | 47.688.990,35                  | 333.704,34                         | 0,70                  |
| 2016 | 47.842.420,65                  | 153.430,30                         | 0,32                  |
| 2017 | 48.277.720,30                  | 435.299,64                         | 0,91                  |
| 2018 | 48.567.353,50                  | 289.633,21                         | 0,60                  |
| 2019 | 48.712.485,87                  | 145.132,37                         | 0,30                  |

Fonte: Instituto Pereira Passos, 2021

Figura 26: Área e variação da ocupação das favelas na Zona Portuária - Cidade do Rio de Janeiro de 1999 a 2019

| Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Favelas                                     | Código (SABREN) | Área (m²)         |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |
|--|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  |                 | 1999              | 2004              | 2008              | 2009              | 2010              | 2011              | 2012              | 2013              | 2015              | 2016              | 2017              | 2018              | 2019              |
| <b>Total</b>   |                 | <b>43 864 593</b> | <b>46 668 023</b> | <b>47 678 160</b> | <b>47 902 594</b> | <b>47 606 542</b> | <b>47 365 449</b> | <b>47 292 668</b> | <b>47 355 286</b> | <b>47 688 990</b> | <b>47 842 421</b> | <b>48 277 720</b> | <b>48 567 354</b> | <b>48 712 486</b> |
| <i>Área de Planejamento 1</i>  |                 | <i>2 320 523</i>  | <i>2 399 468</i>  | <i>2 435 053</i>  | <i>2 453 515</i>  | <i>2 416 338</i>  | <i>2 403 290</i>  | <i>2 374 502</i>  | <i>2 371 941</i>  | <i>2 376 749</i>  | <i>2 382 489</i>  | <i>2 399 773</i>  | <i>2 406 293</i>  | <i>2 411 055</i>  |
| <b>I Portuária</b>   |                 | <b>416 671</b>    | <b>423 083</b>    | <b>443 332</b>    | <b>448 300</b>    | <b>448 564</b>    | <b>444 808</b>    | <b>449 679</b>    | <b>448 614</b>    | <b>452 165</b>    | <b>455 922</b>    | <b>460 362</b>    | <b>462 986</b>    | <b>465 740</b>    |
| Ladeira dos Funcionários   | 1               | 23 643            | 23 643            | 35 851            | 40 295            | 40 295            | 40 295            | 40 295            | 40 295            | 42 366            | 44 679            | 46 827            | 46 827            | 46 827            |
| Moreira Pinto  | 2               | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             | 9 018             |
| Morro da Providência   | 3               | 102 424           | 102 424           | 102 424           | 102 424           | 102 424           | 102 424           | 101 693           | 101 693           | 102 205           | 102 754           | 103 689           | 104 534           | 105 702           |
| Parque Boa Esperança (RA - Portuária)  | 4               | 105 841           | 103 872           | 105 254           | 105 254           | 105 254           | 105 254           | 107 784           | 107 784           | 107 784           | 107 784           | 108 537           | 108 537           | 108 537           |
| Parque Nossa Senhora da Penha  | 5               | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 913            | 14 781            | 14 781            | 15 212            | 15 212            | 15 560            |
| Parque São Sebastião   | 6               | 19 374            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            | 20 683            |
| Pedra Lisa   | 7               | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 174            | 18 772            | 18 772            | 18 772            | 18 772            | 18 772            |
| Quinta do Caju   | 8               | 55 080            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            | 56 317            |
| Parque Alegria   | 53              | 26 005            | 26 246            | 26 246            | 26 246            | 26 246            | 25 625            | 24 810            | 24 810            | 24 810            | 24 810            | 24 810            | 24 810            | 24 810            |
| Parque Vitória   | 58              | 20 045            | 20 045            | 20 045            | 20 045            | 20 045            | 16 851            | 16 851            | 16 851            | 16 851            | 16 851            | 16 851            | 16 851            | 16 851            |
| Parque Conquista   | 488             | 20 293            | 20 187            | 20 340            | 20 697            | 20 817            | 20 876            | 21 051            | 21 160            | 21 643            | 22 537            | 22 709            | 23 314            | 24 552            |
| Via Presidente João Goulart (em frente ao nº150 da rua Projetada - antiga Rua Carlos Seixas) | 827             | (¹)               | 3 783             | 1 930             | 1 174             | 1 174             | 1 174             | 1 174             | (²)               | (²)               | (²)               | (²)               | (²)               | (²)               |
| Vila do Mexicano   | 1052            | (¹)               |                   | 7 371             | 8 295             | 8 440             | 8 440             | 8 440             | 8 440             | 8 440             | 8 440             | 8 440             | 9 365             | 9 365             |
| São Diogo  | 1053            | 1 861             | 3 778             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             | 4 765             |
| Comunidade Vila dos Sonhos   | 1116            | (¹)               | (¹)               | (¹)               | (¹)               | (¹)               | (¹)               | 3 712             | 3 712             | 3 734             | 3 734             | 3 734             | 3 982             | 3 982             |

Fonte: Instituto Pereira Passos, 2021

Diversos fatores podem ser atribuídos a essa movimentação, porém um já possível de ser relacionado é com relação à especulação imobiliária que surgiu em torno das CEPACs principalmente durante o período de recessão econômica de 2016. Com a tentativa do governo municipal neoliberal de adquirir financiamento para o projeto através da iniciativa privada, em 2011, por exemplo, o então e atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes justifica que a adoção da Operação Urbana Consorciada foi a forma de "obter recursos do setor privado sem onerar o Tesouro Municipal, tão absorvido por outras prioridades (como educação e saúde)." (PAES, 2011, p. 6 apud DINIZ, 2014, p. 45). Porém, Diniz destaca que desde o início "as intervenções do Porto Maravilha foram viabilizadas principalmente com recursos públicos" (DINIZ, 2014, p. 45). Na primeira fase da implementação do projeto, o Governo Municipal realiza as maiores intervenções estruturais como, por exemplo, "a construção de redes de água, esgoto e drenagem nas avenidas Barão de Tefé e Venezuela, a urbanização do Morro da Conceição, a restauração dos Jardins Suspensos do Valongo e do Cais Valongo e da Imperatriz, além do redimensionamento de redes de telecomunicação e iluminação pública, numa área de 350 mil metros quadrados" (*ibid*, p. 45); e na segunda fase com o financiamento inicial de R\$ 3,5 bilhões retirados do FGTS (Imagem 15) "responsabilizando-se por sua alienação e pela transferência dos recursos à CDURP, que, por sua vez, paga as obras e os serviços prestados pela Concessionária Porto Novo. Na prática, os riscos da OUCPRJ foram assumidos pelo Estado, e não pelos investidores e proprietários" (*ibid*, p. 45). E de fato, a apresentação realizada pela ADEMI-RJ do Projeto explicitamente declara: "revitalização completa da região, a ser financiada na fase I com recursos públicos".

Figura 27: Modelagem Financeira da segunda fase do Projeto



Fonte: DINIZ, 2014, p. 45

Em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, porém, observa-se que os preços das CEPACs triplicaram desde 2011, o que fez com que o interesse por parte da iniciativa privada despencasse (ANGOTTI et al, 2019, p.5). "Como resultado, menos de 10% dos CEPACs foram revendidos (...) Em 2015, a Caixa recebeu um auxílio do FGTS de mais de R\$ 1,5 bilhão para manter o cronograma de desembolsos. Porém, em 2016, o fundo voltou a ficar sem recursos e se declarou ilíquido, prejudicando as obras do porto" (Jornal do Brasil, 2017, apud ANGOTTI et al, 2019, p.5). Além disso, por ser parte do mercado financeiro flutuante, os títulos se tornaram formas de especulação no mercado de ações, fazendo com que investidores comprassem CEPACs, porém sem o interesse de efetivamente construir. O solo portuário, portanto, além de sujeito à especulações imobiliárias da maneira que já normalmente ocorrem, se torna ele próprio um capital fictício. O dinheiro então congelado do FGTS que serviu de investimento inicial

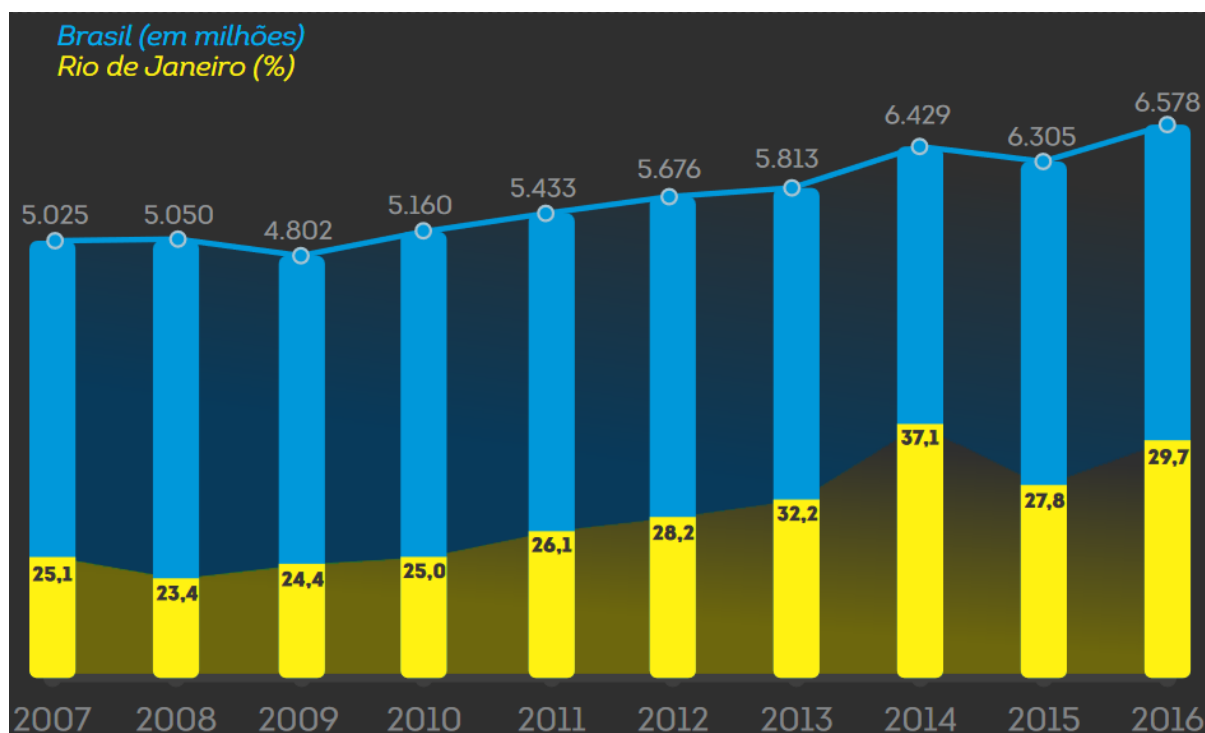
faz com que a decisão sobre a venda ou permuta de CEPAC passe a ser de competência do comitê gestor do fundo imobiliário, excluindo-se do processo a Prefeitura e a própria CDURP, que não possui poder de decisão formal sobre a natureza dos empreendimentos (desde que esses atendam aos parâmetros estabelecidos pela lei de criação da OUC do Porto do Rio, e sejam aprovados nos trâmites da prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo). Uma implicação direta desse arranjo diz respeito à produção de empreendimentos de uso residencial ou comercial, uma vez que, no limite, o fundo poderia optar por construir apenas

shoppings centers ou centros comerciais na região, retirando do projeto qualquer vinculação a políticas habitacionais. (SARUE, 2018, p. 603)

A promessa então de possibilitar que os ganhos obtidos pela venda de CEPACs fossem aplicados em obras e projetos de interesse social é então esvaziada, e o Estado encontra-se sujeito aos interesses de lucro da iniciativa privada. Com efeito, por exemplo, à época da crise econômica e o escândalo da Lava Jato, as obras e manutenção de vias públicas, iluminação, escoamento de água e saneamento básico de responsabilidade do Consórcio Porto Novo são abandonadas, levando então a um novo contexto de abandono e degradação da região portuária; os serviços são retomados somente quando o governo municipal paga uma dívida em atraso de R\$ 147 milhões em 2018.

Para o setor do turismo então - principal justificativa para o projeto do Porto Maravilha - os índices demonstram um cenário positivo à época de implementação do projeto, porém desde então demonstram uma constante queda. Até 2016, por exemplo, as taxas de demanda internacional, o índice anual de visitantes internacionais, a média anual de taxa de ocupação de hotéis, e os valores da receita do turismo apresentam números condizentes, por exemplo, com os grandes eventos da Copa do Mundo e as Olimpíadas (Figuras 29, 30 e 31)

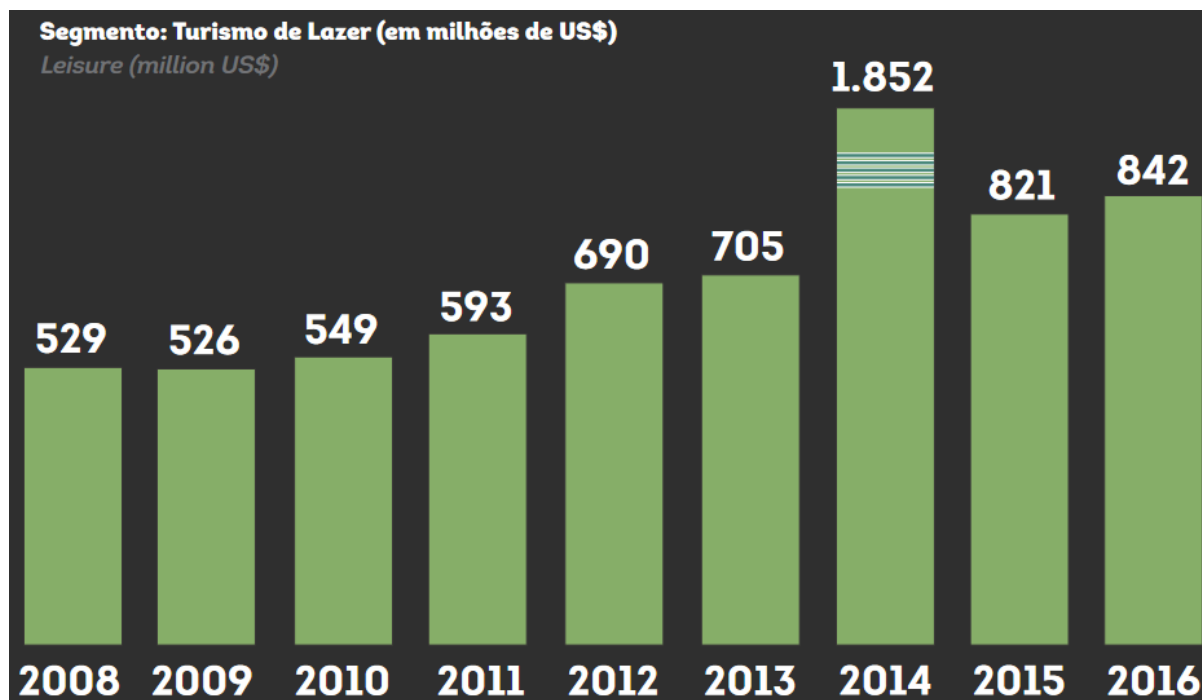
Figura 28: Evolução da Demanda Internacional, 2007-2016



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2022



Figura 29: Receita de Turismo Receptivo Internacional, 2008 / 2016



Fonte: Instituto Pereira Passos, 2022

Para o índice anual de visitantes internacionais, por exemplo, os números passaram de 766.083 em 2008 para 1.597.153 em 2014, diminuindo progressivamente até chegar em 1.252.267 em 2019. Tais dados, porém, não conseguem demonstrar os verdadeiros impactos do projeto - inclusive por nem focarem nele -, e poucos dados além destes estão disponíveis através de órgãos oficiais, fazendo então, por isso, uma análise quantitativa dos verdadeiros impactos e efeitos do Porto Maravilha rasas de embasamento.

Um ponto que vale ser citado, porém, é que o site oficial do Porto Maravilha publica os relatórios trimestrais do projeto, oferecendo um panorama das ações sendo elaboradas na região e com relação à revitalização da zona portuária, mas tais relatórios limitam-se a somente isso, sem objetivar a análise quantitativa e qualitativa dos impactos dessas ações.

A partir disto, é possível afirmar, então, que talvez um dos principais benefícios do projeto Porto Maravilha, portanto, foi o redescobrimiento do Cais do Valongo, encontrado nas escavações de 2011 já durante a implementação do projeto de requalificação da zona portuária. Tal descoberta, além de estabelecer um patrimônio histórico da UNESCO na região, motivou a elaboração do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, representando um marco importante para a comunidade local ao valorizar sua identidade negra e africana. Seus pontos, porém, frequentemente denunciam abandono e falta de investimento, como por exemplo o Instituto Pretos Novos (Figura 30), ao passo que a região turística da Praça de Mauá entra para listas dos mais “cools” do mundo<sup>58</sup>, deixando - como

<sup>58</sup> Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/porto-maravilha-entra-para-a-lista-dos-bairros-mais-cool-do-mundo-veja-fotos/>>

sempre foi - equipamentos e espaços atrelados à comunidade marginalizada na sombra dos interesses de divulgação e investimento por parte da iniciativa privada e do Estado neoliberal.

Figura 30: “Sem apoio da Prefeitura Instituto Pretos Novos luta para existir”



Fonte: BORGES, 2018<sup>59</sup>

Atualmente, o portal oficial do Porto Maravilha destaca como principais à revitalização do porto, as seguintes obras: a demolição do Elevado da Perimetral, Museu de Arte do Rio (MAR), Museu do Amanhã, Via Binário do Porto e Túnel Rio 450, Via Expressa e Túnel Prefeito Marcello Alencar, Orla Conde, Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT, 70 km de vias reurbanizadas e 650.000 m<sup>2</sup> de calçadas refeitas, 700 km de redes de infraestrutura urbana reconstruídas (água, esgoto, drenagem). Já para serviços determina: a conservação e manutenção do sistema viário, conservação e manutenção de áreas verdes e praças, manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas, coleta de lixo e varrição de calçadas, manutenção da rede de drenagem e de galerias universais, manutenção da sinalização de trânsito, manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos. Atual ao presente trabalho, a lista não menciona os equipamentos destinados aos Jogos Olímpicos de 2016 (colocando em questão o legado que o evento deixou à municipalidade), nem a delimitação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, evidenciando, portanto, que as demandas e interesses da comunidade local permanecem de segundo plano.

Dessa forma, em um Estado neoliberal que, caracteristicamente, se retira de políticas públicas focadas no bem-estar social para priorizar o lucro, o livre mercado e a iniciativa

<sup>59</sup> Disponível em:

<<https://www.esquerdadiario.com.br/Porto-Maravilha-para-quem-Sem-apoio-da-Prefeitura-Instituto-Pretos-Novos-luta-para-existir>>

privada, a população local - especialmente a vulnerável - encontra-se sujeita à tomada e possível apagamento de suas narrativas por parte dos detentores do capital. Torna-se responsabilidade da comunidade local, então, se organizar sistematicamente para a defesa e visibilidade de suas histórias e identidades. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, isso é visível com as diversas ações de Associações de Bairro que visam a proteção de suas comunidades e histórias. A luta para o estabelecimento da APA SAGAS foi definitiva, na medida que foi principalmente por conta dessa conquista que o projeto de revitalização do porto previu intervenções somente em termos de restauro e manutenção. A luta pelos diversos tombamentos de prédios e monumentos importantes para a história da comunidade negra, também são exemplos disso.

Isso se reforça pelo fato da EIV de 2010 se dirigir a tais tombamentos como impeditivos ou dificultadores de obras e grandes projetos de intervenção, (OUCPRJ, 2010, p. 42-43) deixando de considerar, por exemplo, que “grandes intervenções” não precisam se dar no âmbito espacial, ou que podem ser realizadas de maneiras pontuais e participativas na medida que o todo poderá ter impactos gigantescos na melhoria da qualidade de vida da população atualmente desassistida. O tratamento de tombamentos como “dificultadores” e “impeditivos” demonstra, portanto, um viés da intervenção como algo a ser realizado *através* e *apesar* da população ali residente, ao invés de ser *para* e *conjuntamente* à ela. Não podemos deixar de notar aqui as semelhanças aos planos modernistas dos anos 1950, somente transpostos e “refraseados”. Nesse sentido, Otília Arantes nomeia o planejamento estratégico que emerge a partir dos anos 1990 como, na verdade, “gentrificação estratégica”.

Pois é: da Carta de Atenas à corretagem intelectual de planos de gentrificação, cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas mais afluentes ao coração das cidades.” (ARANTES, 2002, p. 31)

Faz-se, inclusive, pertinente compreender que como Vargas e Castilho citam: “a contribuição da preservação da história será muito limitada para a cidade como um todo se a intervenção nos centros for somente física e direcionada ao turismo. Essa preservação não será histórica, pois refletirá somente a arquitetura e não o ambiente urbano ou a sua memória.” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 30). Dessa forma, “a qualidade arquitetônica é apenas um dos itens que devem ser considerados na preservação histórica” (*ibid*, p. 30), pois é a partir da descaracterização histórica que se cria o paradoxo dos projetos de requalificação: na busca da distinção territorial mediante o mercado globalizado, utiliza-se do aporte histórico e de patrimônio, porém na busca de se adequar a esse mercado, baseia-se em modelos paradigmáticos. No caso do Porto Maravilha, é tombado e publicizado o Cais do Valongo,

atrelado à história das comunidades negras ali residentes, porém à escolha do projeto arquitetônico a ser realizado, é contratado um arquiteto espanhol sem a promoção de um concurso público antes da formalização da contratação.

### **Considerações Finais**

Como Santos e Benevides definem, desde o início, o Porto Maravilha “parece estar em sintonia com uma lógica da cidade globalizada: intervenções urbanas mediadas pelo Estado, parceria público-privada e a cidade como produto de e para consumo global” (SANTOS e BENEVIDES, 2014, p. 110), além do investimento na cultura e no patrimônio somente como objetos de *city image* e instrumentos de marketing geradores de especulação imobiliária e a inserção do destino no circuito de turismo internacional. Questiona-se, portanto, o verdadeiro interesse no projeto do Porto Maravilha. E pela falta quantitativa e qualitativa de dados dos impactos e efeitos da revitalização, não somente em uma perspectiva econômica mas também social, permanece, após este estudo, a dúvida de como projetos como o Porto Maravilha realmente beneficiam a comunidade local. Circuitos como o da Herança Africana, apesar de em posição de destaque no site oficial do projeto, frequentemente encontram-se na posição de apagamento e esquecimento, com pouco investimento e integração aos circuitos de maior fluxo. Essa contradição, portanto, evidencia que o interesse no estabelecimento de circuitos como esse não parte do objetivo de valorizar identidades e integrar grupos marginalizados à história da cidade, mas em criar o paradoxo serial do estabelecimento de diferenciais dentro do padrão do mercado global, citado e desenvolvido anteriormente a partir da conceituação de Harvey (1989, 2001, 2003 e 2005), assim a população negra ainda ali residente, permanece na sombra desse circuito turístico espetacular.

A partir desse estudo então, foi possível inferir que o interesse de investimento no setor cultural em projetos de requalificação se pauta mais nos retornos financeiros e econômicos associados a este segmento do que necessariamente em satisfazer as carências sociais locais. E, assim, permanece a questão de como projetos de requalificação - principalmente aqueles baseados em casos paradigmáticos - podem suprir as demandas e necessidades da comunidade local: se esses tipos de projetos nascem em regiões degradadas, observa-se, portanto, consequentemente, comunidades desassistidas, mas o caso por exemplo do Porto Maravilha, define e determina as diretrizes de ações focadas na comunidade ali residente somente após as primeiras fases de implementação do projeto de requalificação. Nota-se ainda que tais ações são tomadas a passos muito mais lentos do que projetos focados na atração turística: diversos museus e equipamentos de lazer, cultura e mobilidade<sup>60</sup> são construídos ao passo que ainda não existe um projeto de habitação, e novos projetos são elaborados e lançados enquanto este único projeto de habitação permanece sem plano de implementação.

---

<sup>60</sup> Mobilidade tal qual, vale mencionar, limitada à região turística e com pouca integração à outras áreas da cidade, inclusive aos bairros de baixa renda do entorno, como, por exemplo, o caso do VLT, verificável através do mapa de suas linhas

Com isso, dos objetivos deste presente trabalho, permanece sem resposta o verdadeiro impacto do Projeto Porto Maravilha ao desenvolvimento da região, como proposto no EIV que guiou a elaboração do projeto de revitalização. Não somente são de difícil acesso os dados quantitativos e qualitativos relacionados ao projeto e à região da AEIU, o desenvolvimento da área não pode - e nem deve - ser medido apenas através da perspectiva econômica. Propõe-se, portanto, a elaboração metodológica de estudos que buscam essa resposta, fazendo-a também disponível e acessível ao público. Foi possível, porém, demonstrar e comprovar como o surgimento de tal tipo de projeto de revitalização está mais atrelado ao contexto mundial da economia global do que em resposta às demandas e necessidades da comunidade local que encontra-se desassistida em uma região historicamente abandonada e degradada. Sugere-se, portanto, uma maior integração da comunidade, não somente em um caráter consultivo, porém que se elabore *para* e *com* a comunidade ao invés de *através* e *apesar* dela, para que assim não se repita o paradoxo serial da busca da distinção territorial através da mercantilização de identidades ao ponto do apagamento do consumo massivo neoliberal.

## Referências

ABREU, M. de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 4ª Edição. Rio de Janeiro : IPP , 2013.

ADEMI-RJ, **Apresentação do Projeto Porto Maravilha**. Disponível em: <<https://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-876.pdf>>

AGÊNCIA BRASIL, **Ex-prefeito do RJ e Fundação Guggenheim são condenados a pagar US \$2 milhões**, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/ex-prefeito-e-fundacao-guggenheim-condenados-restituir-municipio-do-rio>>

ANDRADE, C. C. B. et al. **A Carta de Atenas e os CIAM**, 2016. Disponível em: <<https://xdocz.com.br/doc/a-carta-de-atenas-e-os-ciams-280qm4g3jgow>>

ANGOTTI, F. B., RHEINGANTZ, P. A., e PEDRO, R. M. L. R. **Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro, urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180081, 2019

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARCHDAILY, **Clássicos da Arquitetura: Projeto Habitacional Pruitt-Igoe / Minoru Yamasaki**, Blog, 19 de Maio de 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/871669/classicos-da-arquitetura-projeto-habitacional-pruit-t-igoe-minoru-yamasaki>> Acesso em 15 de Outubro de 2022

DE ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, 1881. Editora Antofágica, Rio de Janeiro, 1ª Edição, 2019

BARON, C. M. P. **A Produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões - IAPs**. Revista Tópos, [S. l.], volume 5, número 2, p. 102–127, 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2287>>

BRASIL, **Lei Federal nº 10.257, Seção X, Artigo 32**, 10 de Julho de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>

COLLINS, W. J.; SHESTER, K. L. **Slum Clearance and Urban Renewal in the United States**. American Economic Journal: Applied Economics, Janeiro 2013, Volume 5, Número 1, p. 239-273. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43189425>>

DE BONA, L. **Do Porto Maravilha ao cais: patrimonialização e globalização na zona portuária do Rio de Janeiro**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, dissertação de mestrado, Campinas, 2018

DEL RIO, V. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental**, dissertação de doutorado, FAU-USP, 1991

DINIZ, N. **Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014

GAGLIARDI, C. M. R. **Intervenções urbanas e dinâmica local: o processo de requalificação do centro histórico de Gênova, Itália**. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, 2011.

GARCIA-RAMON, M.; ALBET, A. **Pre-Olympic and Post-Olympic Barcelona, a “Model” for Urban Regeneration Today?** Environment and Planning A, vol. 32, p. 1331–1334, 2000

DEGEN, M.; GARCÍA, M. **The Transformation of the “Barcelona Model”: An Analysis of Culture, Urban Regeneration and Governance**. International Journal of Urban and Regional Research, DOI:10.1111/j.1468-2427.2012.01152.x, 2012

GOETZMANN, W. N.; RENNEBOOG, L.; SPAENJERS, C. **Art and Money**, Yale ICF Working Paper No. 09-26, TILEC Discussion Paper No. 2010-002, CentER Discussion Paper Series No. 2010-08, 28 de Abril de 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1501171>>

FARIAS, W. B.; TRIGO, L. G.; **Porto do Rio de Janeiro: turismo e transformações urbanas em projeto de requalificação**, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 21, dezembro 2016

GONTIJO, G. **A retomada da hegemonia americana na década de 1980**, 2019. Disponível em: <[https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18\\_115.pdf](https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_115.pdf)> Acesso em 07 de Novembro de 2022

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Editora Loyola, São Paulo, 17ª Edição, 2008. Publicado originalmente em 1989

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Editora Annablume, São Paulo, 1ª edição, 2005. Publicado originalmente em 2001

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Editora Loyola, São Paulo, 2ª Edição, 2005. Publicado originalmente em 2003

HARVEY, D. **O neoliberalismo - História e implicações**. Editora Loyola, São Paulo, 2008. Publicado originalmente em 2005

INSTITUTO PEREIRA PASSOS, **Favelas Cariocas: variação das áreas ocupadas no período 1999-2019**, Data.Rio, Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, agosto de 2021

INSTITUTO PEREIRA PASSOS, **Evolução da Demanda Internacional, 2007-2016**, Data.Rio, Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, novembro 2022

INSTITUTO PEREIRA PASSOS, **Receita de Turismo Receptivo Internacional, 2008 / 2016**, Data.Rio, Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, novembro 2022

IPHAN, MINC, CURY, I. **Cartas Patrimoniais - Carta de Atenas, CIAM, Novembro de 1933**, Brasília, 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>.

KÖHLER, A. F., **Projetos de revitalização, reabilitação e requalificação urbana: bases políticas, econômicas e culturais desse novo tipo de planejamento urbano**, V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2008

LOBO, M. S., **Porto Maravilha, o EIV do Professor Pancrácio**, 129.03 Rio de Janeiro, abril de 2011. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842>>

MONTGOMERY, R.; **Pruitt-Igoe: Policy Failure or Societal Symptom**, The Metropolitan Midwest: Policy Problems and Prospects for Change p.229-243, University of Illinois Press, 1985

MOURA, A. **Crise da acumulação, Estado e classes sociais**. Revista Fim do Mundo número 03: set./dez. 2020 - Pandemia e Revolução, p. 88 - p. 118

NELSON, R.; AYERS, E. L. **Renewing Inequality, American Panorama**. Digital Scholarship Lab, University of Richmond, 2007. Acesso em 04 de Outubro de 2022. Disponível em: <<https://dsl.richmond.edu/panorama/renewal/#view=0/0/1&viz=cartogram&text=sources>>



NOBRE, L. Guggenheim-Rio é visão estereotipada do Brasil, Revista nº 2, disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/rede/numero/rev-numero2/ligia-nobre>>

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (OUCPRJ), **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) - Porto Maravilha**, Rio de Janeiro, maio de 2010. Disponível em: <<http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/RAP/EIV.pdf>>

OTERO, E. V. **As possibilidades e os limites da reabilitação de conjuntos habitacionais em São Paulo**. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PD&R Edge Magazine, **Why Did Pruitt-Igoe Fail?** Department of Housing and Urban Development's Office of Policy Development and Research. Disponível em: <[https://www.huduser.gov/portal/pdredge/pdr\\_edge\\_featd\\_article\\_110314.html](https://www.huduser.gov/portal/pdredge/pdr_edge_featd_article_110314.html)> Acesso em 15 de Outubro de 2022

PFAU, A.; HOCHFELDER, D.; SEWELL, S. **Urban Renewal**. Inclusive Historian Blog, Disponível em: <[https://inclusivehistorian.com/urban-renewal/#\\_edn1](https://inclusivehistorian.com/urban-renewal/#_edn1)> Acesso em 02 de Outubro de 2022

RIO DE JANEIRO, **Porto Maravilha**. Site oficial do governo municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>>

RIO DE JANEIRO, **Lei complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009**. Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdb3d8032577220075c7d5?OpenDocument>>

RIO DE JANEIRO, **Lei complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009**. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <<http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/e1cddbddd8d118e66032577220075c7dc?OpenDocument>>

RIO DE JANEIRO, **Pós 2016 - O Rio Mais Competitivo e Integrado**. Plano Diretor. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>>

SAMPAIO, A. H. L. **Cartas de Atenas: com textos originais**. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2001.

SANT' ANNA, M. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017

SANTOS, M. H. C; BENEVIDES, R. **Porto Maravilha: uma proposta de reinvenção do centro do rio pela ótica da requalificação do espaço urbano**, Revista Eptic Online Vol.16 n.1, p.105-119, jan.-abr. 2014

SARUE, B. **Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise a partir do Porto Maravilha no Rio de Janeiro**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, nº3, 2018, p.581 -616.

SOSA, M. R.; SEGRE, R. **Do Coração da cidade – a Otterlo (1951-59): discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM**, 2016. Disponível em: <<https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/096.pdf>>

SOUZA, L. A. L. **Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 3: Divisão e Reunificação**. Arqutextos, São Paulo, ano 10, número 114.06, Vitruvius, nov. 2009 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.114/15>>

VAZ, L. **Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente**. 2012

VAZ, L. F.; SILVEIRA, C. B. **Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos**. In: **Revista Território**, ano IV, nº 7, Rio de Janeiro, p. 51-66, 1999

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. H. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados**, 3rd edição. Barueri, SP: Editora Manole, 2015

ZANCHETI, S. M. **Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade**. Espaço & debates, São Paulo, volume 23, número 43-44, p. 92-104, 2003

## **Apêndices**

### **Apêndice I**

Table 2

Record prices for art at auction 1701–2014.

Table 2 shows the record-breaking art auctions identified in this paper. For each record transaction, the table gives the year of sale, the price in GBP including buyer's premium, the artist name, the title of the work, the location of the sale, and the (rumored) buyer.

| Year | GBP        | Artist     | Title                          | Auctioneer and location      | Buyer   |
|------|------------|------------|--------------------------------|------------------------------|---|
| 1701 | 320        | Dou        | Interior with woman and child  | Amsterdam                    | [Unknown]   |
| 1713 | 1095       | Van Dyck   | Rest on the flight into Egypt  | Amsterdam                    | Cornelis Wittert van Valkenburg                           |
| 1733 | 1105       | Van Dyck   | Rest on the flight into Egypt  | Rotterdam                    | Sir Robert Walpole, first prime minister of Great Britain |
| 1771 | 1410       | Dou        | Interior with woman and child  | Amsterdam                    | Catherine the Great of Russia                             |
| 1798 | 1522       | Rembrandt  | The centurion                  | Coxe-Burrell-Foster, London  | British banker Sir Francis Baring                         |
| 1804 | 1680       | Dou        | Hermit in a cave               | Paillet-Delaroche, Paris     | Art expert and auctioneer Alexandre-Joseph Paillet        |
| 1808 | 1750       | Dou        | The evening class              | Rotterdam                    | Louis Bonaparte, king of Holland and brother of Napoleon  |
| 1811 | 5250       | Rembrandt  | Shipwright and his wife        | Christie's, London           | Prince Regent George IV                                   |
| 1852 | 24,600     | Murillo    | Immaculate conception          | Paris                        | Louvre  |
| 1910 | 28,250     | Hals       | Portrait of a woman            | Amer. Art Assoc., New York   | Knoedler—sold to American industrialist Henry C. Frick    |
| 1912 | 29,500     | Mantegna   | Holy family enthroned          | Lepke's, Berlin              | Kleinberger—sold to American entrepreneur Benjamin Altman |
| 1913 | 44,000     | Rembrandt  | Bathsheba                      | Galerie Georges Petit, Paris | Duveen—sold to American entrepreneur Benjamin Altman      |
| 1919 | 54,600     | Romney     | The Misses Beckford            | Christie's, London           | Duveen—sold to American railroad magnate Henry Huntington |
| 1926 | 60,900     | Romney     | Mrs. Davenport                 | Christie's, London           | Duveen—sold to American banker Andrew W. Mellon           |
| 1926 | 77,700     | Lawrence   | Pinkie                         | Hampton's, London            | Duveen—sold to American railroad magnate Henry Huntington |
| 1957 | 104,630    | Gauguin    | Apples                         | Galerie Charpentier, Paris   | Greek shipping magnate Basil P. Goulandris                |
| 1958 | 220,000    | Cezanne    | Garçon au gilet rouge          | Sotheby's, London            | Paul Mellon, heir to Mellon Bank fortune                  |
| 1959 | 275,000    | Rubens     | The adoration of the magi      | Sotheby's, London            | British property developer Alfred E. Allnatt              |
| 1961 | 817,052    | Rembrandt  | Aristotle with a bust of Homer | Parke-Bernet, New York       | Metropolitan Museum                                       |
| 1970 | 2,310,000  | Velasquez  | Portrait of Juan de Pareja     | Christie's, London           | Metropolitan Museum                                       |
| 1980 | 2,507,013  | Van Gogh   | Le jardin du poète, Arles      | Christie's, New York         | [Unknown]   |
| 1980 | 2,997,403  | Turner     | Juliet and her nurse           | Sotheby's, New York          | Argentine philanthropist Amalia Lacroze de Fortabat       |
| 1984 | 3,564,000  | Raphael    | Study of a man's head and hand | Christie's, London           | Barbara Johnson, heir to Johnson and Johnson fortune      |
| 1984 | 7,370,000  | Turner     | Seascape, Folkestone           | Sotheby's, London            | Canadian businessman David Thomson                        |
| 1985 | 8,100,000  | Mantegna   | Adoration of the magi          | Christie's, London           | J. Paul Getty Museum                                      |
| 1987 | 24,750,000 | Van Gogh   | Sunflowers                     | Christie's, London           | Japanese insurance magnate Yasuo Goto                     |
| 1987 | 30,280,899 | Van Gogh   | Irises                         | Sotheby's, New York          | Australian industrialist Alan Bond                        |
| 1989 | 32,934,977 | Picasso    | Les noces de Pierrette         | Binoche et Godeau, Paris     | Japanese businessman Tomonori Tsurumaki                   |
| 1990 | 49,121,762 | Van Gogh   | Portrait du Dr. Gachet         | Christie's, New York         | Japanese businessman Ryoei Saito                          |
| 2002 | 49,506,650 | Rubens     | Massacre of the innocents      | Sotheby's, London            | Canadian businessman Kenneth Thomson                      |
| 2004 | 58,223,688 | Picasso    | Garçon à la pipe               | Sotheby's, New York          | Italian businessman Guido Barilla [?]                     |
| 2010 | 65,001,250 | Giacometti | L'homme qui marche I           | Sotheby's, London            | Brazilian philanthropist Lily Safra                       |
| 2010 | 70,452,891 | Picasso    | Nude, green leaves, and bust   | Christie's, New York         | [unknown]   |
| 2012 | 74,003,394 | Munch      | The scream                     | Sotheby's, New York          | American financier Leon Black                             |
| 2013 | 89,411,063 | Bacon      | Three studies of Lucian Freud  | Christie's, New York         | American casino owner Elaine Wynn                         |